

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

CAMILA LÂNGARO BECKER

COMUNICAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO:
o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro

Porto Alegre

2017

CAMILA LÂNGARO BECKER

COMUNICAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO:
o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber

Porto Alegre

2017

CAMILA LÂNGARO BECKER

COMUNICAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO:
o acontecimento Mais Médicos no jornalismo de referência brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovada em _____

Prof.^a Dr.^a Maria Helena Weber – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Christa Berger Ramos Kuschick – UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Vera Regina França – UFMG

Prof.^a Dr.^a Ilza Girardi – UFRGS

Prof. Dr. Basílio Sartor (Suplente) – UFRGS

Ao Renato, com todo o meu amor, por sempre apostar que eu possa voar mais alto.

AGRADECIMENTOS

Ao Renato, meu amado parceiro das aventuras da vida.
Obrigada por trazer mais ternura e leveza a esta jornada compartilhada.

À minha mãe, Ângela, e ao meu pai, João, por despertarem meu desejo de saber mais do mundo e de mim mesma. À minha irmã, Julia, pelo enorme amor e companheirismo.

À Milena, por me permitir aprender que o percurso acadêmico é uma construção baseada em disciplina e paciência, mas também em muito acolhimento e afeto.
Muito obrigada pelos anos de aprendizado e confiança.

Aos queridos colegas do NUCOP, Marcelo, Sandra, Fabiana, Bruno, Alexandre, Matheus e Jana, pelas discussões e pelo carinho, tão fundamentais no caminho do conhecimento.

Em especial, a Ana, Fiorenza, Denise, Marja e Camila C., pela amizade incansável, pelos conselhos indispensáveis e por me fazerem acreditar que esta conquista se realizaria.

A todos os amigos e amigas conquistados no PPGCOM, especialmente, às queridas Ane D., Camila F. e Ketlen, por me ensinarem tanto sobre dedicação, generosidade e lealdade.
Obrigada pelo suporte e pelo carinho constantes.

Às professoras Christa Berger, Vera França e Ilza Girardi, por me possibilitarem a honra de tê-las avaliando meu trabalho.

À Capes, pelo investimento concedido por meio da bolsa de estudos que permitiu minha dedicação integral a esta pesquisa.

À UFRGS, em especial à Coordenação e à Secretaria do PPGCOM, pelo apoio nas diversas etapas desta trajetória.

O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva.

Hanna Arendt

RESUMO

Esta dissertação desenvolve e associa conceitos relacionados à comunicação pública, ao jornalismo e ao acontecimento, com o objetivo de analisar o acontecimento Programa Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, a partir dos discursos dos jornais de referência Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, buscando compreender a atuação do jornalismo no debate desencadeado pela criação dessa política pública. Os conceitos teóricos trabalhados referem-se à comunicação pública, conforme as perspectivas de Esteves (2003, 2011) e Weber (2007, 2011a), assim como ao interesse público, sob as noções normativas apresentadas por Arendt (2007) e Bobbio (1986, 1997); às concepções de jornalismo, segundo Franciscato (2005), Traquina (2004), Gentili (2005) e Benetti (2008, 2010); aos estudos do acontecimento (QUÉRÉ, 2005, 2011; FRANÇA, 2011; REBELO, 2006; COELHO, 2013) e do acontecimento jornalístico (RODRIGUES, 1993; ALSINA, 2009; BERGER; TAVARES, 2009; CHARAUDEAU, 2010). Como opções metodológicas, foram utilizadas a Análise de Conteúdo (AC) para a classificação e análise de 235 textos jornalísticos, de diferentes gêneros, referentes aos dias 8, 9 e 10/7/2013; 24, 25 e 26/8/2013 e 2, 3 e 4/9/2013, e a Análise de Discurso (AD) para a identificação dos sentidos produzidos em 20 editoriais publicados nos três veículos citados. Complementarmente, foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa histórico-descritiva. A análise do Programa Mais Médicos enquanto acontecimento jornalístico foi realizada nas dimensões do contexto histórico-social (análise documental e histórico-descritiva da legislação e de material oficial publicado sobre o programa), da nomeação (análise de temas e fontes dos textos jornalísticos) e da argumentação (análise dos sentidos produzidos pelos editoriais). Como resultado da articulação dessas categorias, pode-se concluir que, no período analisado, o jornalismo de referência priorizou uma abordagem temática sobre os efeitos do Programa Mais Médicos aos profissionais da classe médica e sobre as contravenções na contratação de médicos cubanos. A partir do seu posicionamento editorial, foram identificados três eixos argumentativos distintos: o da descredibilização do debate; o da afirmação/apropriação de argumentos das entidades médicas; e o do reconhecimento da legitimidade dos dados sociais revelados pelo programa. Notou-se, por fim, que, enquanto acontecimento jornalístico, o acontecimento Mais Médicos distanciou-se, inicialmente, do problema público por ele revelado – a carência e a má distribuição de profissionais da medicina no país –, em detrimento de questões relativas à classe profissional da medicina e às suas organizações corporativas. Ao longo da implementação do programa, contudo, passaram a integrar o relato do acontecimento novos sujeitos e sentidos.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Jornalismo. Acontecimento Público. Acontecimento Jornalístico. Programa Mais Médicos.

ABSTRACT

This master thesis develops and articulates concepts related to public communication, journalism and event. The objective is to analyse the Programa Mais Médicos event, as public and journalistic, from discourses of the reference newspapers Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, pursuing to understand the performance of journalism in the debate initiated by the creation of this public policy. The theoretical concepts used relate to public communication, according to Esteves (2003, 2011) and Weber (2007, 2011a); the definitions of journalism, according to Franciscato (2005); Traquina (2004); Gentilli (2005) and Benetti (2008, 2010); event studies (QUÉRÉ, 2005, 2011; FRANÇA, 2011; REBELO, 2006; COELHO, 2013) and the concept of journalistic event (RODRIGUES, 1993; ALSINA, 2009; BERGER; TAVARES, 2009 e CHARAUDEAU, 2010). The methodologies employed were Content Analysis, for ordination and analysis of 235 articles, collected in July 8th, 9th and 10th 2013, August 24th, 25th and 26th 2013 and September 2nd, 3rd and 4th 2013. Also, were employed Discourse Analysis in order to identify the senses produced on 20 published editorials from the three referred newspapers and documentary and historical-descriptive researches. The Programa Mais Médicos analysis, as a journalistic event, was executed in three perspectives: historical and social context (documentary and historical-descriptive analysis); denomination (themes and sources analysis) and argumentation (senses analysis). As a result of the investigation about the articles, were identified two predominant themes: the consequences of the Programa Mais Médicos to the medical class profession and the controversies about the hiring agreement of Cuban doctors. The editorial analysis, indicate three different arguments: the disbelief about the debate; the presentation of arguments from medical unions and the recognition of the legitimacy of the social data uncovered by the program. Initially, as a journalistic event, The Programa Mais Médicos did not address the public issue: the lack and maldistribution of medical professionals in the country. Instead, addressed the issues concerning the medical professional class and its corporate organizations. Throughout the implementation of the program, however, new subjects and senses became to be part of the journalistic narrative.

Keywords: Public Communication. Journalism. Public Event. Journalistic Event. Mais Médicos Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Episódios do Acontecimento Mais Médicos	67
Quadro 2 – Síntese quantitativa do <i>corpus</i> de pesquisa.	68
Quadro 3 – Textos jornalísticos sobre o Acontecimento Mais Médicos	71
Quadro 4 – Editoriais sobre o Acontecimento Mais Médicos.	72
Gráfico 1 – Total de textos classificados por veículo/episódio do acontecimento.	83
Gráfico 2 – Relação de formatos textuais do jornal Folha de S. Paulo.	84
Gráfico 3 – Fontes identificadas no jornal Folha de S. Paulo.	85
Gráfico 4 – Relação de formatos textuais do jornal O Globo.	86
Gráfico 5 – Fontes identificadas no jornal O Globo.	87
Gráfico 6 – Relação de formatos textuais do jornal O Estado de S. Paulo.	88
Gráfico 7 – Fontes identificadas no jornal O Estado de S. Paulo.	89
Figura 1 – Pesquisa de satisfação do Mais Médicos 2014.	55
Figura 2 – Dimensões de análise do Acontecimento Mais Médicos	63
Figura 3 – Carta aberta de entidades médicas, 22 jun. 2013.	75
Figura 4 – Atos e protestos de profissionais da área médica, 4 jul. 2013.	77
Figura 5 – Vaias na chegada de médicos cubanos a Fortaleza, 27 ago. 2013.	81
Figura 6 – Dados sobre a desigualdade na distribuição de médicos no Brasil.	91
Figura 7 – Alterações na formação médica a partir do Programa Mais Médicos.	95
Figura 8 – Ilustração sobre Mais Médicos e corrida eleitoral.	96
Figura 9 – Primeira página de O Globo na chegada dos médicos do exterior.	98
Figura 10 – Indicadores sociais de municípios beneficiados pelo Mais Médicos.	101
Figura 11 – Charge Mais Médicos – Folha de S. Paulo, 2 set. 2013.	102
Figura 12 – Mapa da distribuição de médicos do programa no país.	104
Figura 13 – Primeira página de O Estado de S. Paulo na implementação do programa.	105

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	12
II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA.....	17
1.1 Fronteiras do público e do privado	17
1.2 Comunicação pública: debate público e qualificação democrática	21
1.3 A esfera de visibilidade pública	25
2 JORNALISMO E SOCIEDADE.....	29
2.1 Do caráter institucional do jornalismo	29
2.2 Das finalidades democráticas do jornalismo.....	33
2.3 Do caráter discursivo do jornalismo	36
3 ACONTECIMENTO E JORNALISMO	39
3.1 Do acontecimento.....	39
3.2 Do acontecimento público	42
3.3 Do acontecimento jornalístico	44
III – PROGRAMA MAIS MÉDICOS, ACONTECIMENTO E JORNALISMO	50
4 OBJETO DE PESQUISA: O PROGRAMA MAIS MÉDICOS E OS JORNAIS BRASILEIROS	51
4.1 O Programa Mais Médicos	51
4.2 Os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo	55
4.2.1 O jornal Folha de S. Paulo	56
4.2.2 O jornal O Globo	57
4.2.3 O jornal O Estado de S. Paulo	58
5 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS.....	59
5.1 Da articulação entre abordagens metodológicas	59
5.2 Modelo de investigação: as três dimensões do acontecimento Mais Médicos	63
5.2.1 Dimensão do contexto histórico-social.....	64
5.2.2 Dimensão da nomeação.....	64
5.2.3 Dimensão da argumentação.....	65

5.3 Procedimentos e <i>corpus</i> de pesquisa	66
5.3.1 <i>O contexto histórico-social: os documentos</i>	68
5.3.2 <i>A nomeação: as notícias</i>	69
5.3.3 <i>A argumentação: os editoriais</i>	71
6 O ACONTECIMENTO MAIS MÉDICOS: DO PÚBLICO AO JORNALÍSTICO	73
6.1 Dimensão do contexto histórico-social: da irrupção do acontecimento	73
6.1.1 <i>O cenário que contextualiza os episódios do acontecimento Mais Médicos</i>	74
6.2 Dimensão da nomeação: o Mais Médicos como acontecimento publicado	82
6.2.1 <i>Panorama do acontecimento Mais Médicos nas páginas dos jornais</i>	82
6.2.2 <i>Episódio 1: lançamento do Mais Médicos pela MP nº 621 (8, 9 e 10/7/2013)</i> . 89	
6.2.3 <i>Episódio 2: chegada dos médicos estrangeiros (24, 25 e 26/8/2013)</i>	95
6.2.4 <i>Episódio 3: início da atuação dos médicos do programa (2, 3 e 4/9/2013)</i>	99
6.3 Dimensão da argumentação: o acontecimento Mais Médicos nos editoriais	106
6.3.1 <i>Os editoriais da Folha de S. Paulo</i>	106
6.3.2 <i>Os editoriais de O Globo</i>	111
6.3.3 <i>Os editoriais de O Estado de S. Paulo</i>	113
6.4 Da interpretação tridimensional do acontecimento Mais Médicos.....	119
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
V – REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO	142
APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 2: CHEGADA DE MÉDICOS ESTRANGEIROS NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO	150
APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DE MÉDICOS DO PROGRAMA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO	157
APÊNDICE D – MEMORIAL	163

I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do processo de construção de um acontecimento jornalístico a partir da ocorrência e apreensão de um acontecimento público específico: a criação do Programa Mais Médicos (2013), política pública federal voltada ao fortalecimento do sistema de saúde pública brasileiro. Considerando os jornais brasileiros de referência, Folha de S. Paulo (FSP), O Globo (OGLO) e O Estado de S. Paulo (OESP) como centro do estudo, a pesquisa se baseia na compreensão do jornalismo como parte de uma rede de comunicação pública, mobilizada por temas de interesse público (WEBER, 2007) e, potencialmente, qualificadora dos processos democráticos.

Inserir o jornalismo na perspectiva da comunicação pública significa reconhecer seu lugar como instituição (FRANCISCATO, 2005) e, com isso, atribuir-lhe um papel social estabelecido a partir da legitimidade institucional que sustenta um contrato de mediação entre os atores sociais e a realidade (GUERRA, 2008). A preocupação com o jornalismo enquanto instituição e, da mesma forma, como circulador e produtor de discursos sociais (BENETTI, 2008) diz do reconhecimento de paradoxos e contradições que o atravessam quando inserido em um processo produtivo. Contudo, quando da criação de uma política pública, reforça-se a expectativa em relação à sua função pública, ligada à visibilidade de informações necessárias à vida política dos sujeitos sociais (GENTILLI, 2005) e, conseqüentemente, à própria democracia (TRAQUINA, 2004).

O Programa Mais Médicos (PMM) se conformou enquanto medida emergencial, criada pelo governo federal brasileiro em 2013, à época tendo na Presidência Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Por visar à inclusão social, a partir da identificação de uma desigualdade aguda no atendimento público de saúde em determinadas regiões do país, entende-se sua vinculação ao interesse público e à garantia de direitos. Além disso, seu texto legislativo propõe acordos entre instituições nacionais e internacionais, sob o intuito de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e investir em recursos humanos e estruturais em prol da ampliação da formação médica no país.

Sua criação, contudo, foi geradora da mobilização de diversos atores sociais, que colocaram em questão, publicamente, pontos da medida e os devidos interesses do governo na sua criação. Foi desencadeada, assim, uma disputa de sentidos em relação ao programa, que ganhou visibilidade e provocou desdobramentos sociais. Nesse sentido, baseia-se o pressuposto desta pesquisa de que a criação do Programa Mais Médicos se caracteriza como um acontecimento público, devido à sua importância simbólica enquanto provocador de rupturas

(ligadas às estruturas sociais) e indicador de problemas relativos ao mundo público (QUÉRÉ, 2005). Além disso, identifica-o como dotado de um potencial comunicativo e, ao mesmo tempo, subversivo, já que funciona como gerador de informações, reveladoras e constituintes do contexto à sua volta, e perturbador de quadros de sentido que incidem na convivência de grupos e indivíduos (FRANÇA, 2011). Por seu valor social de provocar rupturas e colocar em xeque valores estruturais e culturais sustentados até a sua ocorrência, entende-se um lugar fundamental à sua visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação social. E, de maneira especial, a pesquisa lança o olhar para a necessidade das informações e das problematizações realizadas pelo jornalismo ao configurar a criação dessa política pública enquanto um acontecimento jornalístico.

Dessa forma, esta pesquisa se insere no campo da comunicação, mais especificamente da comunicação pública, acionando conceitos a respeito do jornalismo e do acontecimento para tratar da construção jornalística do acontecimento público Mais Médicos.

No intuito de explorar trabalhos acadêmicos que se aproximassem e dialogassem com o objeto de investigação aqui apresentado, foi realizada uma pesquisa de Estado da Arte nos repositórios do Banco de Teses da Capes, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Banco de Dissertações da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política (Compólitica)¹. Constatou-se, a partir dessa busca, que não foram produzidas Teses ou Dissertações na articulação do objeto Programa Mais Médicos com o campo da Comunicação. A partir de uma busca ampliada para todos os campos de estudo, utilizando-se o termo Programa Mais Médicos, foram encontrados seis trabalhos nas áreas da Saúde Coletiva, da Medicina e da Linguística. Pela abordagem do trabalho do campo da Linguística, destaca-se a dissertação de SOUZA (2014), sob o título Representações do “Programa Mais Médicos”, que investiga discursos produzidos a respeito da política pública no site Pragmatismo Político e no Portal do Conselho Federal de Medicina. A pesquisa parte da metodologia da Análise de Crítica do Discurso (ACD) e faz uso de categorias linguístico-discursivas como intertextualidade, representações sociais e modos de operação da ideologia para tratar das representações dos médicos (as) cubanos (as) e do Programa Mais Médicos nas duas plataformas digitais.

Além disso, foram identificados 37 resultados na busca que associava “Acontecimento e Comunicação”. Desses, foram selecionados 10 que se aproximavam da abordagem deste estudo e somente três relativos, especificamente, ao conceito de “Acontecimento público”.

¹ Pesquisa realizada em 29 de maio de 2016.

Como pesquisa complementar, realizada no Portal de Periódicos da Capes², obteve-se o resultado de nove artigos científicos a respeito do tema, publicados na interface entre Comunicação, Saúde e Educação, a partir da perspectiva da Saúde Coletiva. Tais publicações (MORAIS et al., 2014; LUZ; CAMBRAIA; GONTIJO, 2015; CARVALHO, 2014) contribuem para o estudo aqui proposto ao trabalharem com a repercussão e valorações do tema em produtos comunicacionais, como jornais e revistas. Contudo, apontam para a compreensão das noções de “mídia” e “jornalismo” como sinônimos, evidenciando uma lacuna a ser problematizada, considerada neste trabalho como fundamental ao campo da Comunicação.

Sendo assim, compreende-se que esta pesquisa propõe uma abordagem original do tema ao articular as perspectivas do jornalismo, da comunicação pública e, principalmente, do acontecimento ao objeto de estudo Programa Mais Médicos. Isso ainda vincula o trabalho à tradição dos estudos do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP), coordenado pela profa. Maria Helena Weber, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), dialogando, de maneira especial, com as produções de Kegler (2016), Luz (2016), Gautier (2015), Barreras (2013), Coelho (2013), Locatelli (2011) e Pereira (2011).

A proposta temática deste trabalho se relaciona ainda com a trajetória de formação acadêmica e profissional da pesquisadora que concluiu o curso de graduação em jornalismo, em 2008, pela UFRGS. A partir disso, as oportunidades de poder experimentar diferentes vivências de trabalho na área, tanto no setor público quanto no privado, construíram questionamentos sobre as relações éticas e morais da profissão, assim como com o que diz respeito à responsabilidade social a ela atribuída. Dessa forma, reforça-se a justificativa de estudar a relação do jornalismo com a criação de uma política pública enquanto um acontecimento complexo, ainda em progresso, e capaz de provocar mudanças a longo prazo na vida de sujeitos enquanto garantidor de direitos sociais básicos como à saúde.

Como questões que impulsionam este trabalho estão as seguintes: quais as características centrais dessa política pública que objetiva mudanças no atendimento de saúde do sistema público brasileiro? Em que contexto se dá a criação dessa medida e que aspectos fazem dela um acontecimento? Quais sujeitos são mobilizados por seu lançamento? Qual a atuação do jornalismo brasileiro quando da abordagem desse acontecimento?

Com base nessas questões, o *objetivo geral* desta pesquisa é analisar o acontecimento Programa Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, a partir dos discursos dos

² Pesquisa realizada em 29 de maio de 2016.

jornais de referência Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, buscando compreender a atuação do jornalismo no debate desencadeado pela criação dessa política pública.

Para atingi-lo, foram traçados os seguintes *objetivos específicos*:

- Identificar o contexto histórico e social em que se insere a irrupção do acontecimento público Mais Médicos, assim como os conflitos que mobiliza;
- Analisar a sua construção enquanto acontecimento jornalístico, a partir dos eixos temáticos visibilizados e fontes acionadas;
- Analisar o posicionamento da imprensa, a partir de editoriais, a fim de identificar os sentidos produzidos a respeito da criação da política pública.

Como opções metodológicas, foram utilizadas a Análise de Conteúdo (AC) para a classificação e a análise de 235 textos jornalísticos, de diferentes gêneros, publicados em 8, 9 e 10/7/2013; 24, 25 e 26/8/2013 e 2, 3 e 4/9/2013, e a Análise de Discurso (AD) para a identificação dos sentidos produzidos em 20 editoriais publicados nos três veículos citados. Complementarmente, foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa histórico-descritiva.

Para dar conta da problematização que pretende a compreensão da criação do Programa Mais Médicos enquanto acontecimento público e jornalístico, esta dissertação apresenta a fundamentação teórica dividida em três capítulos. O Capítulo 1, intitulado *Comunicação Pública e Democracia*, apresenta as noções conceituais relativas ao espaço público, ao interesse público e às trocas comunicacionais potencialmente qualificadoras das democracias. O Capítulo 2, sobre *Jornalismo e Sociedade*, trata dos caracteres institucional e discursivo do jornalismo e, também, das suas finalidades democráticas. O Capítulo 3, dedicado às teorias que relacionam *Acontecimento e Jornalismo*, discorre sobre os conceitos de acontecimento público e do acontecimento jornalístico, que servem à compreensão do objeto desta pesquisa.

No Capítulo 4, encontra-se a etapa dedicada à caracterização do *Objeto de Pesquisa: o Programa Mais Médicos e os jornais brasileiros*. Já o Capítulo 5, dedica-se à discussão das *Perspectivas Metodológicas* assumidas neste trabalho, com apresentação do modelo de análise proposto e dos procedimentos metodológicos.

No Capítulo 6, *Acontecimento Mais Médicos: do público ao jornalístico*, é realizada a análise da pesquisa, a partir do material coletado e classificado, seguida dos resultados encontrados. E, por fim, na quarta parte da dissertação, apresentam-se as Considerações Finais possibilitadas pelo percurso da pesquisa, seguidas pelas Referências acessadas.

II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de atingir os objetivos propostos nesta dissertação, a fundamentação teórica foi desenvolvida com o intuito de auxiliar na problematização do objeto de pesquisa, assim como subsidiar sua investigação através do exercício de análise. Apresentada em três capítulos, essa etapa foi balizada pela abordagem de conceitos-chave deste trabalho, como comunicação pública, jornalismo e acontecimento.

No primeiro capítulo, *Comunicação Pública e Democracia*, são apresentadas perspectivas teóricas que caracterizam o espaço público na atualidade, a fim de se compreender o tensionamento constante entre interesses públicos e privados envolvidos em processos de comunicação pública, como os desencadeados pelo acontecimento Mais Médicos. O conceito de esfera de visibilidade pública é acionado, destacando o lugar dos meios de comunicação de massa na conformação desse espaço simbólico e balizando a escolha do objeto empírico de estudo: o jornalismo de referência brasileiro.

O segundo capítulo, *Jornalismo e Sociedade*, é dedicado, especificamente ao jornalismo. Apresenta perspectivas que o caracterizam como uma instituição, assim como um lugar de produção discursiva e de sentidos sobre as coisas do mundo. Essa problematização visa compreender em que medida o jornalismo se aproxima ou se afasta do papel social que lhe é atribuído ao abordar um acontecimento como o Mais Médicos.

No terceiro e último capítulo da fundamentação, *Acontecimento e Jornalismo*, discute-se, primeiramente, o conceito de acontecimento a partir de seu caráter sociológico para, então, apresentar as definições relativas aos conceitos de acontecimento público e acontecimento jornalístico. A caracterização e a articulação entre as noções de acontecimentos público e jornalístico servem a uma análise complementar das distintas dimensões do acontecimento Mais Médicos, que implica a abordagem do contexto social que o cerca, da forma como é nomeado e da defesa de visões de mundo que ele desencadeia.

1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA

Este primeiro capítulo da fundamentação teórica serve à apresentação de conceitos relativos ao espaço público, a fim de abordar as fronteiras fluidas e um tensionamento constante inscrito entre os domínios do público e do privado. Para tanto, a composição do texto é baseada nas visões de Arendt (2007), Bobbio (1997) e Esteves (2011). As contribuições de Esteves (2011) apontam para a compreensão desse espaço público como lugar de mediação simbólica entre os indivíduos. Diante disso, a noção de interesse público é defendida como resultado de um processo complexo de construção social, decorrente também de dinâmicas comunicacionais (MAIA, 2011; SARTOR, 2016).

Na perspectiva da comunicação pública, recorre-se às definições tratadas por Habermas (2003), Esteves (2011, 2003) e Weber (2007, 2011a). A abordagem comunicacional permite apontar seus aspectos normativos e fáticos, na intenção de apresentar sua potencialidade na estruturação e na qualificação da democracia, intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento do debate público.

Como última etapa, é apresentado o conceito de esfera de visibilidade pública desenvolvido por Gomes (2008). A partir de uma revisão e crítica à concepção da esfera pública habermasiana, Gomes propõe a essencialidade da visibilidade no âmbito da política e na constituição do debate público na atualidade. Dessa forma, atribui um lugar de destaque aos meios de comunicação de massa nesse amplo processo comunicativo. A mobilização dessas perspectivas teóricas importa, uma vez que ao acontecimento público Mais Médicos é atribuída uma vinculação com o interesse público e que a sua análise se realiza nessa denominada zona de visibilidade pública, na qual se insere o jornalismo de referência – objeto deste estudo.

1.1 Fronteiras do público e do privado

O espaço público se configura como o âmbito de concretização da comunicação e, ao mesmo tempo, como estrutura fundamental à organização das experiências simbólicas dos indivíduos em uma sociedade democrática. Como um fenômeno complexo e sob um permanente estado de transformação, ao espaço público é atribuída uma função comunicacional e de mediação de duas esferas que o constituem: a do público e a do privado. A interdependência (e a frágil delimitação) entre os dois âmbitos é resultado das estruturas sociais modernas, em que está suposta “uma distinção (a separação mesmo) dos dois conceitos, mas ao mesmo tempo

uma certa articulação (na forma, por assim dizer, da sua mútua dependência) ” (ESTEVEES, 2011, p. 170).

Nesse sentido, Arendt (2007) retoma a configuração da esfera pública grega, adotando um posicionamento crítico quanto à perda do seu sentido político em decorrência da refuncionalização ocorrida no desenvolvimento das sociedades modernas. Isso porque, na Antiguidade, a separação entre esses dois domínios da vida social fazia-se de maneira contundente, tendo o público como lugar simbólico da liberdade, do poder e da política e do homem no exercício da cidadania. Já a dimensão do privado estava vinculada à propriedade, à vida no âmbito doméstico, à afirmação da necessidade e, conseqüentemente, à dominação. Como resume Esteves (2011, p. 168), ao adotar a perspectiva de Arendt (2007):

A esfera do Público é delimitada pelo espaço público propriamente dito, a *agora* ou praça pública, enquanto lugar de reunião dos cidadãos para debaterem e decidirem sobre o governo da sua cidade. Público nesse sentido torna-se sinônimo de Político e assume-se como um reino da liberdade por excelência onde tomam lugar as grandes questões relativas à vida coletiva (dos cidadãos, em primeira instância, mas também de todos os demais grupos sociais que constituem essas sociedades – o âmbito do exercício do poder. Perfeitamente distinto – e separado – deste situa-se o reino da necessidade, onde se colocam as questões mais diretamente relacionadas com o trabalho e a vida doméstica e no qual prevalecem as leis da natureza (que regulam os processos biológicos) da vida e da morte): é a esfera do Privado, centrada no *oikos* (a casa), onde o senhor exerce a dominação (regida pelo signo da violência) sobre todos os demais membros que constituem a economia doméstica (os escravos, as mulheres, as crianças).

O público e o privado se constituíam, assim, como espaços opostos e delimitadamente distintos da experiência, diferentemente da configuração instável, coexistente e fluida, produto da Modernidade. Nesse sentido, Arendt (2007) defende o mundo público definido como o lugar do que deve ser visto, ouvido, ou seja, daquilo que é relevante. Além disso, é compreendido como o espaço do comum, isto é, das experiências partilhadas pelos indivíduos e da possibilidade de um existir relacional. “A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDR, 2007, p. 60). Segundo a autora:

[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. [...] conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDR, 2007, p. 62).

Dessa forma, a instância do público está vinculada à visibilidade, à união e à vivência comunitária em prol de interesses num mundo comum. E essa experiência de relações mútuas e diversas que configura o mundo público transcende à permanência material do homem. São também marcas e legados deixados pelos sujeitos, já que “o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos” (ARENDDT, 2007, p. 65).

O público é ainda o lugar da pluralidade, da possibilidade de trocas de perspectivas entre os sujeitos. Para a autora, a pluralidade detém o poder de reger as relações humanas – sob os duplos aspectos da igualdade e da diferença – e de manter a existência de uma esfera pública.

A pluralidade apresenta-se, então, como condição básica da ação e do discurso. Conforme Arendt (2007), a ação seria a atividade política por excelência, ligada à condição humana de natalidade, relativa à capacidade de produzir algo de novo. Pela ação e pela palavra (discurso) é que os homens se tornam capazes de lidar e entender-se frente às suas diferenças e singularidades. E “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (ARENDDT, 2007, p. 11).

Importa destacar a pertinência da troca de opiniões e do viver coletivo no pensamento da autora, uma vez que servem à construção da liberdade. Dessa forma, o debate público constituir-se-ia, a fim de dar conta das questões que balizam o interesse coletivo e que não se subordinam a um autoritarismo de um caminho único para o alcance da verdade (ARENDDT, 2007).

Ainda sobre a polissemia do termo “público” no percurso de institucionalização da Modernidade, Bobbio (1997) contribui para a reflexão problematizando a relação dicotômica público/privado. O autor apresenta os dois termos como sendo condicionados reciprocamente, num movimento de dependência e definição mútuas. Isso significa colocar o público e o privado sob uma perspectiva relacional em que os termos se dão em sentidos de complementaridade e oposição, assumindo que “a esfera do público chega até onde começa a esfera do privado e vice-versa” (BOBBIO, 1997, p. 14).

O autor aponta ainda para um sentido valorativo atrelado a essa percepção dicotômica. Ou seja, se os termos são compreendidos como dois universos que se delimitam entre si, o significado valorativo de um tende a ser oposto ao do outro. Assim, se um assume um valor positivo, ao outro deverá, necessariamente, ser atribuído um valor negativo. É dessa relação que derivam duas concepções definidas como o *primado do privado sobre o público* e o *primado do público sobre o privado*.

A partir dos estudos jurídicos a respeito do direito público e do direito privado, Bobbio

(1997) afirma que a primeira noção daria conta de uma concepção em que predomina a defesa dos direitos particulares, a partir da valorização da propriedade e da esfera da liberdade individual em decorrência do desenvolvimento das visões liberais das sociedades burguesas. Já a segunda apresentar-se-ia em contraposição à ideia do Estado mínimo, ou seja, como uma “reação contra a concepção liberal do Estado” (BOBBIO, 1997, p. 24). O *primado do público sobre o privado* se funda, assim, na contraposição do interesse coletivo ao individual, no aumento da intervenção estatal na vida dos indivíduos, assumindo o princípio de que o todo viria antes das partes.

A distinção dos termos público/privado associada à dicotomia política/economia, segundo o autor, traz como consequência a interpretação do *primado do público sobre o privado*, ou seja, da política sobre a economia. Porém, indicando uma crescente diluição das fronteiras claras entre as duas esferas e de uma dupla composição entre ambas, surgem dessas relações os processos de “publicização do privado” e de “privatização do público” (BOBBIO, 1997, p. 27). Elas evidenciam disputas e colocam o Estado como palco de negociações, de estruturação e renovação de contratos:

Os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro. O primeiro, reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contrato social (BOBBIO, 1997, p. 27).

A partir das características apresentadas que configuram o espaço público, essa concepção polissêmica do *público* aparece na atualidade como argumento de disputas pela definição do conceito de interesse público, tão caro às democracias. Maia (2011) aponta uma falta de consenso conceitual a respeito da expressão citada e afirma a relação do termo com o bem comum, o bem-estar de todos e como parte da natureza de um governo democrático. Acima de tudo, a autora defende que “o debate conduzido democraticamente entre os envolvidos e concernidos é o meio apropriado para estabelecer, num dado momento, o que pode ser reconhecido como o interesse público ou o bem comum, em relação a uma questão específica” (MAIA, 2011, p. 260).

Isso significa dizer que a noção de interesse público será construída socialmente,

sobretudo a partir de processos de comunicação pública (SARTOR, 2016). Os sentidos sobre o termo dar-se-ão, inclusive, em relação à própria dinâmica de acontecimentos sociais, na presença e na ação de múltiplos atores e manifestações sociais. Ou, como afirma Faria (2007, p. 175), o “interesse público não existe em si, ou por si mesmo, mas trata-se de um emaranhado de interesses, de confrontos discursivos, ancorados nos processos sociais em curso”.

Portanto, no item apresentado, pretendeu-se caracterizar o espaço público a partir da identificação da sua conformação por aspectos conflitantes e fluidos relativos ao público e ao privado. A partir dessas definições, torna-se possível compreender a ambiência e as condições de realização da troca comunicacional que importa a este trabalho: o processo de comunicação pública.

1.2 Comunicação pública: debate público e qualificação democrática

No item anterior, buscou-se apresentar brevemente a fluidez das dimensões do público e do privado na conformação do espaço público, compreendido como um “domínio por excelência das trocas simbólicas entre cidadãos, onde têm lugar as mediações políticas fundamentais que constituem as sociedades democráticas” (ESTEVES, 2003, p. 22). É nele que se constituirá a chamada comunicação pública, caracterizada como um processo do qual participam indivíduos, instituições privadas e do Estado e veiculada pela (ou para) a opinião pública.

A ótica da comunicação pública adotada neste estudo diz respeito a uma ordem comunicacional não instrumentalista e antirreificadora, que tem como destaque os processos sociológicos e compreensivos que desencadeia. Isso significa dizer que o acionamento de diferentes fluxos informacionais e argumentativos é constituinte da comunicação pública, cuja função esperada é relativa à emancipação, à construção do exercício cívico e político dos cidadãos como sujeitos sociais. Por isso:

[...] a comunicação pública atua como um *medium* por excelência da cidadania, colocando à disposição do conjunto da sociedade – dos destinatários em geral dos atos de governação, ou seja, de todo e qualquer indivíduo que apresente condições para fazer uso da sua própria razão (ESTEVES, 2011, p. 202).

A abordagem apresentada por Esteves (2003, 2011) propõe uma visão da comunicação em termos sociológicos, numa tentativa de contribuir para o conhecimento mais sistemático das dimensões sociais, culturais, políticas e éticas da vida, além de avaliar o papel da comunicação

– de forma ampla – a partir dos recursos e práticas comunicacionais dentro da estrutura social. Segundo o autor, o componente comunicacional do espaço público destina-se à formação de uma opinião pública qualificada e atenta ainda para a dimensão eminentemente cognitiva da comunicação pública. Ou seja,

[...] subjacente à dinâmica no espaço público se encontra um processo de esclarecimento em curso – que é o resultado, precisamente, das trocas comunicacionais e de uma prática regular de caráter argumentativo, conduzida pelos membros da sociedade enquanto participantes do espaço público (os cidadãos na condição de interlocutores) (ESTEVES, 2011, p. 200).

A preocupação do autor em relação aos aspectos ético-morais da comunicação pública diz respeito à constatação de uma ambivalência entre duas instâncias que a constituem: a normativa (ideal) e a fática (empírica). No âmbito da normatividade, Esteves (2011) toma como referência o modelo de esfera pública habermasiana, sob a perspectiva da deliberação, e indica fundamentos essenciais a essa prática, como a publicidade, a crítica e o debate. O autor compreende a publicidade, no sentido do ato de tornar público, como princípio de cidadania. Esse fundamento diz respeito à própria concepção de democracia, de assumir uma visibilidade necessária aos governos em oposição ao segredo atrelado aos Estados autoritários. A crítica é apontada como um importante meio que possibilitaria a tomada de decisões sobre assuntos e temas políticos. E, por fim, o debate, identificado como o processo pelo qual se concretiza a comunicação pública.

O debate é a pedra-de-toque de todo esse processo: não apenas o elemento que confere um sentido próprio à comunicação pública, mas, ao mesmo tempo, o elemento responsável também por imprimir a esta comunicação uma orientação de caráter essencialmente racional (no plano cognitivo, assume um valor de esclarecimento e, a nível moral, uma força de emancipação). Em termos práticos, o debate é também o elemento que permite estabelecer pontes de ligação entre os múltiplos pólos que constituem o espaço público, permitindo assim dar uma forma minimamente articulada à comunicação pública (forma que esta, à partida, não possui – seja em termos de heterogeneidade dos participantes, de assuntos ou problemas em discussão, seja mesmo dos padrões de exigência racional seguidos) (ESTEVES, 2011, p. 198).

A comunicação pública é, portanto, fator de estruturação e qualificação dos regimes democráticos. Sobre a democracia, Bobbio (1986, p. 12) a compreende como “primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Contudo, defende

que a permanência ou o aprimoramento da democracia não podem ser assegurados com base em fatores históricos ou somente pela ascensão de um governo democrático. Em oposição às características de regimes autoritários, a democracia seria, então, dinâmica. Ou, como afirma Bobbio (1986, p. 9): “o estar em transformação é seu estado natural”.

Nesse sentido, Dahl (2009) afirma a democracia como um processo de natureza instável e incerto. Por isso, defende a necessidade de que se conheçam as condições mínimas para que esse modo de organização social se efetue e possa se redemocratizar de forma constante. Nisso, estão incluídas tanto a dimensão estrutural da democracia, cujas instituições políticas e sociais têm papel fundamental, como a sua dimensão ideal, a qual coloca em perspectiva as exigências que balizam os costumes democráticos.

O estabelecimento de condições primordiais para que a democracia se concretize é aquilo que servirá de base para avaliar as realizações e as potencialidades de um governo democrático. E, para Dahl (2009), uma das vantagens dos sistemas democráticos está na relação direta com a possibilidade de garantir direitos fundamentais aos cidadãos que regimes não democráticos não podem conceder:

A democracia não é apenas um processo de governo. Como os direitos são elementos necessários nas instituições políticas democráticas, a democracia também é inerentemente um sistema de direitos. Os direitos estão entre os blocos essenciais da construção de um processo de governo democrático (DAHL, 2009, p. 61-62).

Dito isso, traçar os princípios normativos da comunicação pública significa afirmar expectativas em relação a uma prática de comunicação calcada nos valores da liberdade e da igualdade. Além disso, permite avaliar as condições que regulam o próprio *locus* em que ela se realiza: a democracia. Na atualidade, a aplicabilidade dessa comunicação é colocada em xeque pelas condições sociais e culturais que explicitam desafios relativos à participação de diversos atores sociais no debate, por exemplo devido ao desigual acesso à palavra pública. O efeito produzido é a impossibilidade de exposição de argumentos e justificação de posições de alguns sujeitos sobre determinados assuntos, cuja consequência é o seu distanciamento das decisões no âmbito da política.

A dimensão fática da comunicação pública é definida por Weber (2007) como uma dinâmica comunicacional a partir de redes de comunicação, ativadas por temas de interesse público e dotadas de certa autonomia. A formação dessa rede constituída simbolicamente é evidenciada pela ampla produção de informação e repercussão de assuntos de interesse coletivo em distintos âmbitos discursivos. A autora reforça ainda a visão de uma comunicação pública

não como sinônimo de comunicação governamental, mas como um processo de complementaridade e embate de vozes. Tais vozes, proferidas pelo Estado, pelo governo e pela sociedade civil, permitem disputas e negociações que provocam o imaginário social, configurando-se em importante ferramenta para a participação do cidadão-eleitor e da formação da opinião pública (WEBER, 2007).

Defende-se que a comunicação pública não pode ser determinada, apenas, a partir de legislação ou estruturas, mas é configurada pela circulação de temas de interesse público, nos modos de debater e repercutir estes temas, sem controle direto. Trata-se da comunicação pública constituída pela abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política, vinculados a decisões só possíveis na representação política e na esfera dos poderes públicos (WEBER, 2007, p. 4).

As redes citadas pela autora seriam formadas por sistemas de comunicação oriundos tanto de instituições públicas quanto privadas. Esses sistemas seriam identificados como sistema de Comunicação Social (sociedade civil organizada, entidades de representação, grupos organizados, organizações sociais); Comunicação Política (governo, parlamento, partidos e políticos); Comunicação do Judiciário (poderes vinculados ao Judiciário e a diferentes esferas jurídicas); Comunicação Científica e Educacional (instituições de ensino, centros de pesquisa, agências de fomento); Comunicação Mercadológica (empresas e organizações privadas); Comunicação Religiosa (instituições, grupos, igrejas, seitas que fazem circular discursos esotéricos, espirituais, religiosos) e Comunicação Midiática (organizações de produção e circulação de produtos jornalísticos, publicitários e de entretenimento). A partir desses sistemas, então:

[...] concorrem formulações díspares e ininterruptas de instituições e sujeitos políticos em torno de temas de interesse público, em busca de visibilidade e credibilidade que transitam entre o jornalismo, a propaganda, o entretenimento, eventos e relações públicas. Assim se denomina a rede de comunicação pública constituída por sistemas que geram, debatem, repercutem temas públicos [...] (WEBER, 2007, p. 24).

É nessa dimensão fática que são colocados à prova os indicadores normativos da comunicação pública. E é da observação das experiências empíricas da atualidade que Esteves (2011) identifica uma crise na comunicação pública advinda da Modernidade, cuja ocorrência se relaciona ao surgimento de uma nova forma de sociabilidade, as massas. Na abordagem crítica do autor, essas transformações seriam decorrentes da nova estrutura política (democracia de massas) e social, que revela a intensificação e a densificação dos fluxos de comunicação (nos

media está a base de sustentação).

Paradoxalmente, o resultado seria um esvaziamento comunicacional do espaço público, muitas vezes refém de interesses específicos e particularizados e palco de debates restritos a grupos e/ou centros de decisão (elite). Para o autor, o espaço público contemporâneo teria se configurado em um palco de lutas entre interesses sociais em consequência dos conflitos de ordem econômica, resultantes dos processos de acumulação e concentração de capital. As questões de ordem privada invadem o mundo político e evidenciam-se apropriações particularistas desse espaço idealmente plural (ESTEVES, 2011).

Na perspectiva de Esteves (2011), o enfraquecimento do espaço público, em seu sentido original apresentado anteriormente, dá-se, em grande parte, pela emergência dos meios de comunicação de massa como instituições dominantes dessa instância simbólica. A fim de ampliar a abordagem a respeito de tal tópico, serão discutidos, a seguir, os limites e as potencialidades assumidos por essa centralidade dos *media* no controle de um dos pressupostos indispensáveis à democracia e, portanto, ao debate público: o da visibilidade.

1.3 A esfera de visibilidade pública

Para tratar da interface entre esfera pública e comunicação de massa, Gomes (2008) aciona as distintas fases e obras de Habermas³ sobre o conceito “esfera pública”. A esfera pública habermasiana, em seu primeiro momento, exibia uma marca liberal, formada com o objetivo de assegurar a autonomia privada dos indivíduos em contraposição aos domínios autoritários do Estado. Tratava-se de uma esfera pública em que se buscava a garantia do avanço da cidadania para o interior do domínio estatal e a proteção dos âmbitos da intimidade e privacidade dos indivíduos. Era entendida ainda como um âmbito da vida social aberto a todos os cidadãos, em que pretensões e vontades referentes à comunidade política eram expostas e discutidas. Por isso, calcava-se em dois procedimentos principais: o da visibilidade e o da discutibilidade. A reunião de indivíduos privados em público, capazes de expressar suas vontades em prol de interesses comuns, por meio de uma argumentação racional, apresentava-se como eixo central do modelo concebido pelo autor nessa elaboração inaugural (GOMES, 2008).

De acordo com Gomes (2008), na obra *Direito e democracia*, Habermas assume uma perspectiva deliberacionista, propondo uma conciliação entre os modelos democráticos liberal

³ *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984) e *Direito e Democracia* (1997).

e republicano que relativiza sua concepção anterior. A esfera pública é compreendida, então, como parte de uma engrenagem social voltada a soluções coletivas, por meio de fluxos comunicacionais, em que a competência dos indivíduos para o diálogo será colocada em questão. Essa esfera pública “representa basicamente o provimento de pressões e alternativas, provenientes do corpo da sociedade, para a legitimação da decisão política” (GOMES, 2008, p. 119). Conseqüentemente, há, nessa fase, uma maior preocupação com os próprios processos deliberativos, isto é, com o aprimoramento das práticas e dos requisitos relativos ao âmbito da discutibilidade.

Partindo das definições apresentadas, é identificada uma atenção decrescente à problemática da visibilidade nas democracias no desenvolvimento do pensamento habermasiano. Esse é justamente, o ponto que interessa a Gomes (2008), tendo em vista um contexto de dominância dos meios de comunicação de massa nas relações sociais e políticas atuais. Para o autor, a esfera pública de publicidade social contemporânea seria composta por duas dimensões complementares: a esfera de visibilidade pública (expositiva) e a esfera de discussão pública (argumentativa). Seu ponto de vista é que “uma sociedade altamente democrática depende de um grau de visibilidade das discussões públicas que levam adiante questões de interesse comum e redundam na produção de decisão política” (GOMES, 2008, p. 162). Portanto, a visibilidade ancoraria a discutibilidade nas democracias atuais.

A esfera de visibilidade pública, conformada pelos meios de comunicação de massa, responde, ainda, a demandas de sociabilidade e comunicação, assim como de disponibilidade e acessibilidade a temas de interesse público, mesmo quando debatidos interna ou externamente à cena pública. Ou seja, a esfera de visibilidade pública midiática aparece como lugar importante de publicização das discussões e também de produção informativa, que municia e amplifica o debate público.

Há um pressuposto inevitável que nos compele ao exame da interface entre esfera pública e comunicação de massa: na sociedade contemporânea, não há espaço de exposição, exibição, visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, discussão e debate que se compare em volume; importância; disseminação e universalidade com o sistema da comunicação de massa. Por isso mesmo, grande parte das práticas políticas democráticas estabelece relações fundamentais com o espaço discursivo predominante: a cena midiática (GOMES, 2008, p. 118).

Para Gomes (2008), mesmo que quase integralmente midiática, a esfera pública na atualidade não pode ser resumida à exibição, à produção de discursos sedutores e de entretenimento. Entende-se que os requisitos da palavra, da disponibilidade de troca

argumentos e da participação paritária na exposição de razões públicas para a construção de um debate público ideal estarão sempre em questão quando se assumem os *media* na centralidade da esfera pública. Isso se deve porque, além do seu potencial público, os *media* são também balizados por interesses de cunho pessoal ou econômico. Contudo, o autor defende que há negociações constantes entre a comunicação de massa e a política, e a inexistência ou extinção da argumentação não pode ser compreendida simplesmente como de natureza dos meios de comunicação de massa:

A comunicação de massa tem a ver com ambas as coisas: a discutibilidade (o discutível e o indiscutível, quantos discutem, quanta discussão, quantas posições estão presentes nas discussões, com que nível de eficiência se discute, quem decide a duração da discussão) e a visibilidade (o visível e o invisível, para quem é visível, que coisas são visíveis, quem decide sobre o que se vê e a intensidade do que é visto) (GOMES, 2008, p. 160).

Partindo dessa perspectiva, faz-se importante enfatizar que os *media* não podem ser compreendidos como canais neutros de informação. Eles são, na verdade, instituições híbridas “ao mesmo tempo, políticas, econômicas e cultural-profissionais, que estabelecem relações tensas, conflituosas, com outros atores sociais” (MAIA, 2008, p. 95). Por isso:

[...] pode-se pensar no espaço midiático de visibilidade como uma “arena”, ou um “palco” onde vários grupos sociais e instituições competem sobre a definição e a construção de sentidos a respeito de questões-chave da vida pública. Contudo, os grupos sociais concorrentes não atuam no ambiente midiático de modo autônomo ou independente. Os profissionais da comunicação, como já apontado, são os responsáveis por criar a visibilidade e agenciar os discursos desses grupos e, também, por produzir interpretações dos fatos construir narrativas, formular juízos e recomendações (MAIA, 2008, p. 101).

Nesse auditório universal, temas e atores concorrem por espaços de representação na cena pública. Ao mesmo tempo, os próprios agentes sociais expostos nessa esfera de visibilidade pública são guiados por interesses pessoais, expondo uma série de fragmentos de discursos, de cunho seja opinativo, dogmático ou de fato argumentativo (GOMES, 2008).

Estar exposto à cena pública significa estar sujeito ao desmascaramento, a constrangimentos e vigilâncias. O que faz desse lugar capaz tanto de construir reputações como de revelar jogos de poder e interesses a partir da exibição de sujeitos que se utilizam de “razões não-públicas travestidas de justificações universais” (GOMES, 2008, p. 161).

A partir da exposição e da repercussão de temas e discursos, uma função de sociabilidade também é destacada na esfera de visibilidade pública conformada pelos meios de comunicação de massa. Por meio dela, é dada a conhecer aos indivíduos uma seleção de quadros

interpretativos, “uma espécie de mundo, de horizonte de realidade” (GOMES, 2004, p. 143).

Partindo dessa apresentação dos primeiros pressupostos teóricos, compreende-se, portanto, que a criação da política pública do Programa Mais Médicos se calca em concepções democráticas, como a da garantia de direitos aos cidadãos. Ao mesmo tempo, ela está inserida em um espaço público tensionado entre interesses públicos e privados e, por isso, desencadeia processos de comunicação pública na esfera de visibilidade pública. Considerando-se tal zona de visibilidade conformada, predominantemente, pelos meios de comunicação de massa na atualidade, busca-se, na etapa seguinte, caracterizar um lugar específico de produção de discursos e *locus* de investigação do acontecimento Mais Médicos: o jornalismo⁴.

⁴ Cabe ressaltar que, ao fazer uso do termo *media*, faz-se referência ao conjunto de meios de comunicação de massa, que inclui gêneros informativos, de ficção e entretenimento. Contudo, importa definir que “o termo ‘jornalismo’ distingue-se por se tratar de uma parte específica do conteúdo da mídia, que se propõe a comunicar ao público fatos verídicos e atuais” (BUDÓ, 2013, p. 23).

2 JORNALISMO E SOCIEDADE

Nesta etapa, são apresentados alguns pressupostos teóricos que buscam balizar a ampla relação entre os conceitos de jornalismo e comunicação pública. Em um primeiro momento, recorre-se a autores como Guerra (2008) e Franciscato (2005), uma vez que contribuem na discussão a respeito do caráter institucional do jornalismo. A assunção de um jornalismo como instituição social pressupõe uma expectativa concernente ao seu papel social e a um compromisso com o interesse público. Partindo dessa perspectiva, são apresentadas visões que procuram desenvolver as finalidades da profissão, inseridas na ótica das teorias democráticas (TRAQUINA, 2004; KOVACH; ROSENTIEL, 2001; GENTILLI, 2005), assim como os paradoxos éticos e normativos enfrentados na atualidade (CORNU, 1994; KARAM, 2004).

Complementarmente, é abordada outra dimensão do jornalismo: como gênero discursivo. Aciona-se Benetti (2008, 2010, 2012) e Charaudeau (2010) a fim de tratar desse lugar do jornalismo, legitimado socialmente, como espaço de circulação de discursos diversos, assim como de produção de um discurso próprio. As perspectivas mobilizadas auxiliam na compreensão das relações entre o jornalismo e a sociedade, uma vez que enfatizam seu lugar de produção de sentidos sobre os fatos sociais e, conseqüentemente, da transformação de acontecimentos do mundo em acontecimentos jornalísticos.

2.1 Do caráter institucional do jornalismo

A institucionalização do jornalismo é um fenômeno moderno consagrado a partir dos séculos XVIII e XIX com a consolidação das sociedades burguesas europeias e a ascensão de ideais iluministas, como a centralidade do pensamento humanista, a individualidade, a razão e a emancipação. A imprensa surge, assim, como meio e fator da esfera pública, vinculada à defesa de um mercado livre de ideais. A defesa da essencialidade da publicidade dos fatos (principalmente no âmbito político) se dá, primordialmente, em oposição aos modelos de Estado aristocráticos vigentes até o momento em questão. De acordo com Guerra (2008, p. 126), “a liberdade de expressão, por exemplo, que até então era objeto de sérias restrições por parte ora das monarquias, ora da igreja, será considerada um direito inalienável quando o liberalismo se torna força política e econômica hegemônica”.

Partindo desse cenário inaugural, gradativamente, a matriz opinativa do jornalismo, calcada no engajamento político, no exercício discursivo da argumentação e fundamental ao desenvolvimento da esfera pública burguesa, passa a ser superada pela matriz informativa,

assumida então como modalidade predominante da prática profissional a partir do final do século XIX. Os fatos ganham valor essencial na transição entre um jornalismo artesanal, de influência político-partidária, para um inserido no modo industrial e capitalista de produção. “É nesse período que a separação entre fato e opinião se torna um paradigma, a influenciar profundamente a formação de um padrão de conduta que irá se constituir numa das principais competências requeridas para a prática do jornalismo” (GUERRA, 2008, p. 131).

O paradigma do jornalismo baseado no factual, distanciado das opiniões e da política, firma uma crença de que “o jornalista poderia certificar-se da realidade das informações obtidas e, ao mesmo tempo, avaliar sua relevância tanto no interior da área na qual se inscreve quanto em relação às expectativas dos indivíduos” (GUERRA, 2008, p. 132). Esse valor central na institucionalização do jornalismo moderno irá também servir a um interesse econômico das empresas e das organizações jornalísticas, que passam a conquistar a adesão de diferentes anunciantes e públicos/leitores, ampliando, conseqüentemente, o consumo do produto intitulado “notícia”.

Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “pólo intelectual” do campo jornalístico (TRAQUINA, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, Franciscato (2005) apresenta a emergência de duas dimensões centrais do jornalismo consequentes dos processos de industrialização e urbanização no Ocidente. A primeira seria a do jornalismo concebido como instituição. Isso significa atribuir-lhe legitimidade e reconhecimento social num contexto de espaço-tempo concretos, sob aspectos do coletivo, da organização e do social. Ao mesmo tempo, é identificada a dimensão da atividade profissional, cuja execução diz respeito à existência de um *ethos* e da sistematização de práticas e valores para a construção de um relato sobre as ocorrências do mundo. Os procedimentos, sustentados também por um código deontológico da profissão, visam garantir princípios como o da objetividade, essencial à produção da verdade, que reafirmam preceitos como o da independência e da defesa do interesse público.

Para Cornu (1994), a objetividade jornalística é subsidiária da verdade jornalística, fundamental ao debate público, e estaria vinculada ao método de construção do relato noticioso. Ou seja, as escolhas do jornalista necessitam ser guiadas por princípios profissionais para que essa objetividade se produza. Ao mesmo tempo, a verdade jornalística é assumida como resultado de um movimento entre os âmbitos do objetivo e subjetivo, já que compreendem os

trabalhos de apreensão e também de interpretação da realidade por parte dos profissionais. Para o autor, a informação jornalística “põe em jogo acontecimentos, que constituem o seu material específico, sentido e estilo. Inclui factos, comentários e relatos. Estas matérias correspondem a actos distintos, que são a observação, a interpretação e a narração” (CORNU, 1994, p. 329).

É dentro dos limites desse exercício, guiados por parâmetros editoriais e deontológicos, que o jornalista se torna um “observador do notável”, já que define aquilo que deve ser notado, conhecido, tornado público. Por isso, importa ressaltar que:

Perante o objeto fugaz que é o acontecimento, apanhado no “som e na fúria da história”, o jornalista não está dispensado de recorrer aos instrumentos elementares de sua deontologia, a fim de garantir uma correta *descrição dos fatos*: publicar unicamente informações cuja origem conhece, ou senão acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar nem textos nem documentos; retificar uma informação publicada que se revele inexata (CORNU, 1994, p. 391).

Nesse sentido, a noção de uma instituição jornalística é originada no reconhecimento dos termos de uma espécie de tratado, assumido não somente por aqueles que exercem a profissão, mas por todos os atores sociais inseridos num mesmo contexto. Como afirma Guerra (2008), é criado um contrato social entre os indivíduos e as organizações/profissionais jornalísticas, no qual se estabelece uma relação de confiança naquilo que a atividade se propõe a fazer como instituição: a mediação cognitiva entre os atores sociais e a realidade.

Também por isso, Franciscato (2005) aponta como resultado dessa que virá a ser a concepção hegemônica do jornalismo a definição da notícia como produto jornalístico e a ampliação das discussões decorrentes, como os critérios de noticiabilidade, numa ideia de padronizar/institucionalizar o modo de reconhecer e selecionar eventos. É nessa normatização das competências dos jornalistas que se baseará a credibilidade, um dos valores centrais na sustentação da legitimidade da atividade. Credibilidade esta que será colocada constantemente em xeque na relação entre a instituição e a própria sociedade.

O vínculo do jornalismo é, dessa forma, um elemento da ordem da intersubjetividade que opera com percepções como credibilidade, confiabilidade e legitimidade, independentemente de considerarmos se o leitor assume o papel de consumidor ou cidadão. Esta legitimidade social que a instituição jornalística conquistou para realizar um relato fiel das ocorrências cotidianas torna-se um alicerce ao mesmo tempo essencial e instável, pois é cotidianamente colocada em questão, quando, a cada edição do jornal ou veiculação de programa telejornalístico, o indivíduo, ao exercitar a sua condição de cidadão ou de mero consumidor, opta por renovar este vínculo (FRANCISCATO, 2005, p. 172).

O caráter institucional do jornalismo evidencia, assim, um duplo movimento entre interesses públicos e privados (interesse público e do público) em que passam a coexistir duas dimensões. Uma, como corpo social, de legitimação na reconstrução discursiva de eventos cotidianos e voltada à produção da notícia como um documento público (PARK, 2008). E outra, que dá conta da sua existência calcada sob a lógica organizacional, empresarial, de produção segundo regras operacionais (FRANCISCATO, 2005). A notícia passa a ser produto e, ao mesmo tempo, constituinte da dimensão pública do jornalismo, ligada ao âmbito coletivo, já que é por meio dela que se dão a conhecer os acontecimentos de um mundo em que a realidade é socialmente construída (TRAQUINA, 2004).

Com base nisso, Traquina (2004) admite a existência de dois polos que estruturam o jornalismo. De um lado, aquele relativo ao seu caráter econômico e comercial, em que a informação é concebida como um produto a ser vendido; de outro, o jornalismo como instituição essencial à democracia, à construção da cidadania e calcado pelo *ethos* da profissão. Ou, como afirma Cornu (1994, p. 279), há tanto uma vertente mercantil quanto social e política no trabalho dos jornalistas, dirigindo-se ao público porque “é preciso vender o jornal ou garantir audiência” e “em nome da missão pública da informação”.

A interação e a concorrência entre o código do sistema jornalístico e a rentabilidade da empresa mediática capitalista passa a estar, portanto, em constante tensão nas democracias de massa. Isso se intensifica ainda mais a partir do século XX, quando a produção jornalística se dará em diversas frentes, entre elas grandes conglomerados empresariais. Como afirma Franciscato (2005, p. 164), “falar em instituições jornalísticas vai significar tanto a proliferação de pequenas organizações atuando em múltiplas áreas quanto a reunião de empresas jornalísticas dentro de conglomerados empresariais com características de convergência e multimídia”. Com o peso do fator econômico na construção do produto jornalístico em evidência, será exigido um olhar mais apurado à noção de um serviço público relacionado ao trabalho da imprensa (TRAQUINA, 2013).

Cabe ressaltar ainda que, a partir do XXI, evidencia-se a ascensão da internet, assim como o surgimento de novas lógicas de produção da informação que acirram a concorrência e a competitividade empresarial. O fechamento de grandes veículos, a queda no número de leitores e as tentativas de renovação do vínculo que funda a relação com o leitor apontam para uma consequente crise de legitimidade da profissão do jornalismo. A dicotomia do leitor indivíduo/cidadão acarreta desafios lançados aos próprios valores e condutas que alicerçavam, até então, a atividade, principalmente no que se conforma em um distanciamento de sua função democrática (NEVEU, 2004).

2.2 Das finalidades democráticas do jornalismo

A compreensão de um lugar institucional do jornalismo importa, uma vez que lhe são atribuídos um compromisso e uma função social na reconstrução discursiva dos fatos do mundo. Em se tratando de um regime democrático, considera-se que o exercício das instituições esteja ligado à potencialidade de garantir a existência da própria democracia. Como afirma Dahl (2009, p. 63), as “instituições que proporcionem e projetam oportunidades e direitos democráticos essenciais são necessárias à democracia: não simplesmente na qualidade de condição logicamente necessária, mas de condição empiricamente necessária para a democracia existir”.

Na abordagem da comunicação pública, reitera-se a democracia como seu *locus* de realização e a imprensa como parte da rede de produção e circulação de informações que a compõem. Segundo Esteves (2011), a imprensa serve de estrutura simbólica de disseminação de discursos a respeito da política e da realidade social dos sujeitos. Além disso, o acesso ampliado de informações é entendido como enriquecedor das práticas democráticas e deliberativas no sentido cívico e ainda defendido como um dos pressupostos básicos à vida política dos cidadãos.

A informação é um recurso indispensável para a normal construção de práticas discursivas, sendo estas, por sua vez, vitais nos processos deliberativos: mais informação, informação de melhor qualidade, facilidades de acesso e processamento de informação, tudo isto são factores de qualificação das práticas discursivas e, como tal, da deliberação que na sua base poderá concretizar-se (ESTEVES, 2011, p. 37-38).

Da mesma forma, ao admitir uma concepção de sociedade em que o cidadão tem participação ativa, Gentilli (2005) contribui para os estudos que problematizam o lugar dos meios de comunicação nas sociedades de massa sob a perspectiva da política. Ao tratar do jornalismo, em especial, o autor aciona reflexões de Bobbio e Arendt, brevemente abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, para definir sua hipótese. Sua perspectiva é a de que a informação jornalística se faz imprescindível para a construção das sociedades modernas, relacionadas diretamente à visibilidade dos governos e ao desenvolvimento de direitos humanos, sociais e políticos. Para tanto, defende o direito à informação como elemento constitutivo das sociedades democráticas de massa e ao acesso pleno aos demais direitos:

Nas sociedades modernas, estruturadas como democracias representativas, como já visto, todos os direitos em alguma medida relacionam-se com o direito à informação: o alargamento da participação na cidadania pressupõe o alargamento do direito à informação como premissa indispensável, um pressuposto (GENTILLI, 2005, p. 129).

Para o autor, o direito à informação se constitui, assim, como um direito-meio, ou seja, como aquele que permitirá a conquista e o desenvolvimento de demais direitos, assim como a qualificação dos regimes democráticos. De acordo com a definição que apresenta:

O direito à informação, portanto, é um direito-meio, é um pressuposto, neste caso, para que o direito político se realize em melhores condições. Se, por exemplo, todos os cidadãos não forem informados sobre todas as alternativas em disputa numa determinada eleição, esta eleição passa a contar com um vício de origem que, embora não a desqualifique como antidemocrática, torna-a menos democrática (GENTILLI, 2005, p. 117-118).

Percebe-se que a informação jornalística, ou seja, a possibilidade de uma mediação informativa realizada pelo jornalismo, é pensada pelo autor na perspectiva da cidadania. Para Gentilli (2005, p. 12), há um sentido normativo emancipatório nessa informação produzida que se concretiza na pluralidade editorial e na diversidade de olhares a respeito de um tema. Dessa forma, o direito à informação “acena-se não apenas em relação ao aspecto do ficar sabendo acerca das políticas públicas, mas constitui-se no insumo básico pelo qual o cidadão será capaz de ser sujeito do seu destino e dos rumos da sociedade”.

Num mesmo sentido, Kovach e Rosentiel (2001) defendem como finalidade do jornalismo a criação de uma noção de comunidade capaz também de contribuir para a cidadania e para o funcionamento do sistema democrático. Para os autores, há um destaque para a responsabilidade cívica da atividade profissional. Para tanto, afirmam que

[...] a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, nem pelos jornalistas ou pelas técnicas que estes empregam. [...] os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por algo mais básico – a função que as notícias desempenham na vida das pessoas (KOVACH; ROSENTIEL, 2001, p. 15).

Para os autores, a vontade de conhecer a própria realidade e compartilhá-la com uma comunidade são pontos que revelam o interesse das pessoas pelas notícias. A sua produção estaria ainda na condição de qualificadora da democracia, na compreensão de que “quanto mais democrática a sociedade, mais notícias e informações circulam” (KOVACH; ROSENTIEL, 2001, p. 20).

Preocupados com os princípios éticos e com a base normativa que define o *dever ser* do jornalismo, os autores problematizam o novo contexto social tecnológico, entendendo um efeito de subordinação do jornalismo e uma ameaça à liberdade de imprensa a partir dos novos vínculos comerciais que se revelam. Assim, as tensões entre os interesses públicos e privados desequilibrariam a possível função emancipadora do jornalismo, já que, por intermédio dele, os cidadãos poderiam obter as informações necessárias para serem livres e se autogovernarem (KOVACH; ROSENTIEL, 2001).

A relevância democrática da produção de notícias, relativa ao tornar público (publicidade) e à formação da opinião pública é ponto também discutido por Park (2008). Pioneiro nos estudos sobre jornalismo, o sociólogo estadunidense compreende a notícia como uma forma de conhecimento, capaz de produzir esclarecimento como matéria-prima de conversações e do debate. A notícia aparece, assim, caracterizada por esse movimento entre o senso comum e o conhecimento científico, compreendida como um instrumento de conhecimento e orientação do homem no mundo, na sua realidade vivida no tempo presente. Esse *locus* em que se insere faz da notícia “algo que faz as pessoas falarem” (PARK, 2008, p. 51), capaz de promover o conhecimento de uma realidade compartilhada e vivida pelos sujeitos. Para o autor, ao publicizar temas e conteúdos que rompem a esfera privada e circulam socialmente, a notícia torna-se um documento público, com potencial agregador e mobilizador. Dessa forma, “a extensão na qual a notícia circula determina a extensão que os membros de uma sociedade participam de sua ação política” (PARK, 2008, p. 51).

Tal preocupação com a dimensão pública do jornalismo é vinculada aos aspectos normativos do âmbito simbólico em que se insere: o espaço público. E é a partir desse parâmetro ideal que se pode avaliar o cumprimento do papel social e político do jornalismo, como o de contribuição para um debate público plural, qualificado e visível.

Os jornalistas agem no seio do espaço público, entendido como um lugar simbólico de troca e comprovação de argumentos contraditórios sobre o conjunto dos assuntos que interessam a sociedade civil. Este espaço reveste-se de um sentido normativo quando a troca, orientada para a procura de um acordo universal, é posta como condição do viver-juntos da política (CORNU, 1994, p. 304).

Para Karam (2004), a defesa de um exercício ético do jornalismo, dentro dessa concepção normativa mais ampla, serve como movimento de resistência frente a uma nova conjuntura mediática consolidada principalmente a partir do século XX. A supremacia das lógicas comerciais, com a megafusão de empresas da comunicação, em especial na realidade

brasileira, exige que se combata “o *pensamento único*, as estratégias retóricas e o cinismo” (KARAM, 2004, p. 260, grifado no original) no jornalismo. Para o autor, defender o papel social e político da atividade jornalística é combater a crise que diz respeito à prevalência do poder empresarial jornalístico sobre a informação de qualidade, voltada ao interesse público, ou seja, do seu lugar no serviço à sociedade.

Sendo assim, nesta etapa, buscou-se apresentar perspectivas teóricas que balizassem o pressuposto de que o jornalismo se constitui como uma instituição e, por isso, lhe é atribuído um compromisso social no que toca à produção da notícia principalmente em se tratando de sociedades que vivem sob um regime democrático. É desse lugar, contudo, que o jornalismo se configura como narrador legítimo de acontecimentos do mundo e, ao mesmo tempo, como será visto no item a seguir, em que se apresenta como produtor de discursos e sentidos sobre eles.

2.3 Do caráter discursivo do jornalismo

A identificação do jornalismo como instituição social nos permite compreender seu lugar legitimado para narrar fatos do cotidiano por meio das notícias e informar aos cidadãos a respeito de acontecimentos relevantes. Cabe aqui ressaltar que essa produção se institui a partir de uma construção discursiva realizada pelo jornalismo, diretamente ligada ao uso da linguagem. Assumir tal perspectiva significa colocar em questão características vinculadas, historicamente, ao fazer jornalístico.

[...] a linguagem constitui e não descreve aquilo que é por ela representado. Esta concepção abala a prática jornalística pois, se é assimilada, deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecimento para a linguagem. Ao mesmo tempo, esta perspectiva enfatiza a tensão inerente ao fazer jornalístico, pois é na “crença” da superposição entre o real e o texto que reside a credibilidade da imprensa [...] (BERGER, 1998, p. 19).

Partindo dessa perspectiva, é atribuída ao jornalismo a capacidade de moldar e ditar uma definição pública dos fatos, apontando para seu dever de mediação, mas também como lugar de circulação e produção de sentidos (BENETTI, 2010). O jornalismo como discurso poderia ser definido então como “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2010, p. 107).

Benetti (2010) se baseia nos estudos de Bakhtin ao afirmar um dialogismo constitutivo do discurso jornalístico. É uma relação que se dará em duas frentes principais: pelas noções de

interdiscursividade e pela intersubjetividade. Isso significa assumir que a linguagem tem relação com aquilo que é exterior ao sujeito na constituição do discurso, da mesma forma que é produto da referência a outros discursos de sujeitos distintos. O texto é, assim, material visível de um movimento complexo de forças que são anteriores e exteriores a ele. Por isso, compreende-se que “o dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se insere. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário” (BENETTI, 2010, p. 109). Ou, como afirma Charaudeau (2010, p. 42), “a linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade. É falando com o outro – isto é, falando o outro e se falando a si mesmo – que comenta o mundo, ou seja, descreve e estrutura o mundo”. Dessa forma:

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar a visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos (BENETTI, 2010, p. 108).

Segundo Charaudeau (2010), as notícias são construídas por meio de um processo discursivo. Para o autor “o sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social” (CHARAUDEAU, 2010, p. 41). Isso significa dizer que:

[...] o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação de circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a que este se dirige, da relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido (CHARAUDEAU, 2010, p. 40).

Importa ressaltar a distinção apresentada por Benetti (2012) entre o jornalismo e os demais discursos mediáticos. O primeiro, manifesto principalmente na produção da notícia, deve, necessariamente, comprometer-se com a realidade, enquanto os outros podem se referir à ficção e a outras possibilidades mais amplas. Isso interessa, já que:

Decifrar a realidade fragmentada e reconstruí-la sob a ordem da narração exige do jornalista o domínio de técnicas de estratégias discursivas particulares, inscritas nos elementos do contrato de comunicação de um gênero discursivo totalmente singular – distinto de qualquer outro gênero do discurso e mediado, desde sempre, por sua missão pública (BENETTI, 2008, p. 25).

Portanto, pode-se dizer que o jornalismo é compreendido neste trabalho como instituição (FRANCISCATO, 2005), o que lhe atribui um reconhecimento como corpo social habilitado à reconstrução discursiva de fatos do mundo, assim como uma atividade profissional guiada por procedimentos e códigos deontológicos. Assumir seu caráter institucional implica, ainda, vinculá-lo a um paradoxo ligado à dupla dimensão que o constitui. Uma ligada ao seu compromisso normativo, relativo à missão pública da informação (CORNU, 1994) e do seu potencial cívico e político na produção de conhecimento que auxilie na garantia de direitos dos cidadãos (GENTILLI, 2005); a outra ligada à sua concepção enquanto empresa rentável, que tem a notícia como um produto a ser vendido (TRAQUINA, 2004). Partindo disso, entende-se, o discurso jornalístico como gênero discursivo específico, produzido a partir de condições de produção próprias da atividade jornalística e como lugar de circulação e produção de sentidos (BENETTI, 2010).

3 ACONTECIMENTO E JORNALISMO

Neste capítulo, são apresentadas visões teóricas a respeito do conceito de acontecimento a partir de perspectivas sociológicas e comunicacionais. As abordagens acionadas provêm de autores como Quéré (2005, 2011), França (2011) e Rebelo (2006). A partir da caracterização das diferentes instâncias do acontecimento, enquanto fenômeno e evento da ordem dos sentidos (QUÉRÉ, 2005, 2011), são discutidos ainda seus efeitos relativos à experiência dos indivíduos e aos processos que o tornam observável e apreensível.

Na problematização que toca a noção de acontecimento público, recorre-se a Quéré (2005, 2011) e Coelho (2013), a fim de se compreenderem as particularidades de um acontecimento vinculado à visibilidade e, acima de tudo, ao interesse público. Assumido como revelador de campos problemáticos da sociedade, entende-se o acontecimento público como potencial mobilizador de debates públicos. E, nesses debates, vê-se como imprescindível a participação mediática na atualidade.

Por último, para tratar da abordagem mediática e, acima de tudo, jornalística do acontecimento, aciona-se Alsina (2009), Charaudeau (2010), Berger e Tavares (2009) e Rodrigues (1993), que defendem um processo de construção social do acontecimento noticiável a partir de lógicas próprias das instituições comunicativas e da significação dos sujeitos. Importa acionar tal arcabouço teórico, uma vez que auxilia na compreensão das condições de apreensão de um acontecimento público pelo sistema jornalístico, considerando requisitos particulares de regulação e publicização.

3.1 Do Acontecimento

O acontecimento é tratado como objeto de estudo em distintas áreas do conhecimento, como a História, a Filosofia e a Sociologia, e vem sendo apropriado também pela Comunicação para discutir diversas abordagens a respeito de ocorrências do mundo dos fenômenos e os possíveis processos de significação e afetação dos sujeitos desencadeados por eles. A abordagem destacada neste estudo é a concepção de acontecimento como dotado de um poder sociológico, como fonte de sentidos, provocador de desequilíbrios e investido de um poder de revelação de problemas públicos.

Serve a essa perspectiva a visão teórica do sociólogo francês Louis Quéré (2005, 2011), que tensiona a noção de acontecimento na sua dualidade: entre o fato e o sentido. O autor compreende a marca de iniciação de um acontecimento por sua ocorrência concreta inserida em

um contexto de espaço-tempo. Por ela é inaugurada a possibilidade de inscrição desse evento na ordem dos sentidos, a partir da qual decorrerão processos de apropriação e simbolização na tentativa de inteligibilidade dos sujeitos afetados por ele. Essa afetação é, acima de tudo, o que importa a Quéré (2005, 2011), na medida em que a experiência dos sujeitos é compreendida como fundadora do próprio acontecimento, já que o acontecimento não o é se não acontece a alguém. A permanência do acontecimento é garantida enquanto ele produz efeitos sobre aqueles por ele afetados.

O acontecimento extravasa o tempo e o contexto presente de sua ocorrência, já que reverbera a partir da experiência que suscita em sujeitos individuais e coletivos. O acontecimento torna-se, assim, capaz de produzir questionamentos sobre as próprias histórias de vida e condutas dos sujeitos, “lançando luz sobre o que terá precedido e sobre o que lhe poderá seguir” (QUÉRÉ, 2005, p. 67).

Ainda sobre a relação entre a ocorrência empírica e sua transformação em acontecimento, aponta-se a reflexão oferecida por Rebelo (2006). De acordo com o autor, a relevância, a atualidade e a pregnância são características constitutivas de um acontecimento, sendo a pregnância a capacidade de provocar rupturas nas relações rotineiras. Dessa forma, a transformação de uma ocorrência empírica (fato) em um acontecimento estaria diretamente ligada à perturbação que provoca nos sujeitos e nos contextos sociais, incitando a uma reconstrução do “quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada” (REBELO, 2006, p. 17).

A marca de descontinuidade é instituída pelo acontecimento (daquilo que se encerra, mas também do que se torna possível depois de sua instauração). E é a busca por sentidos e explicações a partir desse rompimento da normalidade que revela um poder hermenêutico do acontecimento (QUÉRÉ, 2005). As dinâmicas interpretativas desencadeadas pelo acontecimento o colocam na ordem do inesperado, tornando-o capaz de inaugurar algo de novo e, ainda, de produzir uma revisão do próprio sentido daquilo que era ou não possível.

Não só o nosso conhecimento do que é possível, mas também as nossas retrospectões e as nossas projeções se modificaram à luz do acontecimento: há coisas que agora sabemos possíveis e podemos reinterpretar a nossa experiência passada tendo em conta essas mesmas coisas, tal como podemos tentar provocá-las ou evitar que se produzam [...] Enfim, o acontecimento pode afetar profundamente o horizonte dos possíveis que serve de pano de fundo ao traçar dos nossos projetos (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

A partir disso, identifica-se um potencial revelador e explicativo do acontecimento, já

que da sua observação e interpretação se poderá produzir questionamentos a respeito do cenário em que ele se insere e as tensões, as situações problemáticas e os conflitos os quais mobiliza. Os acontecimentos se integram e contribuem, assim, para a progressão das intrigas que compõem nossas experiências cotidianas, servindo, ao mesmo tempo, de pivô investigativo a respeito das tramas que compõem a vida social.

De certa maneira, toda a situação tem uma estrutura de intriga: qualquer coisa se enlaça, num dado momento, devido a um acontecimento ou uma iniciativa humana, para, em seguida, se encaminhar progressivamente para um desenlace resultante de contingências, peripécias, mudanças de situação, alterações do acaso. Os acontecimentos que se produzem neste tipo de situação caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar processos em curso (QUÉRÉ, 2005, p. 71).

Tais perturbações e descobertas desencadeadas pela instauração de um acontecimento têm como condição essencial a passibilidade dos sujeitos. Ou seja, para que o acontecimento passe pelo processo de transação enquanto fato no mundo para a condição de produtor de sentidos e construtor de uma experiência, os sujeitos que estão expostos devem estar suscetíveis ao seu poder de transformação, perturbação e afetação. Segundo Quéré (2005, p. 66), a passibilidade “faz com que a confrontação com um acontecimento assuma dimensões de provação, isto é, de travessia, na qual aquele a que o acontecimento acontece, seja um indivíduo, seja um colectivo, se expõe, corre riscos, perigos e põe em causa sua identidade”.

A travessia é ainda um dos fatores essenciais daquilo que o autor denomina de *individuação*⁵ do acontecimento. Trata-se do processo pelo qual o acontecimento ganha singularidade, passa a existir enquanto “indivíduo”, com forma, estrutura, assumindo dimensões de unidade, identidade e significação. Como afirma França (2011):

Um acontecimento não tem uma natureza intrínseca que o particularize, uma essência própria que estabeleça, de dentro para fora, sua identidade: esta vem (é dada) das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam. Ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular (FRANÇA, 2011, p. 66).

A individuação do acontecimento é definida, então, por um percurso do qual fazem parte

⁵ A partir das articulações teóricas de Quéré, França (2011) propõe cinco etapas para analisar o processo de individuação de um acontecimento, que incluem a descrição/categorização, a narrativização, a identificação de um fundo pragmático (composto por práticas e ações frente ao acontecimento), a caracterização de um problema público e a sua normalização (inscrição num contexto social e causal, capaz de manifestar seu caráter típico).

a sua publicização, descrição, narração, entre outras operações que o tornam observável e apreensível. Ao final de tudo, analisar esse processo consiste em tentar desvendar como tal fenômeno entra no mundo social, é reconhecido e passa a existir como objeto socialmente significativo.

Para a investigação aqui proposta, importa ainda destacar os acontecimentos sociais em que esses movimentos de individuação são públicos e discursivos. A exploração (o inquérito) e a apropriação que resultará na experiência gerada pelo acontecimento dar-se-á, predominantemente, no espaço público e com a participação da cena pública organizada pelos *media* – através da construção de narrativas, análises e exposição de pontos de vista (QUÉRÉ, 2011). Essa publicização, dada pela alta visibilidade dos meios de comunicação, é uma das condições para a caracterização de um acontecimento específico e do qual trata em especial este trabalho: o acontecimento público.

3.2 Do acontecimento público

Para Quéré (2011), a essencialidade da publicização na individuação dos acontecimentos é inquestionável. Aquele que se inscreve na ordem dos acontecimentos públicos deve ser levado ao conhecimento de um público pela informação. Contudo, tratar de um acontecimento público significa dar conta ainda de outra instância: a de sua ligação ao tema dos problemas públicos e de uma ação pública consequente.

Os problemas públicos podem ser constituídos a partir de iniciativas ou decisões políticas ou ter como fonte importante os acontecimentos da atualidade. Os acontecimentos examinados publicamente podem gerar a formulação e a tematização de problemas públicos, assim como sua transformação em um objeto manipulável (QUÉRÉ, 2011). O inquérito sobre um acontecimento público permite ainda a revelação de campos problemáticos, fazendo emergir a busca por soluções possíveis e perspectivas de ações públicas. Como afirma o autor:

[...] o inquérito sobre os acontecimentos públicos faz surgir e estrutura campos problemáticos onde eles encontram seu sentido. Por campo problemático entendo um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas (QUÉRÉ, 2011, p. 27).

Por isso, para além da visibilidade, o acontecimento público assume um caráter mobilizador de diferentes arenas sociais, potencializador de debates e processos deliberativos.

Sua natureza tem vinculação com o interesse público, já que aponta para situações problemáticas de alcance social. A especificidade de tal acontecimento pode ser descrita da seguinte forma:

Ele [o acontecimento] o é por ter uma grande visibilidade, ensejar problemas e temas fundados no interesse públicos, exigir ação pública. Ele demanda/provoca processos de comunicação pública, em que há a mobilização de arenas e a expectativa de regramento por princípios éticos e normativos. Em um acontecimento público, mídia, sociedade e Estado estão implicados (COELHO, 2013, p. 76).

Compreende-se, assim, o acontecimento público como aquele que envolve públicos, instituições públicas e políticas e organizações mediáticas. Além disso, abriga o interesse público nele dotado como elemento de disputas e provocador de impactos sociais e culturais. Por tais características, ele é capaz de “despertar paixões individuais e coletivas e propicia a convergência da política e da mídia” (WEBER, 2011b, p. 191), lançando luz à complexa relação contemporânea entre a política e a cena pública mediática.

O acontecimento desencadeia a participação de diferentes instâncias da sociedade em relação a uma problemática pública. Conforme afirma Quéré (2005, p. 72-73): “o papel dos *media* é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas”. Por isso, defende a informação advinda dos *media* como essencial a uma sociedade democrática. Segundo o autor, a publicização dos acontecimentos, a partir de comentários, explicações e nomeações realizados pelos meios de comunicação, contribuiriam para a indagação a respeito da constituição e da evolução de campos problemáticos em vista de uma solução.

A possibilidade de uma repercussão ampliada do acontecimento promovida pelos *media* é ainda destaca por Rebelo (2006). Segundo o autor, a busca por sentidos inaugurada pela ruptura advinda da ocorrência propriamente dita se materializa na construção de narrativas sobre o acontecimento. Sua importância se sustentaria na visão de que as narrativas mediatizadas (ou mediatizáveis) seriam as “únicas suscetíveis de transportar o acontecimento para além dos limites da comunidade onde emergiu” (REBELO, 2006, p. 18).

Assume-se a inerência da visibilidade e da problematização das questões públicas ao acontecimento público. Dessa forma, serão apresentadas brevemente as condições de apreensão do acontecimento quanto ao suporte mediático, que tem papel determinante na sua repercussão, conforme apontado anteriormente. Importa ainda discutir, em especial, a construção jornalística

desse acontecimento, já que, uma vez admitida sua vinculação com o interesse público, antes de um acontecimento mediático, o acontecimento público é ou será um acontecimento jornalístico (COELHO, 2013).

3.3 Do acontecimento jornalístico

Em consonância com a visão Quéré, Alsina (2009) defende o acontecimento como algo exterior ao sujeito, mas dependente da relação com este mesmo sujeito para adquirir sentido. Para o autor, os acontecimentos são fenômenos ligados às condições culturais e históricas de cada sociedade. Por isso, quando apreendidos coletivamente, os acontecimentos tornam-se capazes de oferecer a imagem de uma sociedade sobre ela mesma ou sobre sociedades distintas.

Ao considerar os *media* como suporte pelo qual o acontecimento pode ser apreendido, o autor aponta para a possibilidade de uma permanência do acontecimento no âmbito social. Segundo ele, “os acontecimentos, que por si mesmos desvanecem, tornam-se, através de sua representação pela mídia, manifestações que perduram, documentos. A mídia torna os acontecimentos um material de possível consumo repetitivo (ALSINA, 2009, p. 130).

O autor defende a importância de se investigarem os acontecimentos a partir dos *media*, cuja construção está inserida numa lógica da instituição comunicativa. É por meio dessa consideração que será possível avaliar a complexidade do processo da elaboração das notícias, por exemplo. O acontecimento sob a abordagem dos *media* é objeto de estudos, principalmente, quando tratado a partir da sua configuração em forma de notícia ou por meio de linguagens jornalísticas. Isso se justifica por se considerar a própria natureza do jornalismo, já que, se ele “se volta para a realidade, para o cotidiano do mundo, para o que nele acontece, de alguma forma dizemos do acontecimento como uma ação que vale ser relatada” (BERGER; TAVARES, 2009, p. 3).

Na visão de Alsina (2009), pensando no sistema jornalístico e na sua relação com o ecossistema, isto é, como o entorno social, os acontecimentos seriam como *inputs*, e as notícias, como *outputs*. Isso significa dizer que tal sistema se utiliza dos acontecimentos como matéria-prima, ao mesmo tempo em que os constrói e os enquadra, como produtos que podem vir a se tornar acontecimentos sociais. Para o autor, “o sistema impõe seu determinismo sobre o acontecimento do ecossistema na construção da notícia. A notícia é produto da mediação da instituição comunicativa” (ALSINA, 2009, p. 135).

Sobre a especificidade do acontecimento jornalístico, há requisitos para que o acontecimento se torne noticiável, como a imprescindibilidade da singularidade do fato. São

elencados, assim, elementos característicos a esse tipo de acontecimento, como a variação do ecossistema (desvio da normalidade do entorno/contexto), a comunicabilidade do fato e a implicação dos sujeitos. Para o autor, a comunicabilidade do acontecimento jornalístico é condição necessária para que o acontecimento ganhe conhecimento público e, assim, uma dimensão social e coletiva.

Quanto aos níveis de publicidade que atingem o acontecimento, Alsina (2009) aponta que, em muitos casos, a espetacularidade do acontecimento em uma cobertura mediática acaba por se configurar para além da relevância do fato em si e mais por seu grau de exposição. Ele defende que “o importante é aquilo que afeta nossa vida do dia a dia e não somente de uma forma pontual e falsa, mas que terá consequências ao longo do tempo” (ALSINA, 2009, p. 146). Sobre o processo de publicização do sistema mediático, ainda afirma que:

De qualquer forma, quando um fato se considera acontecimento por muitos meios de comunicação, e é transmitido em forma de notícia no mercado da comunicação, é gerado um efeito multiplicador, de orquestração. O acontecimento-notícia tem como característica ser repetitivo. Portanto, quando um acontecimento é, ao mesmo tempo, transmitido como notícia por um grande conjunto de meios de comunicação, podemos valorizar claramente sua transcendência social (ALSINA, 2009, p. 146).

Nesse sentido, Charaudeau (2010) destaca a importante função da linguagem no que chama de transação do acontecimento em seu estado fenomenal para sua existência significativa. O autor contribui para a reflexão a respeito do acontecimento mediático ao afirmá-lo também como produto de um processo de construção inerente ao acontecimento. Pensar no acontecimento como algo sempre construído é considerar o ordenamento de sentido realizado pelos sujeitos a partir da ocorrência surgida no mundo dos fenômenos. Segundo Charaudeau (2010, p. 99), “o acontecimento nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância depende de um sujeito que interpreta o mundo”.

O autor designa esse percurso de construção do acontecimento como “*processo evenemencial*”, no qual identifica três etapas necessárias para que o acontecimento possa ser apreendido: 1) *modificação*, que indica a ruptura e o desequilíbrio provocados pela ocorrência inscrita no mundo dos fenômenos; 2) *percepção*, em que coloca como condição o reconhecimento dos sujeitos do estado de desordem provocado pelo acontecimento. A essa etapa está vinculado o chamado efeito de saliência, resultante dos processos de percepção e cognição desencadeados, capazes de atribuir ao fenômeno um estado de acontecimento. E

finalmente, 3) *significação*, relativa à produção de um efeito de pregnância, que leva em conta a rede de significações sociais em que o sujeito afetado pelo acontecimento está inscrito.

Dessa forma, Charaudeau (2010) compreende as informações mediáticas como um universo construído e indica a mesma condição aplicada ao principal produto jornalístico: a notícia. Ou seja, “a notícia é uma narrativa do acontecimento, uma forma discursiva que descreve o que passou, que reporta reações, que analisa os fatos” (CHARAUDEAU, 2010, p. 71).

Na relação com o acontecimento mediático, o autor elenca três principais categorias de organização de um discurso de informação, o que designa de modos discursivos. Seriam eles relatar, comentar e provocar o acontecimento. O acontecimento relatado estaria, assim, relacionado aos propósitos de descrição, da explicação do fato e da exposição das reações de atores da vida pública em relação à ocorrência. Já o acontecimento comentado trataria de uma intenção de problematizar e elucidar o fato, a partir de análises e exposição de pontos de vista. E, por último, o acontecimento provocado diria respeito à produção midiática de um confronto de ideias em relação a alguma temática social da atualidade.

O comentário e o relato seriam ainda atividades discursivas distintas na finalidade, mas complementares no uso comunicativo de construção do acontecimento no âmbito dos *media*. Por isso:

[...] a visada informativa de fazer saber engloba, ao mesmo tempo, a existência dos fatos e sua razão de ser. Não é possível informar se não se pode, ao mesmo tempo, dar garantias sobre a veracidade das informações transmitidas, logo, fazer saber implica, necessariamente, um “explicar”: o comentário jornalístico é uma atividade estreitamente ligada à descrição do acontecimento para produzir um “acontecimento comentado” (AC) (CHARAUDEAU, 2010, p. 177).

Sob essa perspectiva do discurso, Rodrigues (1993) entende como atribuição do jornalismo transformar um acontecimento, que surge da irrupção da normalidade em uma unidade discursiva. É esse discurso jornalístico, então, que regula o acontecimento, tornando o evento discursivo um acontecimento próprio. A notícia emerge, assim, “como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, nas pessoas, das coisas, das instituições” (RODRIGUES, 1993, p. 29).

Do ponto de vista jornalístico, a previsibilidade do fato adquire importância para que seja transformado em notícia. Rodrigues (1993, p. 23) afirma que o acontecimento jornalístico é de natureza especial e se difere de outros, “sendo inversamente proporcional à probabilidade

de ocorrência”. Ou seja, os fatos de causalidades facilmente determináveis ficam fora do espectro do acontecimento jornalístico e, quanto menos previsível for o acontecimento, maior a probabilidade de ser noticiado e integrar o discurso jornalístico.

O autor designa os chamados registros de notabilidade dos fatos para identificar as condições da apreensão e transformação de determinados acontecimentos em acontecimentos jornalísticos. Ele designa tais requisitos como os registros do *excesso*; da *falha* e da *inversão*. O registro do *excesso* diria respeito aos fatos que revelam marcas de transcendência de uma normalidade de comportamentos individuais ou coletivos. Seriam exemplos dessa categoria o uso extremo da força policial em uma situação corriqueira ou ainda a decisão executada por um juiz que sentencia de maneira demasiadamente rígida um caso em que não é possibilitada uma ampla defesa ao réu.

O registro de notabilidade da *falha* é atribuído a eventos que revelam um defeito, um desvio no funcionamento normal das regras sociais. Rebeliões no sistema penitenciário, uma imprevisível queda na bolsa de valores são fatos que podem ser associados a tal registro; da mesma forma, os acidentes, como terremotos, inundações ou até mesmo acontecimentos inesperados relativos a decisões e posicionamentos de instituições sociais. De acordo com Rodrigues (1993, p. 28):

O divórcio que quebra os laços da família ou a sentença do juiz que condena o inocente, o licenciado de letras que ignora as regras da gramática são acontecimentos notáveis por defeito no funcionamento da instituição familiar, da instituição jurídica, da instituição escolar.

O último deles, então, seria o registro da *inversão*. Nele se encaixam os fatos que dão conta de uma troca de funções ou papéis considerados esperados dentro do âmbito social. Um exemplo amplamente conhecido pelas teorias do jornalismo é aquele cuja máxima é que, se o homem morde o cão, o fato é digno de tornar-se notícia.

O discurso jornalístico é, assim, um dispositivo de notabilidade. Isto é, ao tornar-se um dispositivo de visibilidade universal, garante a notoriedade social, seja de pessoas, seja de instituições. Também por isso, o autor compreende a notícia como um *meta-acontecimento* discursivo em oposição ao *acontecimento referencial*, relativo ao fenômeno, regido pelo mundo natural. A noção de meta-acontecimento serve à reflexão a respeito das apropriações e das transformações realizadas pelo jornalismo ao inscrever um acontecimento na ordem do discurso.

Para Rodrigues (1993, p. 31), “ao relatar um acontecimento, os *media*, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo

acontecimento que vem a integrar o mundo”. Dessa forma, o acontecimento jornalístico seria regido por regras do mundo simbólico e da enunciação, o que, contudo, não significa considerar o acontecimento relatado como mera locução, mas como resultado de um processo de regulação, ordenamento, seleção e apresentação dos fatos expostos.

Ao darem conta de atos enunciativos, os *media* não só lhe conferem notoriedade pública, alargando assim indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo, como realizam igualmente novos atos ilocutórios e perlocutórios de acordo com as suas próprias regras enunciativas (RODRIGUES, 1993, p. 31).

Segundo Rodrigues (1993), os *media* seriam investidos de um poder de organização dos acontecimentos e dos quadros explicativos do mundo, conferindo uma certa racionalidade a fragmentos dispersos que tecem a trama do tempo presente. No mesmo sentido, Babo-Lança (2011) aponta a seleção e a narrativização dos acontecimentos realizadas pelos dispositivos mediáticos como importantes na relação dos indivíduos com o contexto de historicidade em que se inserem. Para a autora, a “seleção operada nos *media*, muitas vezes com a colaboração do público e difundida em massa, constitui um processo coletivo de construção e transmissão de uma memória social e de organização do futuro no presente, em termos de expectativas” (BABO-LANÇA, 2011, p. 79). O horizonte de historicidade destacado pela autora diz respeito à própria construção coletiva de quadros de sentido e de uma memória social a partir do acontecimento narrado, da sua interpretação e compreensão em contextos compartilhados por grupos e indivíduos.

As palavras e o seu sentido são uma condição do pensamento coletivo. Os homens em sociedade usam palavras, compreendem o seu sentido, fazem corresponder palavras às recordações e, por sua vez, cada palavra acarreta recordações. [...]. Por isso, o pensamento social é essencialmente uma memória feita de recordações coletivas, mas reconstruídas segundo os quadros atuais. As ideias tomam corpo em pessoas e grupos que existem no tempo e deixam a sua marca na memória coletiva (BABO-LANÇA, 2011, p. 76).

Essa experiência temporal elaborada pela narrativa jornalística é capaz de tornar pública, rememorar e ressignificar a ocorrência dos acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, como afirma Resende (2011, p. 134), “aos conteúdos dos acontecimentos narrados inserimos modos de dizer, inscrevendo e excluindo sujeitos, ressaltando e apagando saberes e poderes, concedendo e negando espaços e direitos”. Assume, assim, o acontecimento narrado também como um o resultado de um jogo de forças, negociações e embates próprios do mundo da vida.

Dessa forma, entender a criação do Programa Mais Médicos como um acontecimento público implica assumi-lo como um evento provocador de rupturas e desordens, como fonte de sentidos e de revelações (QUÉRÉ, 2005) e, além disso, como um acontecimento vinculado a um problema público e mobilizador de discursos (COELHO, 2013), que também o constituem enquanto objeto particular (FRANÇA, 2011). E, por fim, como um acontecimento jornalístico, compreendido enquanto fato construído a partir da linguagem e regido por regulações, ordenamentos e seleções próprios da sua concepção enquanto notícia (RODRIGUES, 1993).

III – PROGRAMA MAIS MÉDICOS, ACONTECIMENTO E JORNALISMO

Na segunda parte desta dissertação, foi apresentada a fundamentação teórica, que torna possível a apropriação e o desenvolvimento de uma análise relativa ao objeto de pesquisa. O acionamento e a articulação dos conceitos-chave de comunicação pública, jornalismo e acontecimento sustentam a proposição da pesquisa de que o jornalismo, como instituição produtora de discursos e parte de uma rede de comunicação pública, tem papel importante na produção de informações que subsidiam debates a respeito de acontecimentos vinculados ao interesse público, como o acontecimento Mais Médicos.

Na terceira parte do trabalho, organizada em três capítulos, encontram-se os textos referentes, respectivamente, à apresentação do objeto de pesquisa, das perspectivas metodológicas adotadas na investigação e dos resultados da análise dos dados. No Capítulo 4, é apresentado o *Objeto de Pesquisa*, constituído tanto pelas normas legais que orientam e definem o Programa Mais Médicos como política pública quanto pelos jornais de referência brasileiros Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, que são *locus* de coleta e exploração do material empírico. No Capítulo 5, são indicadas as *Perspectivas metodológicas*, assim como os procedimentos de pesquisa a serem aplicados ao processo de análise. E, finalmente, no Capítulo 6, o texto dedica-se à exposição das análises, a partir da estruturação de três dimensões de investigação do acontecimento Mais Médicos – do *contexto histórico-social*, da *nomeação* e da *argumentação* –, a fim de constituir uma interpretação complementar dos dados relativa à sua concepção enquanto acontecimento público e jornalístico.

4 OBJETO DE PESQUISA: O PROGRAMA MAIS MÉDICOS E OS JORNAIS BRASILEIROS

Este capítulo tem por objetivo apresentar o objeto de pesquisa constituído pelo Programa Mais Médicos e os jornais brasileiros de referência: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Para tanto, é caracterizada a política pública que deu origem ao programa, a partir de um levantamento de informações a respeito das suas diretrizes e definições legais. A seguir, são descritos, brevemente, o percurso histórico e as características editoriais dos três veículos escolhidos como objeto empírico da pesquisa, a fim de cumprir com os objetivos propostos à investigação.

4.1 O Programa Mais Médicos

Em 8 de julho de 2013, o Programa Mais Médicos foi lançado por meio da medida provisória de nº 621 (BRASIL, 2013c). O texto aprovado mobilizou divergências e acusações entre entidades de representação da classe médica e o governo federal brasileiro, pois trazia determinações como a ampliação do tempo de formação em cursos superiores de Medicina e a obrigatoriedade do trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) para os estudantes da área.

Destacam-se como dados importantes para a base da criação do programa a identificação de um déficit de profissionais da medicina em localidades afastadas dos centros urbanos no país, o número insuficiente de profissionais médicos formados no mercado de trabalho como um todo, além da má distribuição de escolas de medicina entre os estados e regiões. Um relatório sobre a demografia médica do Brasil foi divulgado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em 2012, indicando haver 388.015 médicos no país, o que estabelecia um número aproximado de 1,8 por mil habitantes. Conforme o documento, os números colocavam o Brasil atrás de países como Argentina (3,9/mil habitantes), Portugal (3,8/mil habitantes), Espanha (3,5/mil habitantes), Uruguai (3,7/mil habitantes) e Reino Unido (2,7/mil habitantes).

Contudo, o alerta principal se dava em relação à discrepância entre a concentração de médicos em algumas regiões, como Sudeste, Sul e o Distrito Federal, e a escassez aguda em cidades do Norte e do Nordeste. Os municípios com até 50 mil habitantes eram os mais afetados e, com isso, as populações mais pobres sofriam os efeitos da falta de acesso a atendimentos em saúde.

Com a preocupação em minimizar essa diferença de distribuição dos profissionais da

medicina no país, já em 2011, havia sido lançado pelo governo federal o chamado Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), com o intuito de prover um atendimento em saúde adequado a áreas vulneráveis e de população carente. À época, mesmo garantindo a participação de cerca de 3 mil médicos anualmente de forma nacional, o projeto não dava conta das demandas colocadas pelas prefeituras ao Ministério da Saúde em relação à falta de médicos.

Dessa forma, o Programa Mais Médicos fundou-se como uma ação estruturada em três eixos (MAIS MÉDICOS..., 2013a) relativos à saúde e, principalmente, à Atenção Básica:

- a) do provimento emergencial de profissionais da medicina – hoje são mais de 18 mil vagas em 4.058 municípios, cobrindo 73% das cidades brasileiras e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs);
- b) da educação – junto à execução imediata de contratação de médicos, foi elaborado um plano de expansão da graduação e da residência médica. Até 2017, a meta é criar 11,5 mil novas vagas de graduação e 12,4 mil vagas de residência;
- c) da infraestrutura – a melhoria da infraestrutura da Atenção Básica no país também é apresentada como medida do programa, a partir da construção de novas unidades básicas de saúde e melhorias em unidades já existentes.

Ao assumir como meta balizadora do programa a qualificação da Atenção Básica, o governo propôs um investimento em uma importante área do campo da saúde que inclui outros profissionais, como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, agentes comunitários de saúde e outros. Essa medida, assim como a contratação de médicos estrangeiros, incluindo médicos cubanos, mobilizaram na cena pública manifestações de profissionais, estudantes, mas, principalmente, de entidades de representação da classe médica, que questionaram as motivações da criação do projeto.

No dia 22 de outubro de 2013, foi sancionada, então, a Lei nº 12.871/2013⁶, que garantia a criação de um conjunto a diversas medidas, emergenciais e de médio e longo prazos, destinadas à área da saúde no Brasil. Segundo o governo, sua elaboração respondia ao apelo social e teve como uma das bases centrais a pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), de 2011, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que revelava a preocupação de 58,1% da população com a falta de médicos do SUS.

Além disso, a criação dessa política pública é fundamentada pelo próprio texto da Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), que afirma a saúde como um direito social no

⁶ A Lei que instituiu o Programa Mais Médicos foi sancionada em 22 de outubro de 2013, pela conversão da Medida Provisória nº 621, lançada no dia 8 de julho do mesmo ano.

artigo 6º e ainda aponta o dever do Estado na garantia do acesso ao atendimento público de saúde. Segundo o texto do artigo 196, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1998).

Dessa forma, as ações e as iniciativas atreladas ao Programa Mais Médicos visavam também expandir a quantidade de profissionais no país, já que o número de vagas de trabalho criadas, tanto no setor público quanto no privado, aumentava proporcionalmente em relação ao número de médicos formados. De acordo com lei sancionada:

Art. 1º É instituído o Programa Mais Médicos, com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS) e com os seguintes objetivos:

I – diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde;

II – fortalecer a prestação de serviços de atenção básica em saúde no País;

III – aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação;

IV – ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira;

V – fortalecer a política de educação permanente com a integração ensino-serviço, por meio da atuação das instituições de educação superior na supervisão acadêmica das atividades desempenhadas pelos médicos;

VI – promover a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais da saúde brasileiros e médicos formados em instituições estrangeiras;

VII – aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e no funcionamento do SUS; e

VIII – estimular a realização de pesquisas aplicadas ao SUS (BRASIL, 2013a).

As diretrizes do projeto foram calcadas em um objetivo principal: o de ampliar a formação e o provimento de médicos aos serviços de Atenção Básica em áreas com maior necessidade e vulnerabilidade. Isso significava um investimento em uma rede de cuidados preventivos em saúde, de atenção às comunidades e orientação à redução de danos, como define o site do Ministério da Saúde (O QUE É..., [2013?]):

[...] a Atenção Básica é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Este trabalho é realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas Unidades Básicas de Saúde Fluviais, nas Unidades Odontológicas Móveis (UOM) e nas Academias de Saúde.

Após um ano da sua implementação, em 2014, o Programa Mais Médicos apresentou uma avaliação altamente positiva dos beneficiados com a chegada dos profissionais, tanto intercambistas quanto participantes de forma geral (PESQUISA..., 2014), nas localidades de acesso mais remoto. Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe)⁷ divulgou resultados referentes à consulta com mais de 4 mil entrevistados, em cerca de 200 municípios do país. Na época, havia 15 mil médicos vinculados ao programa, sendo 11 mil deles, de origem cubana. Os resultados da pesquisa (Fig. 1) indicaram dados positivos ao programa de forma geral e quanto à qualidade do atendimento médico. Quanto à avaliação dos profissionais, especificamente, 85% dos entrevistados disseram acreditar na competência dos médicos do programa e 90% afirmaram que eram tratados com respeito pelos profissionais.

⁷ A Lei do Mais Médicos (nº 12.871) apresenta, no artigo 13, a seguinte definição: “I – médico participante: médico intercambista ou médico formado em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado; e II – médico intercambista: médico formado em instituição de educação superior estrangeira com habilitação para exercício da medicina no exterior” (BRASIL, 2013a).

Figura 1 – Pesquisa de satisfação do Mais Médicos 2014.



Fonte: Reprodução/Blog da Saúde.

Dois anos depois, em 2015, o programa foi ampliado e novos benefícios foram proporcionados aos médicos filiados à iniciativa. Como resultado, em fevereiro de 2016, o programa recebeu recorde de inscrições de profissionais (FORMENTI, 2015).

Até março de 2017, o programa vem mantendo-se em vigor, ainda entre críticas e reconhecimentos, modificações, atualizações e apresentando resultados importantes, como a garantia de um atendimento básico de saúde a quase 63 milhões de brasileiros, segundo dados do Ministério da Saúde de 2016. A mobilização de opiniões e posicionamentos envolvidos no processo da sua criação diluiu-se ao longo dos anos, também em decorrência da publicização da forte aprovação dos beneficiários em relação ao projeto. Contudo, o Programa Mais Médicos volta a mobilizar novos debates em momentos-chave que indicam o seu fortalecimento como política pública, a exemplo da sanção da Lei nº 13.333, de setembro de 2016 (BRASIL, 2016), que definiu a prorrogação do prazo de visto temporário, indicando a permanência de médicos brasileiros formados no exterior e de estrangeiros no país.

4.2 Os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo

Compõem o objeto empírico deste trabalho de pesquisa os jornais impressos Folha de

S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. A escolha desses jornais se justifica por serem considerados de referência, enquanto abrangência nacional no Brasil, e por estarem entre os quatro veículos de maior circulação paga no país, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), divulgados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2015 (MAIORES..., 2015)⁸. De acordo com Marocco (2011), afirmar tais impressos como jornais de referência significa denominá-los como formadores de opinião, e cumprindo três funções básicas estabelecidas pelos estudos de Vidal-Beneyto: servir de referência para outros veículos, tanto impressos como audiovisuais; ser lugar privilegiado de expressão de importantes líderes políticos e instituições nacionais; servir a embaixadas estrangeiras como fonte essencial de informações sobre a realidade do país. Da mesma forma, como aponta Zamin (2014), o jornalismo de referência pode ser definido por deter atributos como credibilidade, tradição, orientação internacional e ter uma audiência de natureza diversa, servindo tanto de referência para a elite formadora de opinião quanto para os demais meios de comunicação.

Diante disso, são apresentados, a seguir, um breve histórico e perfil dos veículos selecionados para a pesquisa.

4.2.1 O jornal *Folha de S. Paulo*

O jornal produzido pelo Grupo Folha tem sede na cidade de São Paulo e foi fundado em 1921 por jornalistas, sob a liderança de Olival Costa e Pedro Cunha. Chamado primeiro de *Folha da Noite*, surgiu como Folha de S. Paulo, a partir de 1960, de uma junção relativa às suas edições matutina e vespertina, *Folha da Manhã* e *Folha Tarde*, respectivamente.

Na década de 1980, assumiu o lugar de jornal nacional impresso de maior circulação no país. Em 1995, foi pioneiro na área de conteúdo digital ao se tornar o primeiro jornal brasileiro a produzir material atualizado em tempo real na internet. Segundo dados mais recentes do ranking do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), de 2015, o jornal Folha de S. Paulo alcançou uma média de circulação impressa de 189.254 exemplares, ocupando o terceiro lugar entre os periódicos brasileiros.

O impresso tem como cadernos diários as editorias Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Ciência + Saúde, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada, que abrangem desde temas nacionais

⁸ O jornal do Estado de Minas Gerais, Super Notícia, ocupa o primeiro lugar do ranking de circulação (MAIORES..., 2015).

relativos a esfera política, conjuntura econômica, esporte e entretenimento, assim como informações a respeito do dia a dia e dos serviços das principais capitais do país.

Desde 1981, busca definir seu projeto editorial, no qual são defendidos como princípios editoriais a prática de um jornalismo crítico, independente, plural e apartidário. Ao mesmo tempo, a Folha de S. Paulo busca apresentar aos seus leitores alguns dos seus posicionamentos frente a acontecimentos da atualidade, a exemplo de 1991, quando se tornou o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Nos últimos anos, tem feito isso de forma especial na seção de opinião chamada *O que a Folha pensa*, texto no qual são elencadas questões sensíveis de reconhecida visibilidade social, seguidas do posicionamento do jornal a seu respeito.

Em 2014, um ano após a criação do Programa Mais Médicos e da chegada de médicos cubanos para atuação no país, nessa seção, o jornal posicionou-se a respeito das temáticas *Saúde e Cuba*. No texto, é reconhecida a carência de médicos para o atendimento à população brasileira, mas é apontada a necessidade de uma “reforma gerencial”, de “melhores condições de trabalho” na questão da saúde pública, enquanto a contratação de médicos estrangeiros é entendida como “medida paliativa” (O QUE A FOLHA..., 2014). Sobre Cuba, o jornal entende “necessária a condenação pelas diplomacias nacionais às violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura dos irmãos Castro” (O QUE A FOLHA..., 2014).

4.2.2 O jornal O Globo

Com sede no Rio de Janeiro, o jornal O Globo foi fundado em 1925 por Irineu Marinho e tem abrangência nacional. Faz parte do maior conglomerado de mídia do país, o Grupo Globo⁹ - constituído pela TV Globo, Rádio Globo e Editora Globo. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), sua média de circulação impressa, em 2015 era de 183.404 exemplares diários, ocupando o segundo lugar no ranking dos jornais brasileiros (MAIORES..., 2015).

Em seu posicionamento institucional, o Grupo Globo, de propriedade da família Marinho, afirma defender uma postura independente, apartidária e laica, assim como a produção de jornalismo que preze pela isenção, pela correção e pela agilidade. Conhecido por uma orientação editorial mais conservadora, afirma defender um trabalho de comunicação que auxilie no desenvolvimento de valores como “a democracia, as liberdades individuais, a livre-

⁹ A partir de 25 de agosto de 2014, as Organizações Globo passam a assumir o título de Grupo Globo.

iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (CARTA..., 2011).

Em 29 de julho de 1996, o jornal O Globo ganhou uma página na internet, intitulada de *O Globo ON*. Dez anos depois, a partir de 2006, o jornal foi publicado enquanto edição digital, desencadeando diversos outros lançamentos de plataformas digitais, como *site* para celular, aplicativos e *e-books* até o ano de 2013.

Em 1º de setembro de 2013, o jornal O Globo ganhou destaque por uma ação institucional ao publicar o texto sob o título *Apoio ao golpe de 64 foi um erro*, em que realizou uma autocrítica em relação a um posicionamento político das Organizações Globo explicitado durante os anos de governo do regime militar no país. Junho de 2013 foi marcado pela incidência de diversos protestos, em que os cidadãos expuseram suas inconformidades em relação à política e às instituições democráticas do país. Naquele momento, o jornal publicou o texto, afirmando que “À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período, que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma” (APOIO..., 2013).

4.2.3 O jornal O Estado de S. Paulo

O jornal O Estado de S. Paulo foi fundado em 1875, quando se chamava ainda Província de São Paulo. Considerado o jornal mais antigo da cidade de São Paulo ainda em circulação, entre os periódicos brasileiros, encontra-se em quarto lugar na média de circulação impressa, contabilizando um total de 149.241 exemplares no ano de 2015 (MAIORES..., 2015).

Fundado por 16 pessoas reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, sua criação buscava a concretização do projeto de um diário republicano, sob o propósito de defender ideais antimonárquicos e escravagistas (RESUMO..., 2004).

Compõe o conglomerado midiático Grupo Estado, pertencente à família Mesquita, junto a outros produtos de comunicação, como Agência Estado, Rádio Estado e OESP Mídia. Segundo o Código de Ética do Grupo Estado, sua missão editorial atenta ao compromisso com a democracia, à defesa da liberdade de expressão e de imprensa, assim como da livre iniciativa, da justiça e da busca pela verdade (O ESTADO DE S. PAULO, documento eletrônico). Atualmente, o jornal O Estado de São Paulo fornece material à Agência Estado, provedora de informações a mais de 90% dos grandes portais de conteúdo e 300 veículos de mídia no país (AGÊNCIA ESTADO, 2012).

5 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Tendo em vista o objetivo deste trabalho de analisar o acontecimento Programa Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, a partir dos discursos dos jornais de referência Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, esta etapa é reservada à apresentação e à descrição da metodologia referente à coleta e à análise dos dados. Para a análise da cobertura jornalística a respeito da criação do Programa Mais Médicos, são utilizados métodos de caráter quantitativo e qualitativo vinculados à Análise de Conteúdo (AC) e à Análise de Discurso (AD), que orientam os critérios e a sistematização da investigação proposta.

Na primeira etapa deste capítulo, são apresentadas as apropriações e as contribuições dos métodos citados para os estudos da comunicação, com destaque para a relação entre os eixos centrais desta dissertação: comunicação pública, jornalismo e acontecimento.

A partir de Leal e Antunes (2011), Bardin (2011) e Charaudeau (2010) são acionadas abordagens teórico-metodológicas que permitem justificar o modelo de análise desenvolvido para o estudo. A estrutura analítica possibilita realizar o exame de três instâncias constitutivas e complementares do acontecimento investigado: as dimensões do *contexto histórico-social*, da *nomeação* e da *argumentação*.

Por último, é apresentada a operacionalização da análise, a partir da descrição dos procedimentos de pesquisa, que guiam o caminho para inferências referentes à articulação entre o material analisado e os conceitos teóricos que sustentam este estudo sobre o Programa Mais Médicos.

5.1 Da articulação entre abordagens metodológicas

A complexidade deste estudo que norteia a relação entre jornalismo e acontecimento a partir da criação do Programa Mais Médicos implica a busca por métodos que deem conta das suas diferentes dimensões, tanto normativas (do aspecto teórico) quanto fáticas (do produto jornalístico). Considerando a importância de um quadro teórico-metodológico que abarque a observação e a interpretação de um acontecimento jornalístico, Leal e Antunes (2011) apontam como um dos principais atributos da AC a possível sistematicidade de recorrências e regularidades de um fenômeno. Para os autores, os procedimentos possibilitados por esse método, que se preocupa em grande parte com o texto manifesto, admitiriam uma abordagem do acontecimento a partir da “análise de conteúdos como instrumento para uma primeira organização da observação do campo, identificando dimensões do acontecimento não-

perceptíveis a uma visão espontânea e não estruturada (LEAL; ANTUNES, 2011, p. 34). Dessa forma:

A análise de conteúdo vai permitir basicamente apontar e medir a presença de determinados temas e ideias em certo *corpus*, que podem ser bastante variados. Na análise de conteúdo quantitativa ou qualitativa trata-se fortemente de “dissecar” tal *corpus*: detectar, classificar, medir e comparar, produzindo categorias de apreensão dos fenômenos representados no material analisado. Identificar palavras-chave, etiquetar o acontecimento é a estratégia básica (LEAL; ANTUNES, 2011, p. 29).

Quando considerado o processo de individuação do acontecimento, como apresentado por Quéré (2005) e discutido na fundamentação teórica deste estudo, estão incluídas etapas como a descrição/nomeação e a sua normalização, ou seja, a construção de uma tipicidade desse acontecimento que o transforma em objeto singular e apreensível. Importa, portanto, destacar que a AC auxilia na identificação temática, capaz de revelar indícios da configuração identitária do fenômeno em estudo. O método serve, assim, de instrumento para acompanhar o desenvolvimento do acontecimento, permitindo observar “a manifestação de recorrências, regularidades, dados, enfim, que são tomados como indicadores das dimensões da vida social em estudo” (LEAL; ANTUNES, 2011, p. 20). Sobre a utilização de temas como unidades de registro e codificação do material na AC, Bardin (2011, p. 135) afirma:

[...] o tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura [...] Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

As investigações por palavras e temas são, assim, procedimentos da análise de conteúdo que marcam as possibilidades de estudo do acontecimento, principalmente quando se trata do seu processo de nomeação, aproximando uma correlação entre frequência de dados e atribuição de sentido. Nessa perspectiva, assume-se a definição oferecida por Charaudeau (2008, p. 112):

Nomear é dar existência a um ser (qualquer que seja sua classe semântica) através de uma dupla operação: perceber uma diferença na continuidade do universo e simultaneamente relacionar essa diferença a uma semelhança, o que constitui o princípio da classificação. Como essa percepção e classificação dependem do sujeito que percebe, evitaremos considerar que o mundo seja pré-recortado e que bastaria descobri-lo enquanto tal: consideramos que é o

sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo. Assim sendo, nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência preexistente. É o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los.

A nomeação como parte essencial para a codificação e a articulação de categorias integra o momento interpretativo e, conseqüentemente, baseia o caminho para as inferências (LEAL; ANTUNES, 2011). Além disso, Leal e Antunes (2011) destacam a importância de se levar em conta a observação da dimensão contextual do acontecimento na investigação dos possíveis sentidos de um acontecimento jornalístico. Ou seja, há de se considerar aquilo que se dá do lado de fora das páginas dos jornais para a interpretação do fato ocorrido. Dessa forma, a fim de explorar outras possíveis instâncias, cujas marcas fazem o acontecimento transbordar o conteúdo explícito da sua forma noticiosa, os autores apontam a possibilidade do uso da AC complementarmente a outras formas de análise.

Tal abordagem dialoga com as perspectivas do modelo teórico-metodológico apresentado por Charaudeau (2010) para uma análise dos discursos midiáticos. A análise discursiva proposta pelo autor tem por base uma preocupação com a articulação entre os planos macro e microssocial quando se refere ao ato de investigação da construção de sentidos resultante dos sistemas mediáticos. Esse processo de produção de sentidos, ao qual intitula de *máquina midiática*, consiste no resultado de uma troca entre as instâncias de produção e de recepção das mensagens. Portanto, tal modelo de análise do discurso é determinado por três lugares de pertinência, “o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção” (CHARAUDEAU, 2010, p. 24).

O ato de comunicação é, assim, resultado de uma articulação entre tais instâncias, em que se relacionam dinamicamente as dimensões linguística e situacional do discurso. Segundo Charaudeau (2010, p. 95), o universo do discurso “abarca os acontecimentos do mundo, mas estes só ganham sentido por meio de uma estruturação que lhes é conferida pelo ato de linguagem através de uma tematização”. Essa tematização é parte da ordenação semântica resultante da construção de um acontecimento enquanto notícia em um suporte mediático. Em se tratando da imprensa escrita, inscrevem-se nessa tematização operações diversas, como a estruturação dos textos em títulos, a decisão quanto à localização da página, ao uso de subtítulos e à distribuição por editoriais, entre outras. A análise dessa repartição temática é importante, pois revela “como cada organismo de informação trata os temas, os subtemas e os atores que

integram uma mesma notícia, logo, a maneira pela qual cada um desses organismos constrói a ‘cobertura temática’ do acontecimento” (CHARAUDEAU, 2010, p. 146-147).

O universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos (CHARAUDEAU, 2010, p. 151).

O acontecimento midiático nasce a partir de uma nomeação, cujo processo de significação aparece atrelado à organização do fenômeno em categorias de sentido segundo as especificidades do suporte comunicacional em que se apresenta. O autor destaca que a construção da notícia se constituirá pelo tratamento da informação sob formas discursivas, que teriam como função, resumidamente, descrever o que passou, reportar as reações desencadeadas e analisar o fato ocorrido (CHARAUDEAU, 2010).

Dessa forma, o acionamento das noções teórico-metodológicas expostas tem por objetivo assumir a complexidade de estudar um acontecimento e compreender as múltiplas e relacionais dimensões envolvidas no ato de comunicação. A associação das metodologias de AC e AD é empreendida uma vez compreendida a importância de se sistematizarem dados e de se analisarem os distintos modos discursivos da abordagem jornalística a respeito do acontecimento público Mais Médicos. Investigar os processos de construção desse acontecimento jornalístico implica lançar o olhar tanto para o plano do contexto social, no qual o acontecimento é desencadeado e se insere, quanto para o plano linguístico, que o nomeia, o narra e o interpreta.

Esse processo importa à tentativa de compreender a atuação da imprensa frente ao lançamento de uma política pública que influencia e diz respeito à vida de todos os cidadãos. Também por isso, analisar as distintas e complementares dimensões que estruturam a significação desse acontecimento nas páginas dos jornais indica a intenção de buscar responder como a própria instituição jornalística, produtora de discursos, relaciona-se com este acontecimento ligado, por natureza, ao interesse público e à cidadania.

5.2 Modelo de investigação: as três dimensões do acontecimento Mais Médicos

A estruturação do modelo de análise apresentado tem como propósito propiciar o alcance do objetivo geral desta pesquisa: *analisar o acontecimento Programa Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, a partir dos discursos dos jornais de referência Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, buscando compreender a atuação do jornalismo no debate desencadeado pela criação dessa política pública.*

Para tanto, o objeto de pesquisa será analisado a partir de três dimensões, integradas e complementares (Fig. 2), dirigidas à interpretação do fenômeno estudado, a saber: 1) do contexto histórico-social, 2) da nomeação e 3) da argumentação. À investigação, importa a primeira dimensão (1) na análise contextual histórica e temporal do acontecimento, capaz de caracterizar lugares de fala de atores sociais e políticos nele envolvidos; a segunda dimensão (2), na análise da apreensão jornalística desse acontecimento por meio de operadores que atuam na sua nomeação; e a terceira dimensão (3), na investigação da problematização do acontecimento realizada por meio do posicionamento editorial dos veículos de imprensa.

Figura 2 – Dimensões de análise do Acontecimento Mais Médicos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tais abordagens respondem aos objetivos específicos da pesquisa e se baseiam no acionamento de conceitos como instituição, discurso, jornalismo, interesse público, comunicação pública, democracia e acontecimento.

5.2.1 Dimensão do contexto histórico-social

Esta etapa da investigação se baseia na defesa da premissa apresentada como central à pesquisa: a compreensão da criação da política pública – Programa Mais Médicos – como um acontecimento público, ou seja, dotado de um alto grau de visibilidade, mobilizador de debates e com vinculação ao interesse público. Nesse sentido, a partir deste item, propõe-se a explorar de forma particular o primeiro objetivo específico do estudo: *identificar o contexto histórico e social em que se insere a irrupção do acontecimento público Mais Médicos, assim como os conflitos que mobiliza.*

Com base na perspectiva teórico-metodológica apresentada, defende-se aqui um duplo movimento entre os planos situacional e linguístico, quando se trata de um acontecimento construído midiaticamente. E, portanto, para analisar a abordagem jornalística a respeito desse acontecimento público, importa localizar tal fenômeno temporal, social e historicamente.

Dessa forma, nesta etapa, busca-se atender a questões como: a) quais as características do cenário político e social em que se instaura o acontecimento público Mais Médicos?; b) quais os atores sociais envolvidos/tocados pelo acontecimento público?; c) como o acontecimento mobiliza ações e discursos de tais atores no espaço público? Para atingir tal propósito, propõe-se, assim, uma análise de documentos e materiais de caráter informativo a respeito das diretrizes do Programa Mais Médicos, a fim de se correlacionarem os fatos decorrentes de seu lançamento com o discurso jornalístico produzido a respeito do acontecimento.

5.2.2 Dimensão da nomeação

Esta dimensão atenta para a observação e a exploração do acontecimento Mais Médicos como acontecimento jornalístico. Para tanto, toma-se como base a perspectiva apresentada por Charaudeau (2010) a respeito dos diferentes modos discursivos de constituição do acontecimento midiático, destacando-se as operações que implicam a sua nomeação. Para tanto, serão utilizados os seguintes indicadores: a) *tematização* e b) *fontes acionadas*, para que se compreenda como se apresenta esse acontecimento nas páginas dos jornais, assim como quais os atores sociais ou instrumentos servem de fonte para a produção de informações a respeito da política pública Mais Médicos. Esta etapa, assim, diz respeito ao segundo objetivo específico desta pesquisa: *analisar a sua construção enquanto acontecimento jornalístico, a partir dos*

eixos temáticos visibilizados e fontes acionadas.

Ao analisar a *tematização*, considera-se, primordialmente, a observação da construção do acontecimento como notícia a partir dos eixos temáticos visibilizados, a partir dos assuntos selecionados, assim como de títulos e subtítulos atribuídos aos diferentes textos jornalísticos. Ao mesmo tempo, identificar as *fontes acionadas* na cobertura do acontecimento público Mais Médicos importa na compreensão de como os jornais de referência o tornam objeto de descrição, explicação e selecionam as reações de atores sociais implicados no fenômeno. Assume-se que um acontecimento dessa natureza concerne a todos os cidadãos e que, por isso, a identificação das fontes de informação, assim como a distribuição dele em rubricas, “revela a maneira pela qual cada organismo de informação constrói seu espaço público” (CHARAUDEAU, 2010, p. 146). Portanto, considerando-se a instituição jornalística como fonte social importante de publicização e problematização de temas de interesse público, busca-se apreender como esse acontecimento adentra a cena pública a partir dos sentidos produzidos pelo discurso dos jornais de referência brasileiros.

5.2.3 Dimensão da argumentação

Esta dimensão refere-se ao modo discursivo específico de problematização do acontecimento, mais especificamente, do comentário proveniente do lugar de fala reconhecido e atribuído à responsabilidade da instituição jornalística: o editorial¹⁰. De acordo com Charaudeau (2010), nesse espaço produzem-se sentidos através de um exercício específico de argumentação, em que há um alto grau de engajamento¹¹ na busca por elucidar o acontecimento, ao mesmo tempo em que se impõem visões de mundo de forma manifesta. Dessa forma, esta etapa relaciona-se com o terceiro e último objetivo específico do estudo: *analisar o posicionamento da imprensa, a partir de editoriais, a fim de identificar os sentidos produzidos a respeito da criação da política pública.*

A análise dos sentidos da *argumentação*, produzidos pelos textos que compõem o formato discursivo do editorial, serve, assim, como mais uma etapa para a compreensão da construção do acontecimento jornalístico a partir do lançamento da política pública do Mais

¹⁰ O editorial pode ser compreendido pelas seguintes características: “expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística. Espaço de contradições. Opinião das forças que mantêm a instituição jornalística (proprietários, jornalistas, acionistas, anunciantes, leitores). Sinaliza à opinião pública, pretendendo nela influir” (ASSIS; MARQUES DE MELLO, 2010, p. 64).

¹¹ Charaudeau (2010, p. 209) define por engajamento “o fato de que o enunciador manifeste mais ou menos sua própria opinião ou suas próprias apreciações na análise que propõe”.

Médicos.

A investigação e a análise do acontecimento Mais Médicos, portanto, são apresentadas como um estudo voltado à sua descrição normativa e contextual, principalmente, à sua construção enquanto acontecimento jornalístico. A articulação das três dimensões – do *contexto histórico-social*, da *nomeação* e da *argumentação* – constitutivas e complementares da análise do acontecimento permite, assim, colocar em tensão a investigação empírica com a fundamentação teórica, acionando os conceitos-chave como comunicação pública, acontecimento e jornalismo.

5.3 Procedimentos e *corpus* de pesquisa

Para a realização do estudo sobre a produção de discursos jornalísticos a respeito do acontecimento público Mais Médicos, foram indicadas três distintas e complementares dimensões de análise. São elas que orientam a estruturação da operacionalização da investigação proposta, desde a coleta do material empírico até a sistematização e a interpretação dos dados identificados.

Como primeira etapa da operacionalização de análise, foi determinado um recorte temporal, a fim de tornar possíveis, metodologicamente, a apreensão e o estudo do acontecimento em questão. Foram, assim, escolhidos três episódios-chave do acontecimento público tratado, selecionados no intervalo entre a data de anúncio da criação do Programa Mais Médicos, em 24 de junho de 2013, e a sanção da Lei nº12.871, que criou oficialmente a política pública, em 22 de outubro de 2013. O período escolhido se justifica pelo alto grau de visibilidade mediática do acontecimento e pela importância deliberativa do momento referido, em que se instaurou um debate, em instâncias do espaço público e, especificamente, de representação política (Congresso, Senado, etc.), a respeito da criação do Programa Mais Médicos.

Os episódios selecionados indicam fatos relativos a fases determinadas pelas diretrizes do Programa Mais Médicos, essenciais ao início da sua implementação, em 2013. Esses fatos constitutivos do acontecimento público podem ser compreendidos ainda como pivôs temporais de investigação, que evidenciam a mobilização de diferentes atores sociais e que são capazes de revelar problemas públicos (QUÉRÉ, 2005).

Dessa forma, são, a seguir, apresentados os episódios do acontecimento público Mais Médicos que orientarão a pesquisa.

Quadro 1 – Episódios do Acontecimento Mais Médicos

DATA	EPISÓDIOS
08/07/2013	Episódio 1 – Lançamento do Programa Mais Médicos pela Medida Provisória nº 621
24/08/2013	Episódio 2 – Chegada dos primeiros médicos estrangeiros aos país
02/09/2013	Episódio 3 – Início da atuação dos médicos selecionados pelo programa

Fonte: Elaborado pela autora.

Os momentos descritos guiarão a análise das instâncias constitutivas do acontecimento definidas na etapa anterior. A seguir, são apontados os procedimentos metodológicos utilizados, considerando-se a sua adequação ao propósito investigativo de cada uma das três dimensões: do contexto histórico-social, da nomeação e da argumentação, respectivamente.

O *corpus* de pesquisa foi definido a partir dos três episódios constitutivos do acontecimento, assim organizado:

1. Documentos e declarações oficiais;
2. Jornas de referência nacional: Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo;
3. 235 textos jornalísticos publicados em 27 edições dos três jornais de referência, durante nove dias, vinculados aos episódios;
4. 20 editoriais publicados no período de 8/7/2013 a 22/10/2013.

O quadro a seguir ilustra os totais quantitativos dos diferentes materiais utilizados para a pesquisa.

Quadro 2 – Síntese quantitativa do *corpus* de pesquisa.

Jornais de referência	
Folha de S. Paulo (FSP), O Globo (OGLO) e O Estado de S. Paulo (OESP)	03
Total de edições	27
Documentos e declarações/publicações oficiais	
	07
Textos jornalísticos (diferentes formatos/gêneros)	
	235
FSP	93
OGLO	67
OESP	75
Editoriais	
	20
FSP	07
OGLO	04
OESP	09

Fonte: Elaborado pela autora.

Esse *corpus* foi analisado, a partir da orientação metodológica permitida pelas dimensões do contexto histórico-social, da nomeação e da argumentação.

5.3.1 O contexto histórico-social: os documentos

Na dimensão do contexto histórico-social, foram utilizados os procedimentos de pesquisa documental e pesquisa histórico-descritiva, a fim de definir e apresentar o cenário político e social em que se desenvolvem os episódios específicos do acontecimento público Mais Médicos. Essa perspectiva contextual serve de base para a compreensão dos papéis sociais dos atores envolvidos e do seu lugar de fala no debate desencadeado pelo acontecimento investigado. Para tanto, nessa etapa, recorreu-se à coleta e à leitura exploratória de documentos que disponibilizaram dados referentes ao período descrito, com a consulta de sete fontes de informação distintas:

- 1) Relatório Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros, publicado pelo Ministério da Saúde (2015);
- 2) Lei do Programa Mais Médicos (nº 12.871/2013);

- 3) Publicações fixas e notícias dos websites Blog da Saúde (www.blog.saude.gov.br), Programa Mais Médicos (www.maismedicos.saude.gov.br), Portal Brasil (www.brasil.gov.br), Organização Pan-Americana da Saúde/OMS Brasil (www.paho.org) e Portal CFM (www.portal.cfm.org.br).

As informações extraídas das fontes citadas serviram para a análise descritiva e histórica do período estudado. Tais documentos auxiliaram, assim, na caracterização contextual em que se insere o acontecimento público Mais Médicos e apontaram indícios a respeito dos fatos ocorridos para uma possível relação posterior com a sua apreensão jornalística.

5.3.2 A nomeação: as notícias

Na dimensão da nomeação, o material coletado para a investigação consistiu em textos jornalísticos a respeito do Programa Mais Médicos, com o intuito de identificar, a partir de uma visão geral, como o acontecimento público Mais Médicos ganha forma e torna-se objeto do discurso jornalístico, a partir da sua *tematização* e das *fontes acionadas*. Para isso, os textos que compõem o universo da pesquisa são referentes às versões digitais dos jornais impressos Folha de S. Paulo (FSP), O Globo (OGLO) e O Estado de S. Paulo (OESP) e foram armazenados em arquivos de extensão .pdf. O marco temporal determinado para a seleção dos documentos diz respeito aos três episódios definidos e apresentados anteriormente, com o objetivo de produzir inferências sobre a forma de apreensão e abordagem desse acontecimento quando construído jornalisticamente.

Os episódios supracitados tratam de fatos previstos nas diretrizes de implementação do Programa Mais Médicos. Optou-se, assim, pela análise da cobertura jornalística a partir de três dias referentes a cada uma das ocorrências escolhidas, sendo eles: 1) a data do episódio em questão e 2) os dois dias subsequentes. Isso se justifica, já que, tomando a imprensa como objeto de investigação, por definição, deve-se considerar uma defasagem entre o surgimento do acontecimento, a escrita e a produção de informações (CHARAUDEAU, 2010).

Dessa forma, nessa dimensão específica, foi analisada a cobertura do acontecimento a partir de 27 edições dos três jornais impressos referidos, especificamente em: a) Dias 8, 9 e 10/7/2013, relativos ao Episódio 1 do acontecimento (lançamento do Programa Mais Médicos pela Medida Provisória nº 621); b) Dias 24, 25 e 26/8/2013, relativos ao Episódio 2 do acontecimento (chegada dos primeiros médicos estrangeiros aos país); e c) Dias 2, 3 e 4/9/2013, relativos ao Episódio 3 do acontecimento (início da atuação dos médicos selecionados pelo programa). Como resultado do recorte realizado, foi mapeado e classificado o número total de

235 textos jornalísticos, sendo 93 do jornal Folha de S. Paulo, 75 de O Globo e 67 de O Estado de S. Paulo.

Para essa etapa da pesquisa, seguiram-se os procedimentos metodológicos indicados por Bardin (2011), que auxiliam na aproximação dos caracteres quantitativo e qualitativo quanto à classificação, à organização e à sistematização dos textos. Dessa forma, a AC foi aplicada a partir: a) da *pré-análise* (sistematização de etapas, das intenções de investigação, ou seja, do planejamento do trabalho a ser elaborado); b) da *exploração do material* (processos de codificação do material, incluindo análise e enumeração); e, por último, c) do *tratamento do material*, indicando os resultados obtidos e a interpretação deles.

A classificação dos textos foi organizada a partir da construção de tabelas (ver Apêndice A, B e C), de acordo com as seguintes categorias de classificação: título do periódico (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo); data da publicação; título do texto; linha de apoio; formato do texto (reportagem, nota, carta do leitor, coluna, chamada, charge, editorial; artigo de opinião, entrevista); fontes e eixos temáticos.

Seguindo essa classificação, cabe definir, brevemente, o que se assume como cada um dos formatos citados, relativos aos gêneros informativo e opinativo, a fim de evitarem-se sobreposições: a) reportagem: matéria jornalística informativa, composta por dados e/ou fontes a respeito de um determinado tema/assunto; b) nota: texto curto, com informações objetivas e complementares ou não a uma reportagem; c) carta do leitor: texto de cunho opinativo proveniente dos leitores dos veículos; d) coluna: seção de cunho opinativo, publicada periodicamente e assinada por autores específicos; e) chamada: texto curto, localizado nas primeiras páginas, que convida o leitor a acessar determinado material; f) charge: ilustração de cunho opinativo; g) editorial: espaço de opinião/posicionamento do próprio veículo em relação a algum tema atual; h) artigo de opinião: texto opinativo assinado por autor específico; e i) entrevista: texto no formato de perguntas e respostas de fontes acionadas pelo veículo.

Dessa forma, a caracterização da dimensão da nomeação do acontecimento Mais Médicos foi empreendida a partir de uma análise geral da cobertura realizada pelos jornais de referência, que compreende as operações de *tematização* (uso de títulos, distribuição em gêneros e formatos textuais e definição dos principais assuntos tratados), assim como das *fontes* escolhidas como fundamentais para a produção de informação a respeito da política pública.

Quadro 3 – Textos jornalísticos sobre o Acontecimento Mais Médicos.

JORNAIS	EPISÓDIOS	PERÍODO 2013	NOTÍCIAS	TOTAL
FOLHA DE S. PAULO	Episódio 1	8, 9 e 10 de julho	37	93
	Episódio 2	24, 25 e 26 de agosto	25	
	Episódio 3	2, 3 e 4 de setembro	31	
O GLOBO	Episódio 1	8, 9 e 10 de julho	33	67
	Episódio 2	24, 25 e 26 de agosto	24	
	Episódio 3	2, 3 e 4 de setembro	10	
O ESTADO DE S. PAULO	Episódio 1	8, 9 e 10 de julho	22	75
	Episódio 2	24, 25 e 26 de agosto	31	
	Episódio 3	2, 3 e 4 de setembro	22	
3 jornais	3 episódios	27 edições	235	235

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.3 A argumentação: os editoriais

A terceira e última dimensão trata ainda do acontecimento Mais Médicos como acontecimento jornalístico, a partir da análise de um espaço de publicação específico, relativo ao posicionamento institucional dos veículos: o editorial. Assim, o material coletado nos jornais de referência, para esta etapa, representa um lugar de produção de discursos manifestos da imprensa a respeito do acontecimento Mais Médicos a partir da *argumentação* e da defesa de determinados pontos de vista a seu respeito.

Considerando-se o recorte episódico que serve de base às demais dimensões de análise do acontecimento, foram coletados 20 editoriais, entre o período de 8 de julho a 22 de outubro de 2013, sendo sete (7) no jornal Folha de S. Paulo, quatro (4) em O Globo e nove (9) em O Estado de S. Paulo. A análise desse material, capturado a partir dos respectivos acervos digitais de cada veículo, realizou-se a partir de uma análise discursiva, com a identificação de *expressões-chave* presentes nos títulos e nos textos publicados nesse espaço específico. Essa sistematização permitiu a interpretação dos sentidos produzidos por meio do exercício argumentativo presente nos editoriais dos veículos citados. O Quadro 4, a seguir, apresenta o compilado dos editoriais que compõem o *corpus* da pesquisa.

Quadro 4 – Editoriais sobre o Acontecimento Mais Médicos.

JORNAIS	TÍTULO DOS EDITORIAIS	DATA
FOLHA DE SÃO PAULO	1. A condição do médico	10/07/2013
	2. A crise na saúde	23/07/2013
	3. Impasse na saúde	02/08/2013
	4. Crise dos médicos	26/08/2013
	5. A farsa da saúde	31/08/2013
	6. Melhores médicos	03/09/2013
	7. Guerrilha médica	20/09/2013
O GLOBO	1. Marketing e pressa em medidas para a Saúde	10/07/2013
	2. O processo de aperfeiçoamento do Mais Médicos	26/07/2013
	3. O que está em jogo	06/08/2013
	4. O que importa no Mais Médicos	04/09/2013
O ESTADO DE S. PAULO	1. Demagogia no setor da saúde	10/07/2013
	2. Mazelas da saúde pública	21/07/2013
	3. O déficit de leitos hospitalares	04/08/2013
	4. Remendo no Mais Médicos	26/07/2013
	5. Novela dos médicos	06/08/2013
	6. Qualidade duvidosa	25/08/2013
	7. O outro lado do Mais Médicos	1º/09/2013
	8. Mais um lote de cubanos	21/09/2013
	9. A crise da saúde pública	09/09/2013
TOTAIS	20 EDITORIAIS	16 DIAS

Fonte: Elaborado pela autora.

Como última etapa do estudo, propõe-se uma articulação das análises derivadas de cada uma das dimensões do acontecimento apresentadas anteriormente: do *contexto histórico-social*, da *nomeação* e da *argumentação*. A retomada e a correlação dos resultados encontrados em cada uma das perspectivas indicadas se realizam na intenção de encontrar caminhos que auxiliem na interpretação do processo de construção jornalística do acontecimento público Mais Médicos.

6 O ACONTECIMENTO MAIS MÉDICOS: DO PÚBLICO AO JORNALÍSTICO

Esta etapa do trabalho dedica-se à análise realizada para o estudo do acontecimento tratado, compreendidas suas dimensões constitutivas e complementares: do *contexto histórico-social*, da *nomeação* e da *argumentação*. Dessa forma, estão organizados, a seguir, a partir dos episódios selecionados, os resultados da observação e da interpretação dos materiais citados anteriormente, entre documentos e textos jornalísticos, divididos pelas dimensões propostas e, ainda, sob a forma de uma análise geral que relaciona as perspectivas indicadas.

6.1 Dimensão do contexto histórico-social: da irrupção do acontecimento

Esta primeira dimensão trata da localização no tempo e da apresentação do contexto social e político, o qual orientou as primeiras etapas de criação e implementação do Programa Mais Médicos. A política pública, compreendida como um acontecimento público, foi criada em 2013, com a expectativa de reduzir um problema importante revelado na área da saúde pública brasileira: o número insuficiente de médicos para o atendimento à população e a discrepância na concentração dos profissionais nas distintas regiões do país. Do texto que inaugura oficialmente o programa, a partir da assinatura da Medida Provisória nº 621, em 8 de julho de 2013, até a sanção da Lei do Mais Médicos, em 22 de outubro de 2013, desencadeia-se um debate a respeito da legalidade da medida, mobilizando setores sociais que disputam sentidos a respeito de interesses públicos e privados relativos à implementação do programa.

Considerando que uma Medida Provisória é “um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, documento eletrônico) e que depende de uma aprovação do Congresso Nacional para tornar-se lei, entende-se a importância desse momento de deliberação social e de grande visibilidade mediática do acontecimento na produção de informações a respeito de um tema que toca um direito social, como o direito à saúde. Apresenta-se, assim, a análise dessa dimensão a partir de três episódios estruturais: 1) a aprovação da Medida Provisória; 2) a chegada dos primeiros médicos estrangeiros; e 3) o início do trabalho dos médicos nas comunidades. Retomam-se, assim, os documentos citados anteriormente, incluindo legislação e relatórios, para uma compreensão do cenário e das tensões em que se desenvolve o acontecimento estudado.

6.1.2 O cenário que contextualiza os episódios do acontecimento *Mais Médicos*

O mês de junho do ano de 2013 marcou a história do Brasil quando, nos protestos de junho, milhares de brasileiros foram às ruas reivindicar mudanças estruturais na política do país. Os protestos, que tiveram início a partir de um movimento que contestava o aumento das tarifas do transporte público, ganharam forte adesão da população e grande repercussão nacional e internacional. A repressão e a violência policial durante os protestos também ganharam visibilidade num ano importante para cidadãos e políticos brasileiros, já que precedia as eleições presidenciais e a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O momento de tensão social e política demandava o posicionamento e as medidas dos governantes. Nesse contexto, no dia 21 de junho de 2013, a presidente da República, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), realizou um pronunciamento oficial, em rede de rádio e televisão, como forma de “ouvir a voz das ruas” e propor medidas para conter as mobilizações no país. O direito democrático à manifestação e à reivindicação de direitos dos cidadãos foi enfatizado na fala da representante, assim como o desejo de um amplo diálogo com diversos setores da sociedade e a importância da manutenção da ordem. Em sua fala, afirmou o direito à liberdade dos manifestantes de questionar, criticar, de propor e exigir mudanças, apontando a importância de essa ação ser realizada de forma pacífica e ordeira.

Foi nesse pronunciamento que se ouviu, pela primeira vez na fala da presidente, a intenção de “trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS”, medida que mais adiante incorporaria as diretrizes do Programa Mais Médicos. A ação já vinha sendo negociada internamente pelo governo federal, e as tratativas para a contratação de médicos estrangeiros ocorriam também com países como Espanha, Portugal e Cuba (GIRALDI, 2013)¹². Ponto esse que, se tornaria, ao longo dos meses e dos anos seguintes, tema central das disputas e dos conflitos de interesses mobilizados entre distintos agentes sociais e políticos.

Um dia após a presidente pronunciar-se, em 22 de junho de 2013, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publica em seu *site* uma carta aberta à população, declarando seu posicionamento frente ao enunciado da representante (Fig. 3). Intitulado *A saúde pública e a vergonha nacional*, o texto dita o tom do que seriam as tensões instauradas a partir do anúncio da medida.

¹² Informações publicadas no site da Empresa Brasil de Comunicação S/A (EBC), em 06/05/2013. Acesso em jun/2016.

Figura 3 – Carta aberta de entidades médicas, 22 jun. 2013.

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

A SAÚDE PÚBLICA E A VERGONHA NACIONAL

Há alguns anos, a presidente Dilma Rousseff foi vítima de grave problema de saúde. O tratamento aconteceu em centros de excelência do país e sob a supervisão de homens e mulheres capacitados em escolas médicas brasileiras. O povo quer acesso ao mesmo e não quer ser tratado como cidadão de segunda categoria, tratado por médicos com formação duvidosa e em instalações precárias.

Por isso, a Associação Médica Brasileira (AMB), a Associação Nacional dos Médicos Residentes (AMNR), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) manifestam publicamente seu repúdio e extrema preocupação com o anúncio de "trazer de imediato milhares de médicos do exterior", feito nesta sexta-feira (21), durante pronunciamento em cadeia de rádio e TV.





O caminho trilhado é de alto risco e simboliza uma vergonha nacional. Ele expõe a população, sobretudo a parcela mais vulnerável e carente, à ação de pessoas cujos conhecimentos e competências não foram devidamente comprovados. Além disso, tem valor inócuo, paliativo, populista e esconde os reais problemas que afetam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Será que os 'médicos importados' - sem qualquer critério de avaliação ou com diplomas validados com regras duvidosas - compensarão a falta de leitos, de medicamentos, as ambulâncias paradas por falta de combustível, as infiltrações nas paredes e as goteiras nos hospitais? Onde estão as medidas para dotar os serviços de infraestrutura e de recursos humanos valorizados? Qual o destino dos R\$ 17 bilhões do orçamento do Governo Federal para a saúde que não foram aplicados como deveriam, em 2012? Porque vetaram artigos da Emenda Constitucional 29, que se tivesse colocada em prática teria permitido uma revolução na saúde?

Os protestos não pedem "médicos estrangeiros", mas um SUS público, integral, gratuito, de qualidade e acessível a todos. É preciso reconhecer que é a falta de investimentos e a gestão incompetente desse sistema que afastam os médicos brasileiros do interior e da rede pública, agravando Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), os Governos de países com economias mais frágeis investem mais que o Brasil no setor. Na Argentina, o percentual de aplicação fica em 66%. No Brasil, esbarra em 47%. O apelo desesperado das ruas é por mais investimentos do Estado em saúde. É assim que o Brasil terá a saúde e os 'hospitais padrão Fifa', exigidos pela população, e não com a 'importação de médicos'.

A AMB, o CFM e a Fenam – assim como outras entidades e instituições, os 400 mil médicos brasileiros e a população conscientes da fragilidade da proposta de "importação" – não admitirão que se coloque em risco o futuro de um modelo enraizado na nossa Constituição e a vida de nossos cidadãos. Para tanto, tomarão todas as medidas possíveis, inclusive jurídicas, para assegurar o Estado Democrático de Direito no país, com base na dignidade humana.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB)
 CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)
 FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS (FENAM)
 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS RESIDENTES (AMNR)

Fonte: Site do Conselho Federal de Medicina.

O manifesto das entidades revelava uma forte crítica à contratação de médicos estrangeiros, justificada pela defesa da saúde da população e de garantia de um “Estado Democrático de Direito, com base na dignidade humana”. Segundo trecho do texto publicado:

O caminho trilhado é de alto risco e simboliza uma vergonha nacional. Ele expõe a população, sobretudo a parcela mais vulnerável e carente, à ação de pessoas cujos conhecimentos e competências não foram devidamente comprovados. Além disso, tem valor inócuo, paliativo, populista e esconde os reais problemas que afetam o Sistema Único de Saúde (SUS) ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et al., 2013).

O Programa Mais Médicos ganhou um título no dia 24 de junho, anunciado publicamente pela presidente durante uma reunião com governadores e prefeitos de capitais em Brasília. O programa constituía parte do chamado Pacto Nacional, composto por ações de governo que visavam a melhorias nos serviços públicos nas áreas da saúde, educação, transporte urbano e da transparência. Além da contratação de médicos estrangeiros para superação da escassez de profissionais no país, outras medidas de investimento nas áreas de educação e saúde foram incorporadas.

As novas respostas e ameaças de paralisações vindas das entidades médicas após a reunião citada não tardam a ocorrer. E, no dia 3 de julho, o acontecimento Mais Médicos atinge um nível inédito de visibilidade. Organizados pelos conselhos e pelas associações médicas, profissionais e estudantes da área da medicina realizam uma caminhada na Avenida Paulista, em São Paulo, que é coberta ao vivo pelo Jornal Nacional, da TV Globo. O repórter sobrevoa de helicóptero a manifestação e, em sua fala, enfatiza seu decorrer pacífico e organizado, reafirmando a legitimidade das reivindicações, herdada pelas próprias recém-amenizadas Jornadas de Junho. Vestidos de jalecos brancos e com narizes de palhaço, os protestantes carregam cartazes com dizeres de repúdio à contratação de profissionais estrangeiros e condenando a falta de recursos públicos para a saúde.

Na cobertura dos protestos realizada por O Globo, no dia 4/7/2013, o título da reportagem *Em atos pelo país, médicos criticam governo* indica os atores sociais que se tornarão centrais nesse acontecimento: médicos e governo. Além disso, a cartola da página, *O Brasil nas ruas*, aproxima a motivação dos protestos dos médicos ao contexto geral das manifestações pelo país, legitimando a oposição ao Programa Mais Médicos como uma vontade geral e consensual dos brasileiros.

Figura 4 – Atos e protestos de profissionais da área médica, 4 jul. 2013.

O BRASIL NAS RUAS

Em atos pelo país, médicos criticam governo

Protestos contra a vinda de estrangeiros e por melhores condições de trabalho ocorreram em 25 estados e no DF

GUSTAVO HARRIS
gustavo.harris@oglobo.com.br
WALISSKA BORGES
walisska.borges@oglobo.com.br

-RIO e SÃO PAULO. Em oposição à medida do governo federal de trazer estrangeiros para atuar em regiões carentes do Brasil, médicos, residentes e estudantes promoveram ontem manifestações em 25 estados e no Distrito Federal. A mobilização foi convocada na semana passada por entidades como o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB), com o objetivo de pressionar o governo federal a desistir da iniciativa.

No Rio de Janeiro, o ato reuniu cerca de 600 pessoas, segundo a Polícia Militar, ou três mil manifestantes, segundo os organizadores. Os médicos fizeram caminhada até o núcleo do Ministério da Saúde, na Rua Médico, e terminaram o ato em frente à Assembleia Legislativa. Segundo o presidente dos Sindicatos dos Médicos do Rio, Jorge Darze, a pauta de reivindicações inclui ainda a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o orçamento da Saúde pública, o que representa cerca de R\$ 50 bilhões.

— Estamos denunciando uma grave crise no sistema de Saúde. Muitas pessoas acabam morrendo por falta de assistência. Isso é um verdadeiro homicídio em curso no país. A nossa missão

Fonte: Acervo digital de O Globo, 4 jul. 2013.



Manifestação. No DF, cerca de 200 médicos se reuniram para protestar contra a vinda de profissionais do exterior

Profissionais de Saúde divergem sobre projeto aprovado no Senado

Médicos pressionam Dilma para sancionar lei contestada por enfermeiros e fisioterapeutas

ANDRÉ DE SOUZA
andre.souza@oglobo.com.br

-BRASÍLIA. De um lado os médicos, do outro, os demais profissionais da Saúde, como enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas. Eles se reuniram ontem com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para discutir o projeto de lei conhecido como ato médico, que limita a médicos ações como prescrição de medicamentos e diagnóstico de doenças. Segundo Padilha, as questões levantadas na reunião serão levadas em conta pela presidente Dilma Rousseff quando ela analisar se vota ou não trechos da norma. Ela tem até 12 de julho para sancionar o texto.

Na semana anterior, o Instituto Datafolha (APROVAÇÃO..., 2103) anunciava uma queda significativa na popularidade da presidente Dilma Rousseff. Segundo a pesquisa, o número de eleitores que consideravam o governo ótimo e bom caiu de 57% para 30%, após os protestos de junho, atingindo o menor índice desde o início do mandato presidencial da representante.

As semanas subsequentes à aprovação da Medida Provisória do Mais Médicos, no dia 8/7/2013, foram marcadas pela intensificação do debate público e, principalmente, por manifestações, orquestração de boicotes (MINISTÉRIO..., 2013) e paralisações dos profissionais da medicina diante da possibilidade de implementação do programa. Como agravante às tensões instauradas entre governo e entidades médicas, no dia 11/7/2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei do “Ato Médico” (BRASIL, 2013b), referente à regulamentação do exercício da medicina no país com diversos vetos a pontos demandados pela classe médica. Considerando a preservação da atuação integrada dos profissionais de saúde, além do impacto significativo a atendimentos e procedimentos já consagrados no SUS, como as campanhas de vacinação, a lei foi sancionada com vetos a incisos que determinavam, por exemplo, o diagnóstico de doenças e a prescrição terapêutica como atos privativos da medicina.

Dias depois do anúncio a respeito da decisão dos vetos à lei do “Ato Médico”, em

15/7/2013, a Universidade de São Paulo (USP) divulgou uma nota oficial da Faculdade de Medicina da mesma instituição que critica a Medida Provisória do Mais Médicos. A instituição propõe “a retirada de pauta da MP Mais Médicos para o Brasil” e a constituição de uma comissão composta por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e representantes de entidades profissionais e “lideranças estudantis” para “elaborarem proposta de modelo factível e viável para a saúde pública do Brasil”.

*[...] o acréscimo de um novo ciclo de 2 anos de trabalho obrigatório no Sistema Público de Saúde não trará os impactos anunciados pelo Governo Federal e ainda **atrasará a completa formação médica** que só se dá com a Residência Médica”. [...]; c) A proposta de importação de médicos estrangeiros, sem a adequada avaliação de suas competências pelo exame Revalida, representa um **risco para a sociedade**. Sem uma avaliação criteriosa, não há como garantir que esses profissionais tenham **condições de atendimento à população** [...].*

Nesse contexto, instaura-se um cenário de tensões políticas e sociais na esfera de visibilidade pública, evidenciando processos de qualificação e desqualificação dos atores envolvidos no debate a partir de argumentos, pontos de vista e de suas representações. A criação do Programa Mais Médicos se dá em meio a um jogo de negociações e disputas pelo acesso à palavra pública e de narração do acontecimento. E a imprensa passa a assumir um lugar de destaque na sua visibilidade, funcionando como lugar de produção de informações a partir da interação de distintos discursos.

Em decorrência da criação da Medida Provisória do Mais Médicos (nº 621/2013), os meses de julho e agosto foram marcados pela abertura do primeiro edital de inscrições de profissionais interessados em aderir ao programa. Como resultado da conclusão dessa primeira fase, houve a confirmação da candidatura de 1.618 profissionais, destinados à atuação em 579 municípios e 18 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) (MAIS MÉDICOS..., 2013b), sob o intuito de prestar atendimento a, aproximadamente, 6,5 milhões de cidadãos brasileiros. O número total de inscritos correspondia a 1.096 médicos que já atuavam no Brasil, 358 estrangeiros e 164 brasileiros graduados no exterior.

A ordem de preenchimento das vagas do programa era orientada por suas diretrizes, determinadas no texto legal da referida medida provisória. Dessa forma, o primeiro grupo de prioridade a ser selecionado para a atuação no Programa Mais Médicos correspondeu aos profissionais com registro no Brasil. Segundo o relatório do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), o grupo em questão reunia profissionais de qualquer nacionalidade formados no país,

assim como aqueles de qualquer outra nacionalidade formados fora do Brasil, contanto que portassem diploma revalidado no país e registro realizado junto a um Conselho Regional de Medicina.

Conforme o Capítulo IV da Medida Provisória que instituiu o Programa Mais Médicos, as chamadas de profissionais inscritos deveriam seguir a seguinte sequência de prioridades:

Art. 7º Fica instituído, no âmbito do Programa Mais Médicos, o Projeto Mais Médicos para o Brasil, que será oferecido:

I – aos médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País; e

II – aos médicos formados em instituições de educação superior estrangeiras, por meio de intercâmbio médico internacional.

§ 1º A seleção e ocupação das vagas ofertadas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil observará a seguinte ordem de prioridade:

I – médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no País;

II – médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da medicina no exterior; e

III – médicos estrangeiros com habilitação para exercício de medicina no exterior (BRASIL, 2013a).

Considerando, assim, as três chamadas individuais prioritárias para a atuação de médicos no programa, ficava autorizada a realização de acordos de cooperação com organismos internacionais no caso do não preenchimento das vagas abertas nessa etapa preliminar. O objetivo desse regime cooperativo era trazer médicos para atuação exclusiva e específica no programa, sempre selecionados via vinculação ao órgão de cooperação, nunca contratados de forma individual.

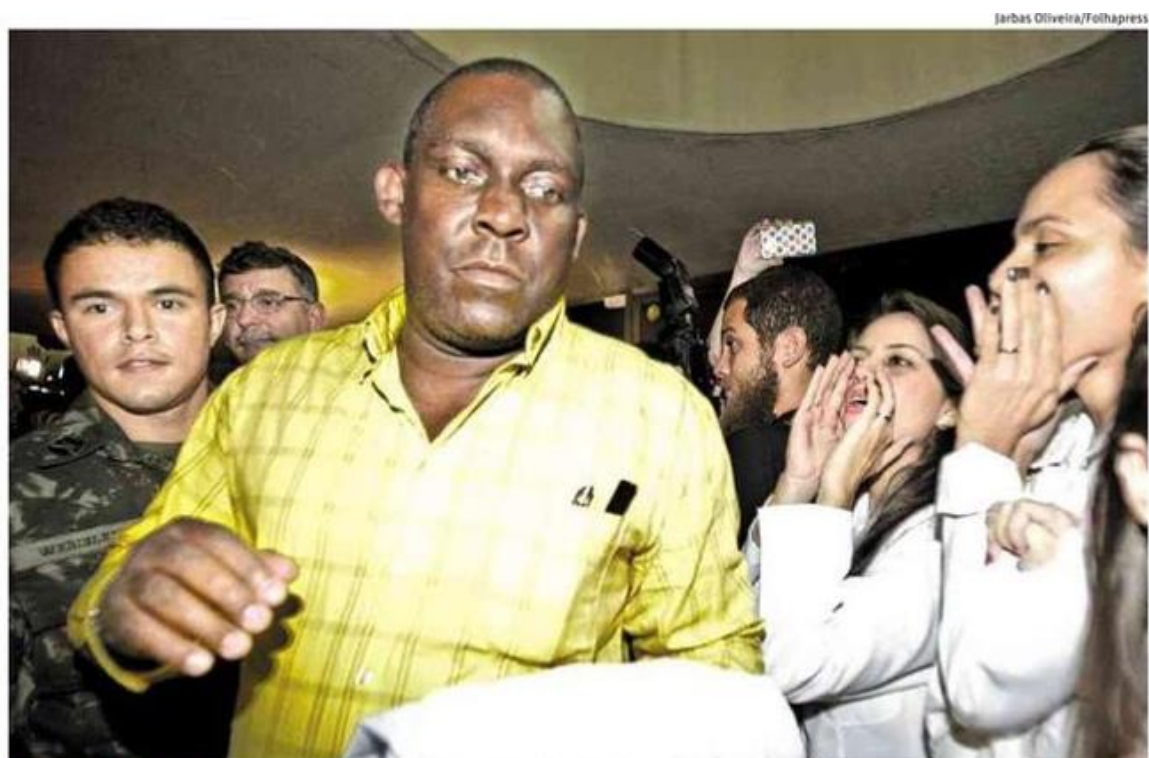
No dia 21 de agosto de 2013 (PROGRAMA..., 2013), o governo federal anunciou a utilização desse instrumento de cooperação com organismos internacionais, a fim de completar as vagas ociosas do programa após a primeira chamada dos inscritos no programa. O acordo foi realizado com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), organismo internacional ligado à Organização Mundial da Saúde (OMS), que trabalha na melhoria de políticas públicas relativas à promoção de saúde na América Latina. O intuito do tratado entre o Ministério da Saúde brasileiro e a OPAS era, assim, ampliar o acesso da população brasileira à atenção primária em saúde.

A partir disso, foi anunciado o convênio, que resultava na ação de contratação de 4 mil médicos cubanos como método de reforço às demandas de profissionais originadas pelos municípios brasileiros. A previsão era direcionar os médicos de Cuba a 701 cidades brasileiras, sendo 84% localizadas nas regiões Norte e Nordeste, que não tiveram as vagas preenchidas no primeiro chamamento do projeto. O convênio previa que, desse número total, 400 médicos chegariam ainda em agosto do mesmo ano, preenchendo as vagas rejeitadas por brasileiros e estrangeiros na primeira etapa de contratação. As características do perfil desses profissionais indicavam que todos já haviam cumprido missões em outros países, inclusive localidades de língua portuguesa, tinham especialização em Medicina da Família e da Comunidade e que 84% deles tinham mais de 16 anos de experiência na prática da medicina. Segundo a regra determinada no texto da Medida Provisória do Mais Médicos, assim como os demais médicos estrangeiros, os profissionais oriundos de Cuba teriam autorização especial para trabalhar de forma exclusiva no serviço de atenção básica, não na medicina especializada, dentro das demandas do programa por um período de três anos, com possível renovação – que veio a se realizar em 29 de abril de 2016.

Foi nesse contexto que chegou ao Brasil o primeiro grupo de médicos estrangeiros destinados à atuação no programa. Entre os dias 23 e 24 de agosto, desembarcaram nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Fortaleza cerca de 145 médicos de diferentes nacionalidades, assim como 99 brasileiros formados no exterior, para o início do trabalho de implementação da medida.

A recepção aos profissionais em determinadas cidades ganhou visibilidade social e repercussão mediática, devido a ações de protesto organizadas por sindicatos e entidades da classe médica, contrários à implementação do Programa Mais Médicos. Um dos casos de maior destaque ocorreu no dia 27 de agosto, em Fortaleza, no Ceará, em que profissionais estrangeiros, incluindo 79 cubanos, recém-chegados ao país, foram hostilizados por protestantes vinculados ao Sindicato dos Médicos do Ceará (Simec). Vaiados e chamados de “escravos” durante a manifestação, os médicos do programa tiveram de receber proteção especial para sair do local. Segundo a entidade que organizou o manifesto, as palavras proferidas eram uma crítica ao acordo salarial relativo à remuneração diferenciada oferecida aos médicos vindos de Cuba. De acordo com o convênio, os médicos cubanos ganhariam um salário mais baixo, já que a bolsa de R\$ 10 mil seria repassada à OPAS e, depois, dividida entre os profissionais e o governo cubano.

Figura 5 – Vaias na chegada de médicos cubanos a Fortaleza, 27 ago. 2013.



» **RECEPÇÃO HOSTIL** Médico cubano é vaiado por colegas brasileiras ao sair do primeiro dia de curso em Fortaleza; ministro Padilha (Saúde) disse para estrangeiros do Mais Médicos não sentirem vergonha por não saber falar português Cotidiano C1

Fonte: Acervo digital da Folha de São Paulo, 27 ago. 2013.

A chegada dos primeiros médicos estrangeiros ao país foi marcada ainda por outras manifestações¹³ que colocaram em pauta, além das questões relacionadas ao déficit de profissionais de medicina no país, outras problemáticas sociais, como o preconceito de classe e o racismo.

No mês de setembro de 2013, cenário do último episódio do acontecimento Mais Médicos estudado nesta pesquisa, deu-se início à atuação dos médicos do programa nas comunidades, mediante a solicitação e a seleção na relação entre prefeituras e o governo federal. Como conclusão da primeira etapa de inscrições, os médicos brasileiros que se candidataram ao programa foram os primeiros a apresentarem-se nos municípios beneficiados. Os médicos estrangeiros foram assumindo seus postos de trabalho no decorrer do ano de 2013, período em que foram desencadeadas batalhas judiciais junto ao Ministério Público, assim como ações

¹³ Um dia após a agressão ocorrida em Fortaleza, outro caso ganha repercussão mediática, quando uma jornalista do Rio Grande do Norte revela, em sua página de uma rede social digital, que as médicas cubanas recém-desembarcadas no país teriam a aparência de “empregadas domésticas”. O comentário da jornalista virou notícia na imprensa, gerando críticas e discussões a respeito do preconceito relativo às suas afirmações, como “essas médicas cubanas têm uma cara de empregada doméstica” e “médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência” (JORNALISTA..., 2013).

(MP..., 2013) dos Conselhos Regionais de Medicina que buscaram impedir a concessão de registro de trabalho aos médicos do programa.

Foi nesse período ainda que se realizaram as deliberações formais (CONSELHOS..., 2013) para a elaboração e a aprovação do texto final que configurou a Lei do Mais Médicos (12.871/2013), aprovado pela Câmara do Deputados e pelo Senado Federal na primeira quinzena de outubro de 2013 e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 22 de outubro de 2013.

6.2 Dimensão da nomeação: o Mais Médicos como acontecimento publicado

Nesta segunda etapa da análise, intitulada como *dimensão da nomeação*, o texto é elaborado com o propósito de apresentar uma visão geral estruturada dos operadores que transformam o acontecimento Mais Médicos em um acontecimento jornalístico. Isso significa que o importante nesta dimensão proposta é identificar e analisar indicadores que constituem parte da ordenação semântica do acontecimento Mais Médicos, resultante da sua construção como material noticioso nos três jornais de referência selecionados para a pesquisa: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo.

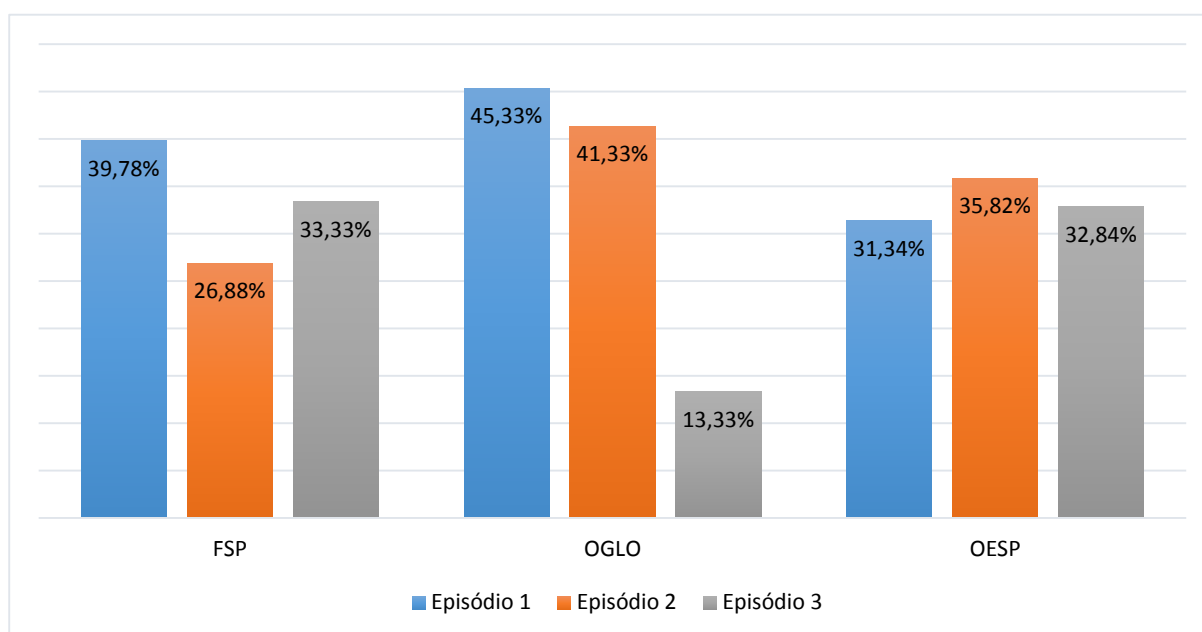
A partir disso, são exploradas as categorias de *tematização* e *fontes acionadas*, sob o intuito de produzir inferências a partir do mapeamento e da classificação do material jornalístico relativo ao acontecimento em questão. Faz-se isso respeitando o recorte metodológico, que indica os dias relativos à coleta dos dados: a) 8, 9 e 10/07/2013, relativos ao Episódio 1 do acontecimento (Lançamento do Programa Mais Médicos pela Medida Provisória nº 621); b) Dias 24, 25 e 26/8/2013, relativos ao Episódio 2 do acontecimento (Chegada dos primeiros médicos estrangeiros aos país); e c) Dias 2, 3 e 4/9/2013, relativos ao Episódio 3 do acontecimento (Início da atuação dos médicos selecionados pelo programa). Por fim, faz-se a apresentação dos resultados com o uso de gráficos, que destacam os dados relevantes a esta etapa da investigação, capaz de aliar um panorama quantitativo e revelar indicativos dos sentidos produzidos na cobertura jornalística do acontecimento Mais Médicos.

6.2.1 Panorama do acontecimento Mais Médicos nas páginas dos jornais

Para a visualização dos resultados da etapa de análise da dimensão da nomeação do acontecimento Mais Médicos nas páginas dos jornais de referência escolhidos, importa, primeiramente, apresentar os dados gerais quanto ao mapeamento dos textos jornalísticos em

questão. O Gráfico 1 indica a relação quantitativa e percentual do material classificado nas 27 edições dos veículos Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo durante o período observado.

Gráfico 1 – Total de textos classificados por veículo/episódio do acontecimento.

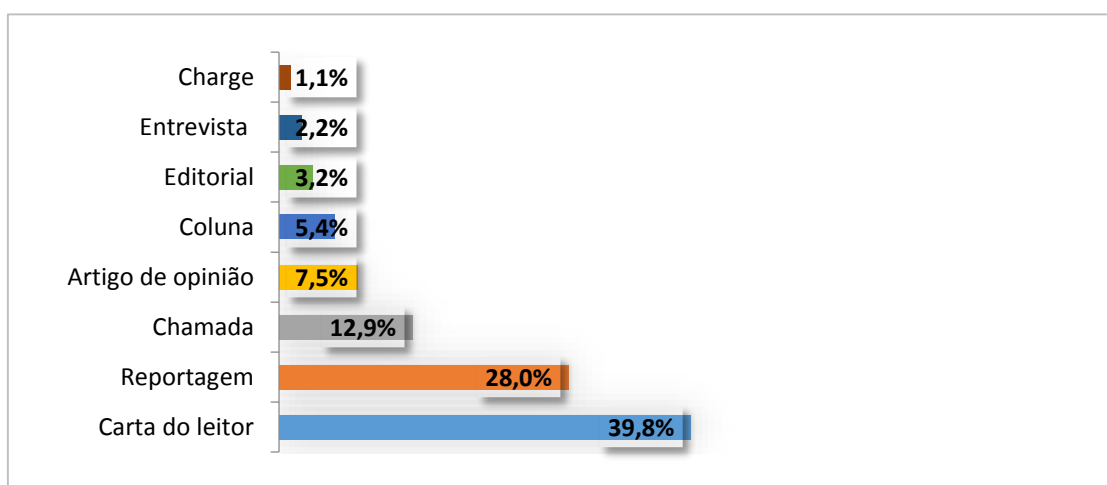


Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apresentados indicam um volume maior de textos jornalísticos produzidos no episódio 1 do acontecimento Mais Médicos (8, 9 e 10/7/2013), representando uma fatia de 39.1% do total de 235 ocorrências classificadas nos três periódicos. Na sequência, encontram-se o episódio 2 (24, 25 e 26/8/2013) e o episódio 3 (2, 3 e 4/9/2013), representando 34% e 26.8%, do volume total de textos, respectivamente.

Ao considerar o percentual de textos jornalísticos produzido em cada um dos veículos separadamente no compilado dos três episódios do acontecimento, percebe-se uma predominância de publicações no jornal Folha de S. Paulo, representando 39.6% do total, seguido por O Globo, com 31.9%, e por O Estado de S. Paulo, com 28.5% das ocorrências mapeadas.

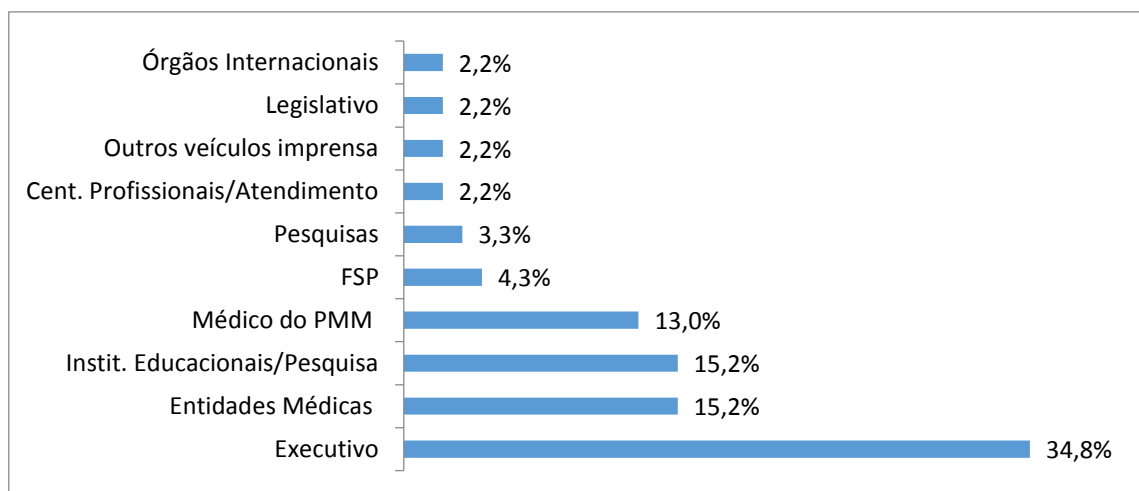
Nas edições impressas da Folha de S. Paulo, da relação com o número bruto de material jornalístico analisado no periódico, 93 textos, *Carta do Leitor* (39.8%) e *Reportagem* (28%) foram as principais categorias encontradas na classificação. Como mostra o Gráfico 2, foram encontradas, ainda, em número reduzido, as categorias: *Chamada*, *Artigo de opinião*, *Coluna*, *Editorial*, *Entrevista* e *Charge*, respectivamente.

Gráfico 2 – Relação de formatos textuais do jornal Folha de S. Paulo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto às fontes utilizadas pelo mesmo periódico, os dados coletados mostram uma predominância no acionamento de instituições e atores relativos ao *Poder Executivo* (ver Gráfico 3), responsável pela criação e pelo anúncio do Programa Mais Médicos. Essa categoria, quando ainda subdividida em fontes relativas aos âmbitos federal, estadual e municipal do governo, aponta para uma maior representação daquelas ligadas ao primeiro citado, considerando a proporção: *Executivo Federal* (26.1%); *Executivo Estadual* (1.1%) e *Executivo Municipal* (7.6%). A visibilidade dos diferentes lugares de fala da gestão política (de abrangência da nação, do estado ou do município) oscilará, dependendo dos episódios do acontecimento, como será mostrado ainda neste capítulo.

Gráfico 3 – Fontes identificadas no jornal Folha de S. Paulo.



Fonte: Elaborado pela autora.

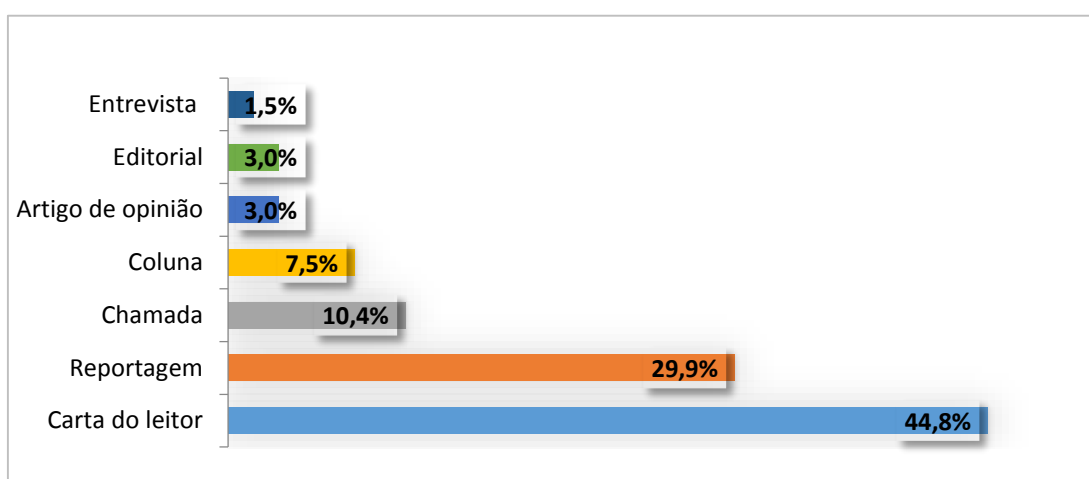
Ainda no Gráfico 3, as fontes enquadradas como *Entidades Médicas* (15.2%) indicam um acionamento significativo de porta-vozes de órgãos como conselhos profissionais – responsáveis pela fiscalização e pela normatização das práticas médicas –, assim como de associações e sociedades representantes da classe. Da mesma forma, *Instituições Educacionais e de Pesquisa* (15.2%) aparecem como importantes fontes de informação no período selecionado, o que implica o acesso à palavra relativo a membros de centros de formação profissional da medicina, como faculdades (públicas e privadas), assim como de institutos de pesquisa da área.

Em terceiro lugar na relação das fontes acionadas, aparece a categoria *Médico do PMM*, representando 13% do total classificado. Esse item mostrará variações importantes na relação com os episódios do acontecimento, dependendo de se tratar do período de lançamento ou da implementação do programa. Em uma proporção menor, servem, ainda, de fonte materiais produzidos pelo próprio veículo, indicado pela categoria de autorreferência *FSP* (4.3%), seguido por *Pesquisas* (3.3%); *Centros Profissionais e de Atendimento* (2.2%) – hospitais, clínicas e centros de saúde –; *Outros veículos da imprensa* (2.2%), seja nacional, seja internacional; membros do *Legislativo* (2.2%) e *Órgãos internacionais* (2.2%) – como faculdades estrangeiras e instituições internacionais da área da saúde. Por aparecem em percentuais de 1% ou menos, as categorias *Partidos Políticos*, *Ministério Público*, *Judiciário* e *Especialistas* não são mostradas no Gráfico 3; porém, importa ressaltar que fazem parte das fontes acionadas pelo jornal Folha de S. Paulo a respeito do acontecimento Mais Médicos.

Nas edições impressas de O Globo, a relação de formatos textuais, como na Folha de S. Paulo, aponta para uma predominância de textos da categoria *Carta do Leitor*, que, do total

bruto de 67 textos jornalísticos analisados, representa 44.8%. Como pode ser conferido no Gráfico 4, o segundo tipo de texto com maior incidência a tratar do acontecimento Mais Médicos é a *Reportagem*, sob o percentual de 29.9% das publicações do periódico. Em números menores, foram encontradas ainda ocorrências nas categorias *Chamada*, *Coluna*, *Artigo de opinião*, *Editorial* e *Entrevista*, respectivamente.

Gráfico 4 – Relação de formatos textuais do jornal O Globo.



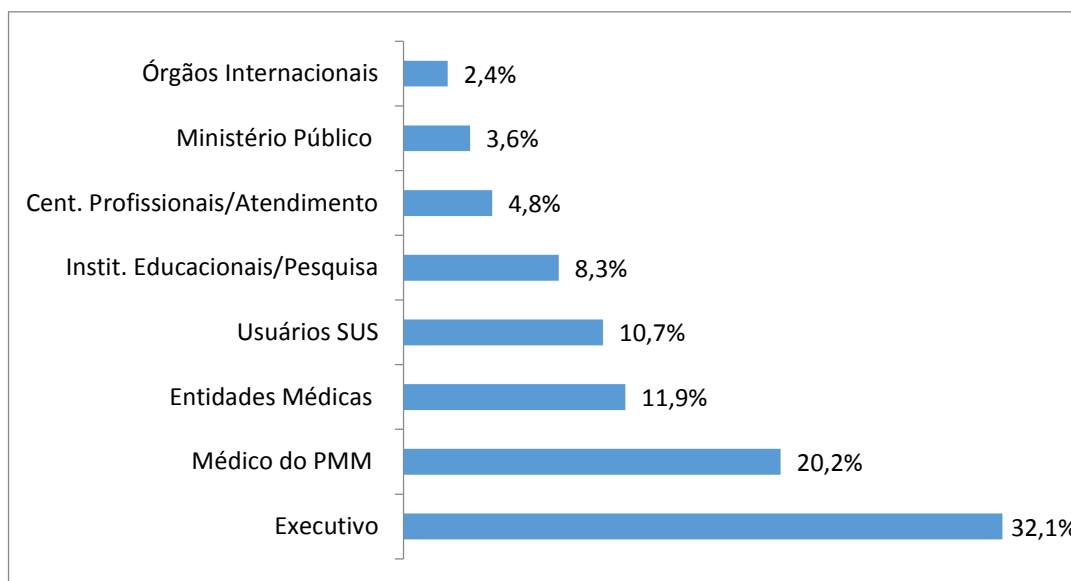
Fonte: Elaborado pela autora.

Em O Globo, também foram identificadas as principais fontes acionadas, a ver os dados apresentados no Gráfico 5, a seguir. O *Poder Executivo* aparece em primeiro lugar na quantificação de fontes consultadas pelo periódico a respeito do acontecimento Mais Médicos, representando 32.1% do montante analisado. Diferentemente do jornal Folha S. Paulo, a categoria *Médico do PMM* aparece em segundo lugar, com 20.2%, acima de *Entidades Médicas*, que representa 11.9% do total de fontes.

Destaca-se aqui a identificação da categoria *Usuários do SUS*, representando 10.7% das fontes consultadas pelo veículo estudado. Essa classificação refere-se, primordialmente, a cidadãos que fazem uso dos serviços de saúde pública proporcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e que são, direta ou indiretamente, beneficiados pelo Programa Mais Médicos.

Da mesma forma, aparece no compilado de edições de O Globo a categoria relativa ao acionamento de promotores e demais membros do *Ministério Público*, representando 3.6% do total. Suprimidas do gráfico por representarem uma porcentagem de 1% ou menos, estão ainda as fontes categorizadas como *Pesquisas*, *Judiciário*, *Especialistas*, *OGLO*, *Movimentos Sociais*.

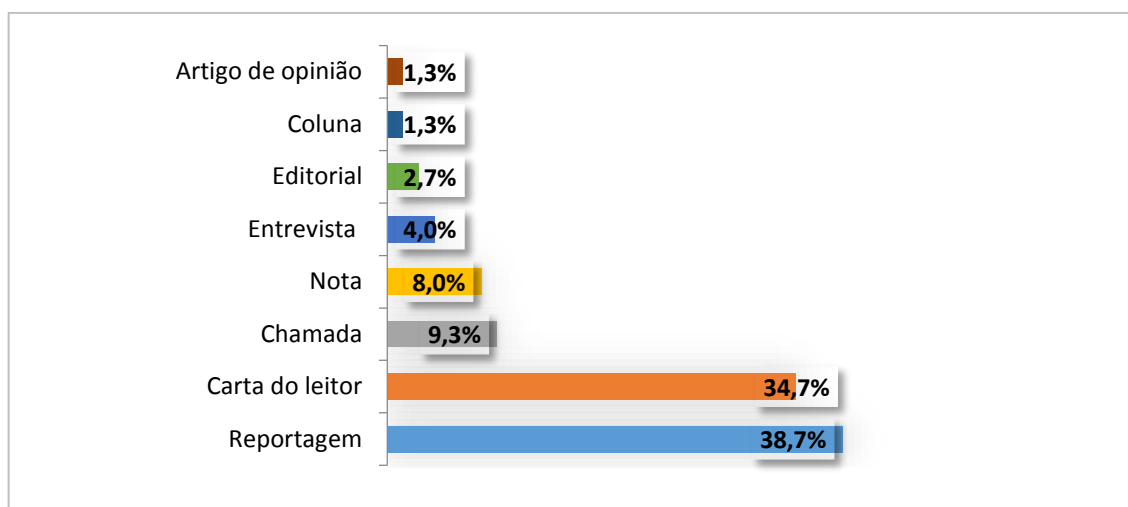
Gráfico 5 – Fontes identificadas no jornal O Globo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas edições impressas de O Estado de S. Paulo, a categorização a partir dos formatos textuais constituintes da construção do acontecimento jornalístico, diferentemente dos outros dois veículos apresentados anteriormente, indicou a predominância do tipo *Reportagem*, representando 38.7% do total de 75 ocorrências mapeadas (Gráfico 6). Na sequência, o grande volume *Carta do Leitor* também se evidencia, considerando que representa a fatia de 34.7% dos textos. Como nos outros periódicos, representados em números menores, foram encontradas ainda ocorrências nas categorias *Chamada*, *Nota*, *Entrevista*, *Editorial*, *Coluna* e *Artigo de opinião*, respectivamente.

Gráfico 6 – Relação de formatos textuais do jornal O Estado de S. Paulo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Como fontes acionadas por O Estado de S. Paulo, o *Poder Executivo* encontra-se novamente assumindo o primeiro lugar no resultado quantitativo. Como é possível conferir no Gráfico 7, a categoria representa 39.3% do total classificado. Nesse periódico, especificamente, o volume de fontes consultadas referente a membros e instituições do *Executivo* distancia-se substancialmente das demais categorias, considerando a segunda posição assumida por *Entidades Médicas*, sob o valor de 16.8%.

Assim como nas edições de O Globo, pode-se identificar *Usuários do SUS* como fonte utilizada para a produção jornalística do veículo. Contudo, a fatia representada por essa categoria representa somente 2.8% do total. *Especialistas* também ganham mais espaço nas páginas de O Estado de S. Paulo em comparação com os demais jornais, sob o valor de 3.7%. Isso significa a consulta a estudiosos e cientistas reconhecidos pela área da saúde nacional ou internacionalmente para tratar do Programa Mais Médicos. Na mesma proporção, políticos do *Legislativo* são consultados a tratar do tema, publicizando questões importantes à deliberação da medida quanto a conflitos político-partidários.

Com porcentagem igual ou menor a 1%, foram encontradas classificadas ainda *Centros Profissionais e de Atendimento* e *Centro Comunitários* (relativo a membros de comunidades indicadas para receber médicos do programa).

Gráfico 7 – Fontes identificadas no jornal O Estado de S. Paulo.



Fonte: Elaborado pela autora.

Após a visão geral do acontecimento Mais Médicos, cujos resultados implicaram a quantificação dos textos mapeados e a sua classificação a partir das *fontes acionadas*, na etapa seguinte, passa-se à identificação dos operadores de *tematização* (como assuntos tratados e títulos utilizados), a fim de dar conta das abordagens específicas referentes a cada um dos episódios selecionados para análise nos periódicos estudados.

6.2.2 Episódio 1: lançamento do Mais Médicos pela MP nº 621 (8, 9 e 10/7/2013)¹⁴

No jornal Folha de S. Paulo, o dia da criação do Programa Mais Médicos, a partir da assinatura da Medida Provisória nº 621/2013, realizada em 08/07/2013, foi abordado pelo periódico sob uma temática predominante: *as negociações do governo brasileiro na contratação de médicos cubanos*. As reportagens publicadas, como se nota na chamada de capa *FSP7 – Saúde susta conversa para trazer médicos cubanos* associam a temática à possibilidade de recuo do acordo entre os governos de Brasil e Cuba para a vinda de médicos cubanos a atuar no programa. A exemplo dos textos intitulados *FSP1 – Brasil desiste de vinda de 6.000 médicos cubanos* e *FSP2 – “Alvo” do Brasil, Portugal buscou médicos em Cuba*, a temática da negociação aparece vinculada ao sentido de que as missões a serem realizadas por médicos cubanos ao Brasil teriam relação direta com uma aproximação diplomática do governo

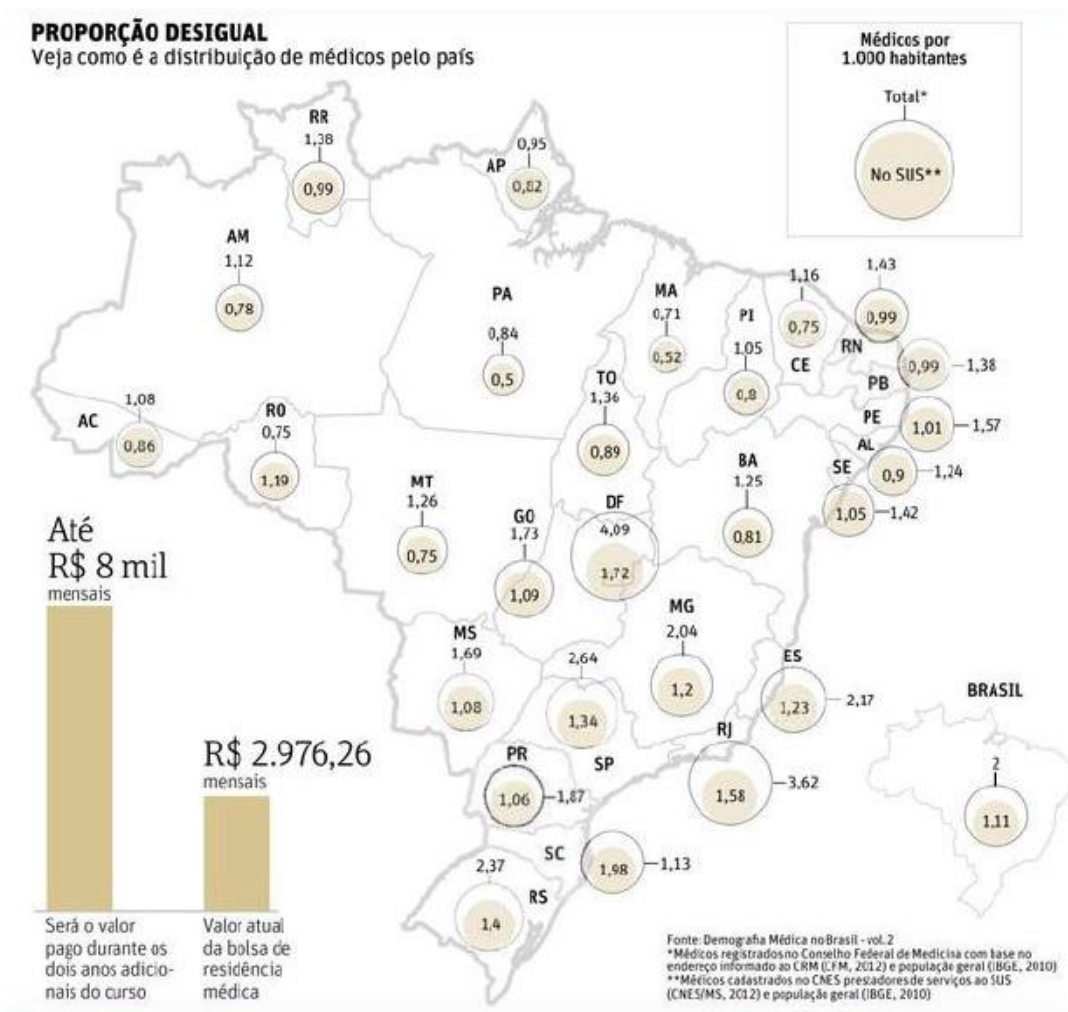
¹⁴ As referências aos títulos dos textos jornalísticos aqui tratados podem ser encontradas nos quadros construídos para a operacionalização da análise conforme os Apêndices A, B e C deste trabalho.

comunista com o Partido dos Trabalhadores (PT). São abordadas ainda experiências de parcerias semelhantes realizadas entre Cuba e países como Portugal, em 2009, mas o sentido enfatizado é o da controvérsia gerada pelas condições contratuais entre Havana e o país de destino dos profissionais cubanos – questionadas por ativistas de direitos humanos e trabalhistas. Ainda nessa edição, a tensão entre as entidades de representação da classe médica, como conselhos e associações de âmbito nacional e regional, e membros do governo federal também aparece como temática constituinte do acontecimento Mais Médicos, como pode ser identificado no título da reportagem *FSP3 – “Importação” opõe governo e entidades médicas*.

Nos dois dias que se seguiram ao lançamento da medida, 9 e 10 de julho de 2013, as temáticas associadas ao Programa Mais Médicos nas páginas da Folha de S. Paulo foram primordialmente as *mudanças na formação dos estudantes de medicina* e a *obrigatoriedade do estágio no SUS para os estudantes de medicina*. A exemplo da reportagem da edição do dia 9/7/2013 *FSP12 – Estudantes de medicina terão que trabalhar por dois anos no SUS*, publicada também como manchete de capa, o discurso produzido pelo veículo nos dois dias referidos se baseia nas informações de 36 fontes acionadas, com destaque a representantes do *Executivo Federal*, representando 38.9% do total de fontes, seguido por professores e gestores de faculdades de Medicina, representando 30.6% na categoria *Instituições Educacionais* e de membros das *Entidades Médicas*, representando 11.1% do total das fontes acionadas no episódio. No mesmo dia, as entrevistas sob os títulos *FSP16 – Médico precisa ser especialista em pessoas* e *FSP17 – Governo não pode implantar medida à força* indicam os pontos de vista polarizados em relação à obrigatoriedade de os estudantes de Medicina entrarem em contato com a realidade do sistema público de saúde.

Além das informações relativas às consequências do programa para os futuros profissionais da medicina, a matéria *FSP12 – Estudantes de medicina terão que trabalhar por dois anos no SUS* traz dados da Pesquisa do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre a Demografia Médica no Brasil, uma das bases para a proposição da política pública pelo governo federal. Como se vê na Figura 6, a ilustração que acompanha o texto do jornal, é um dos poucos textos que visibilizam estatísticas referentes ao problema da má distribuição dos profissionais no país.

Figura 6 – Dados sobre a desigualdade na distribuição de médicos no Brasil.



Fonte: ilustração publicada junto ao texto “Estudantes de medicina terão que trabalhar por dois anos no SUS”, FSP, 7 jul. 2013.

Na edição do dia 10/7/2013, a Folha de S. Paulo publica a reportagem *FSP35 – Médico de Dilma reforça coro contra a vinda de estrangeiros*, em que é entrevistado Kalil Filho, o então médico da presidente Dilma Rousseff, reforçando o tom de embate e a centralização do debate sobre a criação do Programa Mais Médicos entre governo federal e profissionais da medicina. A ideia de “coro” contra a contratação de médicos estrangeiros produz um sentido de unanimidade da classe médica na oposição ao programa.

A criação do Programa Mais Médicos em O Globo, no dia 8/7/2013, foi definida como “um plano para importar médicos de fora do país”, como se pode identificar nas duas ocorrências mapeadas nesta edição: a chamada *OGLO1 – Dilma lança plano para trazer médicos de fora* e a reportagem referente *OGLO2 – Dilma lança hoje plano para importar médicos*. Apesar de a reportagem apresentar dados referentes ao Pacto Nacional da Saúde como

um todo, incluindo investimentos estruturais e na formação de profissionais em longo prazo, produz, por meio de seus títulos, o sentido de que a contratação de médicos estrangeiros seria o objetivo da criação do programa.

Nos dias decorrentes, 9 e 10/7/2013, a temática das *mudanças na formação dos estudantes de medicina* aparece de forma predominante, abrangendo outros dois temas presentes na cobertura: *a obrigatoriedade do estágio no SUS e a ampliação do tempo de formação para os estudantes de medicina*. As fontes oriundas do *Executivo Federal* foram as mais acionadas nesse episódio, representando 35% do total de 40 fontes consultadas. Através de tais fontes, constrói-se um discurso de defesa do projeto, realizada quase que exclusivamente por atores governamentais como a presidente da República, Dilma Rousseff, e os ministros da Educação e da Saúde, Aloizio Mercadante e Alexandre Padilha, respectivamente. Como justificativa dos seus pontos de vista, enfatizam os seguintes termos: a) contribuição social do trabalho médico; b) necessidade de o profissional entrar em contato com a realidade do SUS; c) o fortalecimento da formação de médicos ao serviço de Atenção Básica.

Reportagens como *OGLO4 – Entidades médicas tentarão barrar medidas na Justiça* e *OGLO28 – Médicos se queixam de carências do SUS e da falta de diálogo com categoria* enfatizam o sentido da controvérsia da criação do programa, principalmente em relação à desvalorização da categoria no país. Como afirma o presidente da Fenam, Geraldo Ferreira, entrevistado pelo periódico, a questão salarial seria essencial à manutenção da dignidade dos médicos que participam do Programa Mais Médicos. Ele caracteriza a medida como “instituição do trabalho escravo” e “manobra que favorece a exploração de mão-de-obra” pelo governo.

Quando o discurso jornalístico é tematizado a partir da contratação de médicos estrangeiros, a defesa da qualidade de atendimento ao cidadão é base das justificativas que contrariam a aplicação do projeto. A preocupação baseia-se na exigência da avaliação através do exame nacional de certificação para médicos com diplomas expedidos no exterior, o Revalida.

*[...] os dirigentes dessas entidades condenaram a contratação de médicos estrangeiros e a não exigência do Revalida para os candidatos às vagas oferecidas. Argumentaram que importar médicos sem submetê-los a um exame é um risco à sociedade. – Não temos nada contra os estrangeiros, desde que façam o Revalida. Em nenhum país sério se faz assim. Trazer médico estrangeiro sem avaliar a sua qualificação é colocar a **população em risco**. Não saberemos se o profissional estará apto a atender **os pobres que já sofrem sadios e que vão sofrer ainda mais doentes**. E todo o **dano causado ao cidadão brasileiros**, vamos denunciar e responsabilizar as pessoas do ministro e da presidente da República que patrocinam essa **atrocidade** – disse Florentino Cardozo, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) (ENTIDADES..., 2013, p. 5).*

Por isso, quando acionadas fontes das categorias *Entidades Médicas e Instituições Educacionais e de Pesquisa*, que representam 12,5% e 17,5% de todas as fontes consultadas no episódio, respectivamente, o discurso jornalístico revela os seguintes pontos de vista em relação ao Programa Mais Médicos: a) a preocupação com a rapidez da decisão sobre a medida; b) a ameaça à má formação dos profissionais e o conseqüente risco à saúde da população; c) a falta de infraestrutura para o trabalho médico; d) a inconstitucionalidade da obrigatoriedade do serviço ao SUS; e) a possibilidade de desistência da carreira por parte dos profissionais em formação devido à ampliação da extensão do curso. Essa perspectiva se reforça no grande volume de textos enviados por leitores e publicados por O Globo como *Carta do Leitor* que, na sua grande maioria, se aliam ao sentido dos efeitos prejudiciais à categoria médica, a partir das mudanças propostas na formação dos estudantes de Medicina. É enfatizado, ainda, que a falta de infraestrutura na saúde pública e as precárias condições salariais ofertadas pelo governo se caracterizariam como um problema mais relevante.

Pode-se destacar, contudo, nesta cobertura, que o Programa Mais Médicos foi tematizado em torno do *efeito da falta de médicos no atendimento à população*. Diferentemente do jornal Folha de S. Paulo, o Globo constrói seu discurso a partir também do acionamento de fontes como *Usuários do SUS*, que representam 15% do total de fontes do episódio (porção maior que as fontes relativas às *Entidade Médicas*). Nas reportagens *OGLO6 – São Gonçalo sofre o drama cotidiano da falta de médicos* e *OGLO29 – Em Guapimirim, hospital cheio de problemas é visto como salvação*, por exemplo, são publicados depoimentos de pacientes, habitantes de regiões candidatas ao Programa Mais Médicos, que apontam os problemas que enfrentam com a falta de especialistas, a demora e o mau atendimento. Da mesma forma, são publicados dados sobre a estimativa de aumento de vagas em faculdades de Medicina no país em decorrência da criação do programa.

No jornal O Estado de S. Paulo, os eixos temáticos abordados no dia da criação do Programa Mais Médicos, 8/7/2013, foram o da *negociação política* e o da *reeleição presidencial*. Os temas estão associados ao acionamento de fontes relativas às *Entidades Médicas*, que ajudam a construir o discurso jornalístico que vincula a iniciativa de criação do programa manobra de interesse eleitoral do governo federal. Dessa forma, a criação do programa é aliada à promoção de uma agenda positiva, a fim de superar uma crise política interna. A nota publicada no dia seguinte, 9/7/2013, *OESP4 – Dilma encomendou plano há um ano*, contribui na construção do sentido de oportunismo no lançamento do programa, principalmente como uma resposta às reivindicações realizadas pela população brasileira nos

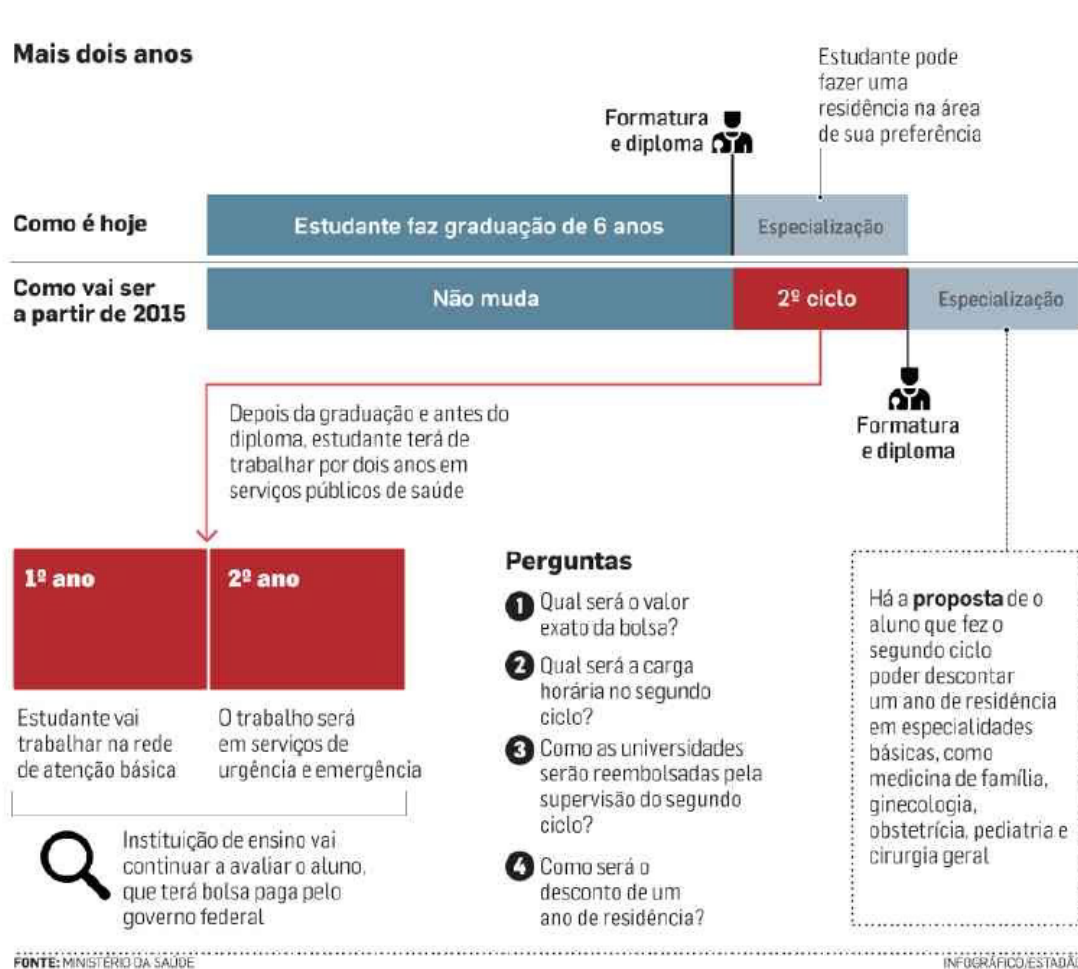
protestos de junho de 2013.

Nos dias 9 e 10/7/2013, assim como na Folha de S. Paulo e em O Globo, o assunto de maior destaque a respeito do programa são as *mudanças na formação dos profissionais da medicina*. No dia 9/7/2013, o tema ganha destaque na capa, com a chamada *OESP5 – Estudante de medicina terá de atuar no SUS; médicos reagem*. No dia 10/7/2013, a reportagem de título *OESP9 – Diploma para dentista e psicólogo também pode exigir trabalho no SUS*, traz uma ilustração especial (Fig. 7) com dados a respeito das consequências na criação do programa para os futuros profissionais.

O dia 10/7/2013 nas páginas de O Estado de S. Paulo traz 16 textos sobre o Programa Mais Médicos, sendo sete deles, reportagens. São elas identificadas pelos títulos *OESP16 - Para críticos, há risco de candidato desistir da carreira; OESP18 - Particular quer saber quem vai pagar a conta; OESP19 - Padilha vai ao Congresso; proposta já sofre resistências; OESP20 - Vários pontos do projeto em aberto; OESP21 - Proposta tapa o sol com a peneira e OESP22 - Governo não sabe o custo total do programa*. A partir das expressões em destaque como “risco”, “quem vai pagar a conta”, “proposta já sofre resistências”, “vários pontos em aberto”, “tapa o sol com a peneira” “governo não sabe o custo do programa”, percebe-se a afirmação de um sentido de incerteza e risco vinculado ao lançamento da medida.

Neste episódio, são majoritariamente acionadas fontes relativas ao *Executivo Federal* e às *Instituições Educacionais e de Pesquisa*, representando, respectivamente, 42,5% e 25% do total de 40 fontes consultadas. Os seis textos referentes a *Carta dos Leitores* (a ver OESP10; OESP11; OESP12; OESP13; OESP14 e OESP15) compõem a temática central do discurso jornalístico das três edições de O Estado de S. Paulo, já que todos tratam, de alguma forma, *mudanças na formação dos profissionais da medicina* e da *contratação de médicos estrangeiros*. Os leitores posicionam-se contrariamente à medida, ressaltando questões como a condição precária de atendimento dos médicos no SUS, como a infraestrutura e a defasagem salarial.

Figura 7 – Alterações na formação médica a partir do Programa Mais Médicos.



Fonte: texto “Diploma para dentista e psicólogo também pode exigir trabalho no SUS”, OESP, 10 jul. 2013.

6.2.3 Episódio 2: chegada dos médicos estrangeiros (24, 25 e 26/8/2013)

A chegada dos primeiros médicos estrangeiros selecionados para atuação no Programa Mais Médicos foi abordada na Folha de S. Paulo principalmente nos espaços destinados aos textos de cunho opinativo do jornal, com predominância para as *Cartas do Leitor*, que ocuparam 72% do total publicado sobre o acontecimento nos dias 24, 25 e 26/08/2013. É possível perceber, nessas edições, o discurso do periódico construído em uma base mais equilibrada de opiniões dos leitores, considerando os que se posicionam a favor ou contra a implementação do programa. Aqueles favoráveis à sua criação enfatizam a temática da *necessidade de médicos em áreas carentes* do país e ressaltam críticas à *postura corporativista das entidades médicas* frente à medida. Os que se posicionam contrariamente tratam, principalmente, do acontecimento frente a uma temática central: *a contratação de médicos cubanos*, a partir de questionamentos a respeito da qualidade da medicina praticada pelos profissionais, assim como

em relação ao acordo de pagamento salarial diferenciado acordado entre os governos brasileiro e cubano e a OPAS.

De maneira geral, as três edições tematizaram o Programa Mais Médicos em torno da *contratação e da atuação de médicos cubanos*, a exemplo das reportagens *FSP38 – Conselho médico irá à polícia contra cubanos* e *FSP60 – “Não somos prisioneiros”, diz médica cubana*. O sentido da contravenção legal associada à implementação dessa etapa do programa evidencia-se pela inclusão de fontes como o *Supremo Tribunal Federal (STF)*, a fim de abordar as ameaças de retenção de registros provisórios dos médicos estrangeiros por parte dos conselhos regionais de medicina. Além disso, o programa aparece associado à temática das *eleições de 2014*, quando tratado como uma oportunidade de visibilidade política para o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que, segundo o periódico, seria candidato do PT ao governo do estado de São Paulo (Fig. 8).

Figura 8 – Ilustração sobre Mais Médicos e corrida eleitoral.



Fonte: texto “Obstáculos de Padilha”, FSP, 26 ago. 2013.

Em O Globo, o segundo episódio do acontecimento Mais Médicos é abordado a partir de publicações que se enquadram nos formatos textuais na seguinte proporção: 50% de *Carta do Leitor*; 29.2% de *Reportagens*; 12.5% de *Colunas* e 8.3% de *Chamadas*. Predominantes, os textos publicados com a opinião dos leitores apontam para visões distintas sobre o programa,

revelando as temáticas do *cumprimento ao Juramento de Hipócrates*¹⁵; da *postura corporativista das entidades médicas* e da *necessidade de médicos em áreas carentes do país*. Ao mesmo tempo, leitores criticam pontos relativos à medida, no que toca às *condições de trabalho do médico no SUS* e à *contratação de médicos cubanos* sob a compreensão de um interesse político com Cuba.

Nas *Reportagens* analisadas, o *Mais Médicos* é tematizado em torno da contratação dos médicos cubanos, a exemplo dos textos publicados no dia 24/8/2013: *OGLO34 – Governo não detalha gastos de contrato com cubanos*; *OGLO35 – Procurador-geral do Trabalho quer explicações sobre médicos de Cuba* e *OGLO50 – Padilha reage à contestação de entidades médicas*. O discurso de judicilização da temática se constrói também pelo acionamento de fontes relativas ao *Judiciário* e ao *Ministério Público* em ambos os textos.

Como se vê na Figura 9, o sentido da suspeição em relação à chegada dos médicos estrangeiros (principalmente, da atuação dos profissionais cubanos) é construído também jornalisticamente através das chamadas de capa. Sob a cartola *Desembarque e suspeitas*, a manchete *OGLO37 – Médicos chegam sob proteção especial de Exército e PF* destaca a abordagem na edição a respeito da temática.

No episódio como um todo, os *Médicos do PMM* representaram a maior porção de fontes consultadas pelo periódico, representando 42,9% dos entrevistados, seguidos por membros do *Executivo Federal* (25,7%). Dentro da primeira categoria, ainda foram observadas as subcategorias que a constituem: *Médicos estrangeiros do PMM* e *Médicos Brasileiros do PMM*. Constatou-se que os médicos estrangeiros europeus e latinos, de países como Portugal e Argentina, compuseram 22.9% desse total, seguidos dos médicos provenientes de Cuba, representando 14.3%. Na matéria, *OGLO49 – Cubanos evitam polêmica sobre salários*, profissionais recém-chegados deram depoimentos sobre as expectativas em relação ao trabalho no Brasil; a questão salarial ganhou destaque no título. Os candidatos brasileiros representaram a porção de 5.7% do total de fontes relativas aos médicos participantes do programa.

¹⁵ O Juramento de Hipócrates é um juramento solene realizado pelos formandos em medicina, no qual os futuros profissionais juram seguir preceitos éticos da área. Texto completo disponível em: <<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Historia&esc=3>>. Acesso em: dez. 2016.

Figura 9 – Primeira página de O Globo na chegada dos médicos do exterior.

O GLOBO

SABADO, 24 DE AGOSTO DE 2013 ANO LXXXIII - Nº 28.237 Editor: Erieno Marinho (1876-1925) - (1964-2003) Roberto Marinho PUBLICIDADE: oglobo.com.br

PROSA
30 anos da Bienal do Livro
O FUTEBOL NO CAMPO LITERÁRIO
Maior evento editorial do país, que começa dia 23, vai discutir futebol e literatura e terá o Almirante como país homenageado.

SEGUNDO CADERNO
Patricinha, obra de Edgar Rêgo: Festival de Verão

Bem longe da música
A CAÇULA DE GILBERTO GIL
A nutricionista Bata, com a filha, volta ao Brasil para fazer comida saudável.

HISTÓRIA
Acordo antinuclear faz 50 anos
KENNEDY, O HÁBIL NEGOCIADOR
Novo livro de Jeffrey Sachs conta como JFK convenceu o mundo a manter a paz. **PÁGINA 27**

COLINISTAS
ANA CRISTINA REIS
Qualé assuntos abordar quando a alme está visitá? **ELA**

JOSÉ MIGUEL WISNIK
Vem agora um silêncio sobre Snowden. **SEGUNDO CADERNO**

VERSO
Jornadas culturais
FORMAÇÃO DE LEITORES

A estratégia funcionou
Enfim, dólar recua, para R\$ 2,35
A decisão do Banco Central de injetar mais US\$ 50 bilhões no mercado por meio de intervenções diárias até o fim do ano surtiu efeito: o real foi a moeda que mais se valorizou entre os mundos. O dólar fechou a R\$ 2,353, com recuo de 3,25% no dia. **PÁGINAS 27 e 28 e Mês de Letras**

DESEMBARQUE E SUSPEITAS
Médicos chegam sob proteção especial de Exército e PF
Para Conselho Federal de Medicina, acordo com cubanos estava pronto há muito tempo
Convênio com Opas e Cuba foi anunciado na última quarta, mas profissionais já serão trazidos ao Brasil neste fim de semana

As desembarcações ocorreram em capitais brasileiras, os médicos estrangeiros que virão trabalhar no Mais Médicos foram levados para salas reservadas, e apenas alguns foram autorizados pelo Ministério da Saúde a dar entrevistas. Em São Paulo e em Brasília, basta saídas do Distrito à espera nos aeroportos, e os médicos foram levados para hotéis militares. Em Brasília, o ministro Alexandre Padilha recebeu os profissionais. Entre os médicos que chegaram ainda não havia cubanos. O desembarque deles está previsto para hoje e amanhã em dois aviões fretados pelo governo brasileiro. O Conselho Federal de Medicina suspeita que o contrato com a Opas — anunciado na última quarta-feira — e o governo cubano, de R\$ 511 milhões, já estava pronto há bastante tempo. **PÁGINAS 3 e 4**

Recepção formalizada. Em Brasília, oficiais do Exército com médicos estrangeiros

hipo

Fonte: texto “Médicos chegam sob proteção especial de Exército e PF”, OGLO, 24 ago. 2013.

Nas edições de O Estado de S. Paulo referentes aos dias que compõem o episódio 2, 24, 25 e 26/08/2013, dois formatos textuais foram predominantes: *Carta do Leitor*, representando 51.6% dos textos publicados e *Reportagem*, sob o valor percentual de 32.3%. Nas publicações relativas à opinião dos leitores, dos 16 textos publicados, apenas um apresentou posicionamento favorável à implementação do programa. A exemplo dos títulos *OESP29 – Cubanos invasores*, *OESP33 – Clandestinos despreparados* e *OESP53 – Doutrinação*, os sentidos produzidos, nesse espaço específico do jornal, foi da associação do Programa Mais Médicos a uma doutrinação ideológica comunista, assim como a da contratação de médicos sem qualidade de formação profissional.

A contratação de médicos cubanos também foi identificada como a principal temática das reportagens classificadas. Nos textos *OESP36 – Padilha: Mais Médicos está dentro da lei*; *OESP28 – CRM acionará polícia contra estrangeiros*; e *OESP23 – Associação vai ao STF para barrar o Mais Médicos* e “proteger a população” a abordagem é a respeito dos processos de judicialização do programa, a partir do acionamento de fontes relativas às *Entidades Médicas* e ao *Executivo Federal*, que ocupam o mesmo espaço, de 22.9% cada um, do total de fontes

consultadas no período analisado. O discurso jornalístico é de um embate entre as duas categorias produzido também pelas linhas de apoio que acompanham as reportagens:

A AMB vê manobra político-eleitoral para impor algo inócuo e populista e diz que bolsistas do programa vão integrar nova categoria médica no País, como "escravos"; MP vai avaliar convênio com OPAS que prevê adoção de lei trabalhista cubana (ASSOCIAÇÃO... 2013).

Ministro da Saúde rebateu críticas e disse que programa federal tem 'segurança jurídica'; ontem, os primeiros cubanos chegaram ao Brasil. (MÉDICOS..., 2013).

Os *Médicos do PMM* configuram o maior o grupo de fontes acionado no veículo nos dias em questão. Entre eles, os profissionais de origem cubana representaram 22.9% do total de fontes, mesma proporção destinada às *Entidades Médicas* e ao *Executivo Federal*. A maior parte de seus depoimentos é dedicada a declarações de cunho pessoal como em *OESP25 – Primeiro grupo de estrangeiros chega disposto e emocionado* e a entrevista com uma médica cuba: *OESP37 – “A primeira coisa que fiz foi chorar”*, em que revelam seus interesses e motivações pessoais e profissionais em participar do programa.

A experiência com médicos cubanos já realizada no país é ainda tratada em *OESP38 – Há oito anos, Tocantins teve de “devolver” profissionais* e em *OESP44 – Cidade receberá cubanos pela segunda vez*. O primeiro texto traz a informação de um contrato que teve de ser rescindido em 1990, no governo do então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, com médicos cubanos, devido a problemas relativos à revalidação de seus diplomas. Já o segundo traz a história de uma cidade que teve mudanças significativas na melhoria do atendimento à saúde depois da primeira experiência com médicos vindos de Cuba em 1990. O discurso reforça o sentido da necessidade de uma resolução legal para que o Programa Mais Médicos possa de fato trazer benefícios à população.

Além disso, a categoria *Usuários do SUS* compõe ainda uma parcela das fontes consultadas nesse episódio. O Estado de S. Paulo, neste episódio do acontecimento, configurou-se como o único veículo a construir seu discurso também a partir das falas de cidadãos beneficiados pelo sistema público de saúde, ainda que estes representem somente 2.9% do total de fontes do jornal.

6.2.4 Episódio 3: início da atuação dos médicos do programa (2, 3 e 4/9/2013)

Nas edições de 2, 3 e 4/9/2013, relativas ao terceiro episódio do acontecimento, o início

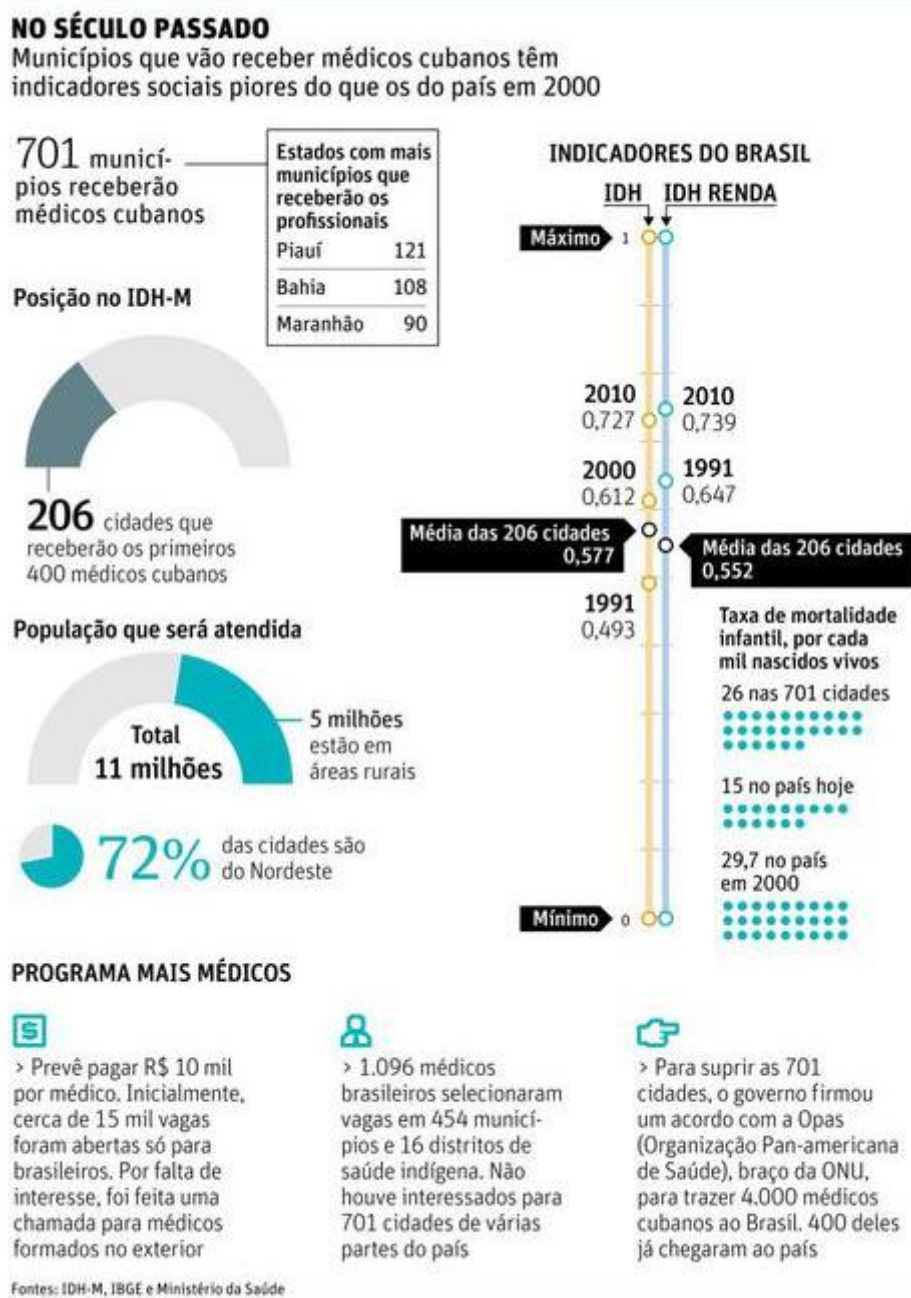
da atuação dos médicos do programa nas comunidades, o jornal Folha de S. Paulo apresenta a seguinte distribuição de textos jornalísticos sobre o Mais Médicos: *Carta do Leitor* (41.9%); *Reportagem* (35,5%); *Chamada* (9.7%); *Artigo de opinião* (6.5%); *Editorial* (3.2%) e *Charge* (3.2%).

Na comparação com os episódios anteriores, a Folha de S. Paulo apresenta o maior número de fontes acionadas: 43 no total. A diversidade delas também se amplifica. Se antes o eixo do discurso se baseava nas falas e nas informações fornecidas, predominantemente, pelo *Executivo Federal* e pelas *Entidades Médicas*, neste episódio o periódico apresenta a seguinte proporção: *Médicos do PMM* (25.6%); *Executivo Federal* (16.3%); *Executivo Municipal* (14%); *Entidades Médicas* (9.3%); *FSP* (9.3%); *Instituições Educacionais e de Pesquisa* (7%); *Centros Profissionais e de Atendimento* (4.7%); *Executivo Estadual* (2.3%); *Pesquisas* (2.3%); *Judiciário* (2.3%); *Imprensa Internacional* (2.3%); *Especialistas* (2.3%); e *Outros veículos da imprensa* (2.3%).

Nota-se um acionamento predominante de participantes do programa, incluindo médicos estrangeiros e brasileiros. Além disso, entram em cena também depoimentos de gestores municipais que tratam diretamente dos aspectos de implementação do programa e das realidades dos sistemas de saúde pública locais. Conseqüentemente, as temáticas da *necessidade do atendimento médico a toda a população* e da *má distribuição dos profissionais no país* ganham espaço no discurso jornalístico a partir de reportagens como *FSP64 – Médicos formados fora do país estão concentrados no Sudeste* e *FSP83 – Na BA, consultório só tem mesa e 3 cadeiras*.

Os dados percentuais apresentados nas reportagens também apontam para o acionamento de pesquisas – como a que traz informações a respeito do cenário demográfico da medicina no Brasil – publicadas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP). Além disso, na reportagem *FSP82 – Médicos cubanos atuarão num Brasil do século passado*, o periódico elabora uma ilustração com dados compilados do Ministério da Saúde e do IBGE para apresentar o perfil de desenvolvimento das cidades candidatas ao Programa Mais Médicos. Há ainda números a respeito dos índices de mortalidade infantil e indicadores de desenvolvimento social dessas localidades (Fig. 10), que constroem um discurso de precariedade na infraestrutura e de recursos no atendimento, mas ao mesmo tempo revelam pontos importantes sobre a discrepância na situação de diferentes cidades brasileiras.

Figura 10 – Indicadores sociais de municípios beneficiados pelo Mais Médicos.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2 set. 2013.

O Programa Mais Médicos, quando, tematizado enquanto uma aliança ideológica entre o governo brasileiro e o cubano, aparece representado na primeira *Charge* identificada em todo o período analisado (Fig. 11). O recurso crítico e humorístico de opinião produz o sentido da possibilidade de um “contágio ideológico”, relativa à associação da prática da medicina exercida pelos profissionais cubanos com o perfil político da administração do seu país. A temática da contratação de médicos vindos de Cuba ainda se faz presente nos textos publicados

FSP72 – Estrangeiros formados em Cuba entram no Mais Médicos; FSP73 – Médicos de países vetados entram em programa com diploma de Cuba e FSP75 – Brasil é impulso na estratégia de comunistas.

Figura 11 – Charge Mais Médicos – Folha de S. Paulo, 2 set. 2013.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2 set. 2013.

No jornal O Globo, foram identificados cerca de 10 textos publicados abrangendo o acontecimento Mais Médicos. Desses, 30% representam *Reportagens*; 20%, *Carta do Leitor*; 20%, *Chamadas*; 20%, *Artigo de opinião*; e 10%, *Editorial*.

No episódio em que é inaugurada a apresentação dos médicos selecionados ao programa, as reportagens afirmam um sentido de falha na sua implementação, a exemplo da predominância de textos que tratam da desistência da participação de alguns profissionais, como em *OGLO63 – Poucos médicos comparecem no primeiro dia de trabalho*; *OGLO65 – Mais Médicos que faltam ao trabalho*; e *OGLO63 – Poucos médicos comparecem no primeiro dia de trabalho*.

Sobre as fontes acionadas, o discurso jornalístico de O Globo, nesse episódio, baseia-se, predominantemente, nas perspectivas do *Executivo Federal* e de *Usuários do SUS*, representando cada uma das categorias 33.3% do número total de fontes nas edições analisadas, seguidas por *Médicos do PMM*, representando 22.2%. Os depoimentos das duas últimas categorias servem, muitas vezes, à construção de um sentido de falha e decepção em relação ao início da implementação do programa, como se pode ver nos trechos a seguir.

Para conseguir um médico, depende muito da sorte – contou a dona de casa Maria José da Costa Araújo, de 56 anos, que tem diabetes e pressão alta e precisava de uma nova receita para conseguir receber os remédios.

[...]

Na favela Chico Mendes, a médica Sarmiento Pereira, de 28 anos, era aguardada por vários pacientes. Mas de acordo com a prefeitura, passou o dia “resolvendo problemas pessoais. Com os filhos no colo, as mães Rosângela Silva, de 19 anos, e Rafaela Félix Souza, de 16, ficaram desapontadas.

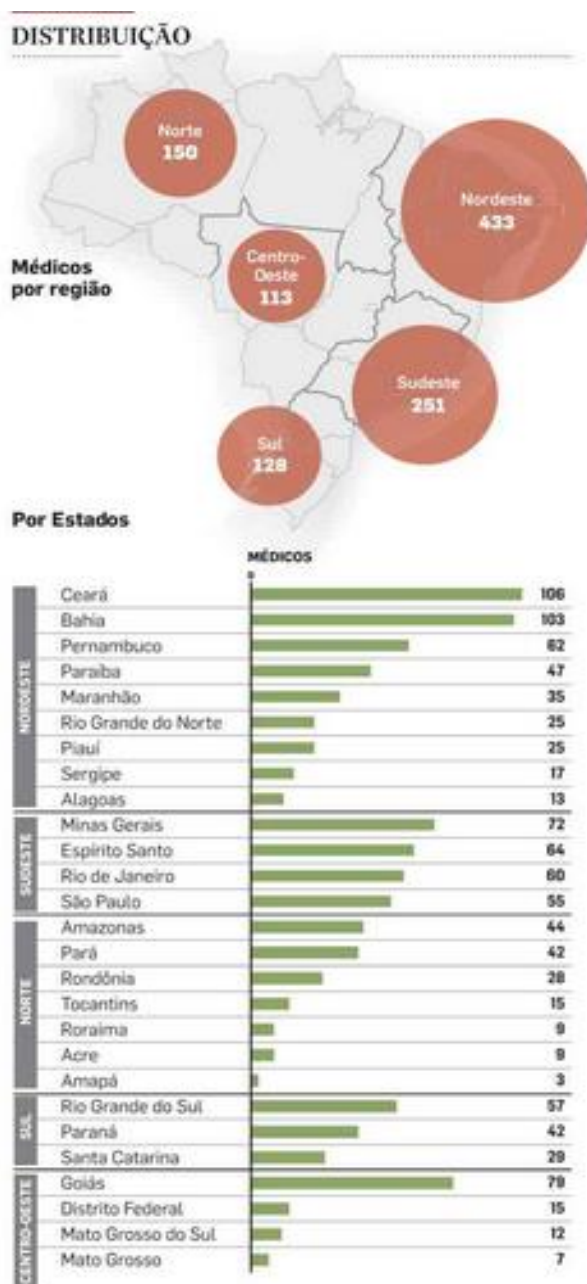
[...]

Na cidade do Rio, dos 16 médicos selecionados, dez faltaram. Desses, três já desistiram de assumir a vaga. Um deles é o alergista Ulisses Linhares, de 54 anos. – Desisti, achei que não valia a pena pelo salário. O programa é necessário, mas enquanto o governo não der garantias e estabilidade, ele não vai conseguir levar os médicos a essas áreas distantes. É uma utopia achar que o médico recém-formado vai para o interior. Com uma salinha qualquer, nesse mesmo interior, atendendo duas vezes por semana, cobrando R\$ 60 a consulta, o médico já ganha muito mais – disse Linhares. Enquanto o governo não pagar de forma digna, o médico não vai ter condições de exercer Medicina com dignidade (MAIS..., 2013a).

Por fim, nos dias 2, 3 e 4/9/2013, a cobertura de O Estado de S. Paulo apresentou um total de 22 textos que tratavam do Mais Médicos. Considerando a proporção dos formatos textuais, as *Reportagens* tiveram maior predominância, representando 40.9% dos textos publicados. As fontes acionadas contemplaram ainda uma diversidade maior de categorias, destacando membros do *Executivo Municipal*, que representaram 25% do total de 32 fontes consultadas.

No dia 2/9/2013, o jornal anunciou o início da atuação dos médicos do Mais Médicos a partir de um panorama do que deveria ocorrer na etapa em questão do programa. A reportagem *OESP54 – Brasileiros em 454 cidades dão início ao Mais Médicos* e a nota *OESP57 – 100% dos cubanos já atuaram no exterior* informam a respeito da distribuição dos profissionais no país (Fig. 12) e sobre a experiência dos médicos vindos de Cuba em missões semelhantes.

Figura 12 – Mapa da distribuição de médicos do programa no país.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 2 set. 2013.

Nos dias que seguem o episódio, notou-se a predominância da temática da desistência de médicos inscritos, como mostram a manchete de capa (Fig. 13) *OESP70 – Médicos não aparecem em metade das cidades paulistas* e as reportagens *OESP64 – Piauí só recebe 2 dos 23 médicos esperados* e *OESP67 – Mais Médicos: metade das cidades de SP têm faltas ou desistências no primeiro dia*. Ao mesmo tempo, matérias como *OESP65 – No Ceará, os 110 se apresentaram no primeiro dia* e entrevistas com médicos do programa desequilibram um

sentido uníssonos de falha do programa, enfatizando atores e instituições, como Centros Comunitários, que apostam na eficácia da medida.

Figura 13 – Primeira página de O Estado de S. Paulo na implementação do programa.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 3 set. 2013.

A análise dessa dimensão específica apontou para características gerais da cobertura em torno do Programa Mais Médicos e de como ele foi construído, enquanto acontecimento jornalístico, a partir de *temas* e *fontes* dos textos selecionados nos três jornais de referência: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Pode-se identificar, ao longo dos episódios descritos, que o acontecimento Mais Médicos é nomeado, principalmente, como um programa que gera *efeitos prejudiciais aos estudantes e aos profissionais da área médica* e que tem, como um dos intuitos destacados, a *contratação de médicos cubanos*. Além disso, identificou-se que o *Poder Executivo* foi fonte predominante de informações nos três veículos, disputando espaço, principalmente, com *Entidades Médicas* e *Instituições Educacionais e de Pesquisa* da área médica. Ao todo, essas três categorias representaram 61.5% do total de 283 fontes acionadas.

6.3 Dimensão da argumentação: o acontecimento Mais Médicos nos editoriais

A terceira e última etapa de análise volta o olhar a uma forma específica de produção de discursos sobre o acontecimento Mais Médicos nas páginas dos jornais Folha de S. Paulo, o Globo e O Estado de S. Paulo: os editoriais. Importa a esta dimensão, portanto, analisar os sentidos produzidos, nos três veículos estudados, nesse espaço de opinião institucional, destinado a uma abordagem explicativa a respeito de questões atuais que mobilizam debates sociais.

O material jornalístico destinado à análise foi constituído por 20 editoriais, sendo sete (7) da Folha de S. Paulo, quatro (4) de O Globo e nove (9) de O Estado de S. Paulo. Os textos foram recolhidos entre os dias 8 de julho e 22 de outubro de 2013, com o intuito de abranger os três episódios do acontecimento Mais Médicos que serviram ao recorte metodológico proposto nas demais instâncias de investigação. A partir disso, buscou-se identificar, com a leitura analítica dos editoriais e da busca por *expressões-chave*, os sentidos produzidos através dos argumentos expostos a respeito do acontecimento que ganha as páginas dos jornais.

6.3.1 Os editoriais da Folha de S. Paulo

O primeiro editorial da Folha de S. Paulo selecionado para análise foi publicado no dia 10/7/2013, dois dias após o lançamento do Programa Mais Médicos com a assinatura da Medida Provisória nº 621. O título *A condição do médico* aponta para a problematização central do texto opinativo: a relação da medida com as consequências geradas aos profissionais da medicina no país.

O discurso jornalístico busca elucidar o leitor quanto às motivações de criação do programa por parte do governo federal, quando é explicitada uma associação do seu lançamento com o “intuito de aplacar o clamor das ruas”. Mesmo reconhecendo a importância de pontos do “pacote”, como a aproximação dos médicos à rede pública de atendimento, o editorial destaca “a importação de profissionais” e “estágio obrigatório no SUS” como as iniciativas propostas que necessitam de avaliação. Segundo o editorial:

A principal novidade é a ampliação do curso de medicina, dos atuais seis anos para oito, e a exigência de que, nos dois anos adicionais, o aluno trabalhe na atenção básica da rede pública.

[...]

Igualmente controversa, mas sem constituir novidade, a tentativa de

importar médicos também consta no pacote, e a comunidade médica, mais uma vez, se mostrou refratária à medida (A CONDIÇÃO..., 2013, grifos nossos).

O sentido final produzido na apresentação dos pontos de vista a respeito do recém-lançado Programa Mais Médicos é a insuficiência da medida para avanços necessários à saúde pública brasileira. Para construir esse discurso, o editorial aciona, inclusive, a fala de um médico da Universidade de São Paulo (USP) responsável pela formação de novos profissionais da área, em que é reafirmada a importância da infraestrutura ao exercício da medicina.

*Não será apenas com Mais Médicos, entretanto, que a saúde pública vai avançar. Em artigo publicado nesta Folha, o urologista e professor titular da USP Miguel Srougi já havia ponderado que o serviço de saúde pressupõe, entre outros itens **remédios, equipe de apoio e instalações adequadas.***

[...]

*É preciso focar na qualidade dos cursos – criação de mais 11, 5 mil vagas em nada contribui para isso – e na implantação da **estrutura necessária ao exercício da medicina.** Sem isso, a multiplicação do contingente profissional **pode não passar de golpe publicitário** (A CONDIÇÃO..., 2013, grifos nossos).*

Os editoriais publicados nos dias 23 de julho e 2 de agosto de 2013, sob os títulos de *A crise na saúde* e *Impasse na saúde*, relacionam-se ainda com o lançamento do Programa Mais Médicos, mas sob outra temática: as divergências e as posturas assumidas entre o governo federal e a classe médica.

No texto publicado em 23/7/2013, *A crise na saúde*, é definida como a própria “disputa infrutífera” entre “a vocação atávica dos governos petistas para dar mais atenção ao marketing que para o planejamento” e o “usual corporativismo da classe médica”. O discurso do periódico se baseia na identificação de uma oposição explícita de ambos os lados e na necessidade de um acordo entre tais partes para o alcance de um dos objetivos centrais do programa: suprir a carência de médicos na saúde pública brasileira. A infraestrutura apontada, no texto do dia 10/7/2013 (A CONDIÇÃO..., 2013), como parte essencial à prática da medicina aparece como um sentido mais relativizado. A necessidade de um debate amplo a respeito do programa é enfatizada, como mostram os trechos a seguir:

*As entidades médicas têm sua razão ao dizer que **não basta o médico – ele precisa de instalações, auxiliares, medicamentos.** Mesmo assim, **é melhor ter condições precárias, do que não tê-lo.***

[...]

São prioridades corretas para melhorar, no longo prazo, a saúde brasileira?

É esse tipo de questão que governo e médicos deveriam discutir. O assunto requer amplo debate. Para tanto, Planalto e entidades de classe precisam abandonar a intransigência e chegar a um entendimento (A CRISE..., 2013, grifos nossos).

Em *Impasse na saúde*, publicado em 2/8/2013, o Programa Mais Médicos também é tematizado em torno das negociações entre o governo federal e as entidades de representação da classe médica. O texto destaca a desistência do governo em relação ao ponto da medida que propunha a ampliação da duração dos cursos de Medicina e da nova proposta do então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, de criar uma residência obrigatória no SUS a partir de 2018. No discurso do periódico, a nova proposta é avaliada positivamente, considerada “uma sugestão mais palatável que a primeira, por conservar alguns méritos e livrar-se dos aspectos mais problemáticos”.

A promoção de um debate e a deliberação entre as partes colocadas em oposição constante no discurso do veículo aparece como uma necessidade para a execução adequada do projeto. Contudo, o sentido produzido é de desaposta em um acordo mútuo e da descredibilização, principalmente, do governo petista ao abrir mão de ações propostas, como mostram os trechos abaixo:

Primeiro foi a constituinte exclusiva para implementar uma reforma política. Sugerida de afogadilho como resposta às manifestações de junho, a ideia foi abandonada em menos de 24 horas.

[...]

Em seguida, o governo Dilma Rousseff agarrou-se à defesa de um plebiscito para definir a agenda de mudanças na legislação eleitoral do país, no intuito de alterar as regras da disputa de 2014. Sem que fosse factível, a proposta foi enfeitada semanas depois.

[...]

Agora foi oficializado um terceiro recuo, desta vez na área da saúde. Diante da enorme resistência dos médicos, o governo desistiu de ampliar de seis para oito anos a duração dos cursos de medicina.

[...]

São pontos que merecem debate, mas não bastam para rejeitar a medida. Representantes de algumas associações médica, no entanto, já afirmaram que a queda de braço não será interrompida. Enquanto o governo se apequena com improvisos e recuos, a intransigência classista se engrandece (IMPASSE..., 2013, grifos nossos).

Nos dias 26 e 31/8/2013, o Programa Mais Médicos tornou-se pauta de análise do veículo por um eixo temático central: o anúncio da contratação de médicos cubanos para integrarem o programa. Ao problematizar o assunto, o discurso do periódico aciona os sentidos de “crise” e “farsa” para tratar do programa.

No primeiro texto, *Crise dos médicos*, é abordado o acordo recém firmado entre governo federal e a OPAS para a contratação de 4.000 médicos cubanos para suprir a carência de regiões distantes das capitais do país. O posicionamento do editorial é da caracterização de um novo equívoco do governo na condução do programa, em razão das regras diferenciadas de contrato trabalhista entre Cuba, Brasil e os profissionais cubanos. O discurso é de defesa dos profissionais cubanos, construído a partir de dados salariais comparativos entre o que seria sua remuneração mensal e o salário mínimo brasileiro. Contudo, pondera o radicalismo no posicionamento de representantes da classe médica:

Há razoável distância, no entanto, entre os problemas legais do acordo e a acusação de que configuraria trabalho escravo, como fez o presidente da Federação Nacional de Médicos, Geraldo Ferreira (CRISE..., 2013, grifos nossos).

A explicação para tal decisão equivocada do governo é explicada a partir da atribuição de uma intencionalidade eleitoral da então presidente da república, Dilma Rousseff, produzindo, novamente, o sentido de um interesse autopromocional ligado à condução do programa. Dessa forma, no discurso da Folha de S. Paulo, o governo petista estaria fornecendo motivos àqueles que se opunham ao programa, como apontam os trechos abaixo.

A crítica do Conselho Federal de Medicina é mais pertinente. Para a entidade, o convênio com Cuba seria uma medida eleitoreira.

[...]

No afã de obter resultados políticos positivos na área da saúde, o governo Dilma cometeu grave equívoco. Atropelar a legalidade apenas reforça os argumentos daqueles que, movidos pelo corporativismo, sempre se opuseram à importação de médicos ao país (CRISE..., 2013, grifos nossos).

No editorial publicado em 31/08/2013, *A farsa da saúde*, é abordada uma denúncia realizada pelo próprio veículo de que médicos já contratados por prefeituras de municípios beneficiados pelo programa estariam sendo demitidos. Segundo o jornal, tais localidades estariam dispensando esses profissionais para a admissão de bolsistas do Mais Médicos, a fim de economizar recursos. O tema retoma a questão da inabilidade do Planalto em conduzir corretamente a implementação do programa.

Importar profissionais tem sido recurso usual noutros países, e não haveria por que descartá-lo no Brasil. A rejeição a esse expediente resulta de puro corporativismo – a luta por melhores condições de atendimento não muda com a presença desses médicos.

*Isso não significa, é claro, que o **Planalto esteja conduzindo bem todo o processo. Antes o contrário** (A FARSA..., 2013, grifos nossos).*

A fim de defender seu posicionamento frente à má conduta do governo na implementação do programa, o editorial faz uso de uma figura de linguagem para tratar especificamente da contratação de médicos cubanos. Ao usar uma metáfora teatral, o sentido atribuído às decisões do governo é de uma intenção subjacente e de uma postura não transparente em relação às medidas do programa. O discurso afirma uma encenação realizada pelo governo e revela a existência de decisões de bastidores que não são claras a todos. Além disso, há a suposição (sem dados apresentados) de que as inadequações de conduta denunciadas nas 11 prefeituras sejam prática de “muitas outras Brasil afora”, como se vê nos trechos a seguir:

Encenou-se em Brasília um primeiro ato de prioridade para profissionais brasileiros – formados aqui ou no exterior – e para os interessados de Portugal e Espanha.

Nos bastidores, descortinou-se no segundo ato, eram 4.000 cubanos que se preparavam para adentrar o proscênio.

***O terceiro ato se abre agora com as farsas municipais, comprovadas em 11 prefeituras. Decerto são representativas de muitas outras Brasil afora** (A FARSA..., 2013, grifos nossos)*

No mês de setembro de 2013, quando começa a atuação dos médicos nas comunidades, o discurso se baseia fortemente sobre as críticas às entidades de representação da classe médica, mas, principalmente, ao governo federal. No editorial *Melhores médicos*, publicado no dia 3/9/2013, o enfoque é a insuficiência do programa para dar conta da enormidade de problemas da saúde, inclusive da formação adequada de novos profissionais de medicina, a partir, por exemplo, da garantia de “hospital-escola com estrutura adequada”. O sentido do oportunismo eleitoral é novamente reafirmado e é cobrado um plano para superar o problema quantitativo que originou o programa:

*O Planalto se deu conta de que a **falta de médicos tem grande ressonância eleitoral**. Fixou-se nesse ponto e **tirou da manga o programa Mais Médicos**. Como quase tudo neste governo, um **plano improvisado, sem visão estratégica**.*

[...]

*O Planalto pode até conseguir trazer mais médicos para o país. Ainda fica a dever; no entanto, **um plano para garantir melhores médicos e mais saúde – para todos** (MELHORES..., 2013, grifos nossos).*

O texto publicado em 20/9/2013 incita o sentido do confronto em relação ao Mais Médicos, indicado já no título: *Guerrilha médica*. Nesse editorial, a descredibilização da

política do governo também aparece, mas as críticas se voltam mais fortemente às tentativas de boicotes realizadas por conselhos profissionais da medicina. O sentido do embate é explícito no trecho:

Médicos não estão acostumados com isso, mas às vezes é preciso reconhecer a derrota. Ainda que o governo venha sendo populista e pouco sério nessa novela, parece inatacável o argumento de que é legítimo e necessário levar profissionais de saúde, incluindo os cubanos, a lugares onde os brasileiros não estão dispostos a ir. (GUERRILHA..., 2013, grifos nossos).

6.3.2 Os editoriais de O Globo

No dia 10/7/2013, o editorial *Marketing e pressa em medidas para a Saúde* marca a posição da publicação frente ao recém-lançado Programa Mais Médicos, criado no dia 8/7/2013. No texto, o discurso do veículo afirma, de uma forma geral, a legitimidade da criação da medida e defende seu ponto de vista a partir do acionamento de dados estatísticos. Como resposta ao que define de “reação corporativista contrária” ao Mais Médicos, de sindicatos e conselhos médicos, expõe o seguinte argumento:

*A categoria insiste **que basta dar condições salariais e de trabalho em geral que o problema será resolvido. Não é o que os números indicam: no país, há apenas 1,8 médico por grupo de mil habitantes, enquanto nos Estados Unidos o índice é de 2,4, em Portugal 3,9 etc. Por isso, 3 mil dos 5,5 mil municípios brasileiros não contam com médicos*** (MARKETING..., 2013, grifos nossos)

Ainda assim, associa a proposta governamental de ampliar o tempo do curso de Medicina, incluída no Mais Médicos, como “pressa inerente ao interesse de marketing político para passar a imagem de um governo ativo”.

*Também é **insensato** baixar uma política como esta, muito polêmica, por MP. O instrumento ideal é o projeto de lei, **para ser aperfeiçoado no debate no Congresso**. Mesmo porque a MP só valerá para estudantes matriculados em 2015, a se formarem em 2021. Ora, a Saúde precisa **de ações de retorno mais rápido**, não para surtirem efeito em oito anos. **O marketing político e a ansiedade têm piorado a qualidade das decisões do Palácio*** (MARKETING..., 2013, grifos nossos).

O sentido produzido é de uma falta de maturação necessária à medida lançada pelo governo, mas, ao mesmo tempo, de reconhecimento da importância do problema que mobilizou

sua criação.

Em 26/7/2013, O Globo publicou um editorial sob o título *O processo de aperfeiçoamento do Mais Médicos*. Ainda se identifica no seu discurso uma avaliação do Programa Mais Médicos como uma tentativa do governo de “mostrar serviço a todo custo”. Contudo, o sentido central do texto é da compreensão do programa como um processo, que tende a ser aperfeiçoado. Novamente, o veículo baseia a maior parte da sua argumentação em dados relativos à ausência real de profissionais em regiões carentes do país. O sentido produzido pelo discurso é construído por afirmações como: a) “É indiscutível a imperiosa necessidade de se dotar de médicos e algum serviço de saúde os 3 mil dos 5.560 municípios sem qualquer assistência pública à população” e b) “Os números estão do lado do governo”. O diálogo entre entidades e governo é defendido na argumentação final, enfatizando a possibilidade de um aperfeiçoamento da medida, como mostra o trecho a seguir:

Convocação de greve e reclamações à Justiça, inclusive ao Supremo, têm sido a maneira de resistir das entidades corporativas. Mas têm contra si estatísticas frias da realidade. Governo e entidades médicas deveriam se entender, a favor dos interesses da maioria da população, a que depende exclusivamente do SUS. O diálogo poderia ajudar no aperfeiçoamento do programa na sua discussão no Congresso, onde o Mais Médicos precisa ser aprimorado (O PROCESSO... 2013, grifos nossos).

O Globo reforçou seu discurso de ponderação das possíveis contribuições sociais do Mais Médicos no editorial dia 6/8/2013, sob o título *O que está em jogo*. O texto aponta para as investidas de oposição das entidades de representação médica tanto em relação ao programa quanto aos vetos realizados pela presidente Dilma Rousseff à Lei do Ato Médico. Sobre isso, afirma:

Há interesses claramente corporativistas nas duas frentes da luta travada por sindicatos e entidades representativas dos médicos. Nada de mal nisso, contanto que não se descuide dos interesses públicos mais amplos.

[...]

A insurreição contra o Mais Médicos é típica de situações em que é preciso muito cuidado para, na linguagem dos teóricos da administração, não deixar o “cliente” em plano inferior. No caso, a população de renda mais baixa, aquela que depende do SUS. Ou seja, a maioria dos mais de 190 milhões de brasileiros (O QUE ESTÁ... 2013, grifos nossos).

Ao final a argumentação, reafirma as pesquisas e os dados estatísticos como evidências de “um índice muito baixo de médicos por habitantes no Brasil, indicador irrefutável da falta física de profissionais”. E conclui indicando o sentido do surgimento do programa como uma

possibilidade de melhoria da saúde pública no Brasil:

*O essencial em toda essa polêmica é que o **Mais Médicos** pode precisar de ajuste, mas é **uma tentativa de melhorar o quadro de efetivo abandono que há na saúde pública destinada ao pobre do interior e periferias**. Qualquer avanço que se fizer nesta área será um ganho. Claro que isso não justifica equívocos. Mas interesses corporativistas também precisam ser deixados de lado quando a saúde pública está em jogo (O QUE ESTÁ... 2013, grifos nossos).*

A contratação de médicos cubanos para o programa torna-se tema de problematização do veículo no dia 4/9/2013, em que é publicado o texto *O que importa no Mais Médicos*. O editorial retoma pontos já afirmados na posição de O Globo frente à medida – de reconhecimento da insuficiência de médicos ao atendimento da população brasileira e da má distribuição dos profissionais concentrados principalmente na região Sudeste – assim como na crítica a “comportamentos inadequados de fundo ideológico e até mesmo racistas” em relação à imigração de cubanos. Há uma desconfiança explícita em relação ao acordo entre Brasil e Cuba, e o sentido central do texto é de que a saúde pública pode estar ameaçada a ficar em segundo plano, como mostram os trechos a seguir:

*Resultado: com o **álibi da falta de médicos**, aceitou-se um **esquema para transferir dinheiro a Fidel, com exploração vil de profissionais cubanos**, cujo conhecimento será testada de maneira não muito clara. [...]*
*A imigração de médicos faz sentido. Mas **precisa ser feita de forma séria**. Também não basta soltar profissionais no meio do nada sem qualquer apoio especial do SUS (O QUE IMPORTA... 2013, grifos nossos).*

6.3.3 Os editoriais de O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo, assim como os outros dois jornais impressos aqui estudados, publicou, no dia 10/7/2013, um editorial a respeito do lançamento do Programa Mais Médicos. Sob o título *Demagogia no setor da saúde*, o discurso do veículo é de forte crítica à iniciativa do governo de maneira geral. O texto inicia-se com a proposição afirmativa de um sentido que dominará o restante do texto: “São demagógicas as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff para melhorar a saúde no país, por meio do pretendido aumento da oferta de médicos, tanto brasileiros como estrangeiros”. Além de uma ineficácia do programa em resolver questões

do setor da saúde, o texto afirma um possível efeito de maior degradação do setor, principalmente em relação às relações de trabalho dos profissionais da medicina:

Na verdade, elas beiram a irresponsabilidade, na medida em que não apenas deixam de lado os problemas mais graves do setor – ou seja, nada resolvem, apesar do estardalhaço –, como ainda poderão produzir efeitos ao mesmo tempo desastrosos e duradouros, por causa das mudanças que introduzem nos cursos de medicina e nas relações de trabalho dos futuros médicos, em seu início de carreira (DEMAGOGIA..., 2013, grifos nossos).

A argumentação apresentada é de que se configura como um “ato de força inaceitável” e um “regime de servidão” exigir do estudante de medicina a atuação no SUS, assim como a ampliação de seu tempo de formação. O discurso de O Estado de S. Paulo é de que os verdadeiros problemas do setor da saúde são a falta de recursos repassados ao SUS e a redução dos leitos hospitalares, que apontou queda entre 2005 e 2012.

Na conclusão do texto, é citada a fala de um membro de uma entidade representante da classe médica para apresentar a definição-síntese do Programa Mais na perspectiva do periódico: “*Quem resumiu bem esse caso foi o presidente do CFM, Roberto d’Ávila: “As medidas são paliativas, midiáticas e eleitoreiras”* (DEMAGOGIA..., 2013, grifos nossos).

Os editoriais publicados em 21/7/2013 e 4/8/2013 reforçam o sentido de que o Programa Mais Médicos não serve à solução dos verdadeiros problemas do setor público de saúde no país. Os textos, sob os títulos *Mazelas da saúde pública* e *O déficit dos leitos hospitalares*, trazem dados específicos sobre a infraestrutura e a carência de recursos do SUS para hospitais, provenientes do Conselho Federal de Medicina e da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anhp). Como se pode identificar nos trechos a seguir, o aumento da quantidade de recursos humanos na área médica da saúde pública do país é compreendido como um problema menor e que “não pode dar certo”.

Os planos do governo nada mencionam sobre a falta de infraestrutura física, ou seja, de hospitais, casas de saúde ou, pelo menos, unidades capazes de funcionar também como prontos-socorros. Nada também sobre as condições de trabalho e remuneração dos profissionais da rede pública (MAZELAS..., 2013, grifos nossos).

Enquanto o governo federal gasta tempo e energia com seu polêmico programa Mais Médicos, os verdadeiros problemas da saúde – a falta de leitos hospitalares e a desatualização da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) – continuam a se agravar. A ausência de médicos em regiões carentes – seja pela falta desses profissionais, como pretende o governo, seja por sua má distribuição – é uma questão menor, se comparada

com o risco de colapso do sistema de saúde, que pode ocorrer se não for enfrentada com determinação a crise por que passam os hospitais (O DÉFICIT..., 2013, grifos nossos).

Os editoriais *Remendo no Mais Médicos* e *Novela dos médicos*, publicados em 26/7/2013 e 6/8/2013, respectivamente, abordam temáticas semelhantes: as concessões e as modificações propostas pelo governo no programa após resistências a determinados pontos apresentadas, principalmente, pelas entidades de representação da classe médica.

Os títulos já indicam a perspectiva não otimista em relação às alterações anunciadas pelos Ministérios da Saúde e da Educação, como, por exemplo, a substituição da extensão do curso de Medicina para a residência obrigatória no SUS a partir de 2018.

As mudanças que o governo quer introduzir no seu polêmico programa Mais Médicos – destinado a aumentar o número desses profissionais, em especial nas regiões mais carente do País – como resposta às duras críticas que ele vem recebendo desde que foi lançado, só complicam as coisas. Não poderiam ser mais infelizes as medidas com as quais o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pretende dar consistência a um programa que, como ficou claro desde o início, foi formulado canhestamente por pessoas que parecem não entender suficientemente do assunto (REMENDO..., 2013, grifos nossos).

Esse é mais um remendo que reforça a impressão de que o Mais Médicos resultou de uma lamentável improvisação pela qual se poderá pagar caro (NOVELA..., 2013, grifos nossos).

Especialmente no texto publicado em agosto, são acionadas fontes das entidades médicas de classe para dar sustento ao discurso do próprio veículo. O sentido proposto é de uma “improvisação” e de um “comportamento intolerável” por parte do governo, que não “dá ouvidos” às reivindicações das entidades, a exemplo das expressões a seguir:

De novo, o Conselho Federal de Medicina (CFM) – cujas opiniões, pelo visto, não são devidamente consideradas pelo governo – reagiu com duras críticas à proposta. Ela é “mais uma forma de criar um serviço civil obrigatório, uma pseudoresidência”, de acordo com Roberto d’Ávila, presidente do CFM. A seu ver “não há como duplicar com qualidade as vagas em apenas quatro anos, quando o País levou 50 anos para alcançar o número de 12 mil residentes” (NOVELA..., 2013, grifos nossos).

Referente à chegada dos primeiros médicos estrangeiros ao país, o texto publicado em 25/8/2013, *Qualidade duvidosa*, trata, predominantemente, da temática da contratação de médicos cubanos. O sentido principal é de desconfiança e apreensão em relação à qualidade

dos médicos provenientes de Cuba.

Mais uma vez, O Estado de S. Paulo constrói o discurso de seu posicionamento em relação ao Programa Mais Médicos na perspectiva defendida pelas entidades de representação da classe médica. As informações dadas pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com dados que afirmam a qualificação dos médicos que chegam ao país vindos de Cuba, parecem ter menos valor do que os relatos que contrapõem seu ponto de vista. Para o veículo, “estão aí sintetizados os principais problemas desses médicos”:

Esse quadro otimista traçado por Padilha está longe de corresponder à realidade, segundo as entidades representativas dos médicos brasileiros. Em nota oficial, o Conselho Federal de Medicina chama de irresponsável a decisão do governo, que, “ao promover a vinda de médicos cubanos sem a devida revalidação de seus diplomas e sem comprovar o domínio do idioma português, desrespeita a legislação, fere os direitos humanos e coloca em risco a saúde dos brasileiros”.

[...]

Tanto o CFM como a Associação Médica Brasileira (AMB) também acusam o governo de agir nesse caso movido por interesses eleitorais, referindo-se à possível candidatura de Padilha ao governo paulista. Segundo o presidente da AMB, Florentino Cardoso, “é muito triste que numa área social importante o foco da ação seja uma candidatura. Ver que medidas são tomadas para angariar votos” (QUALIDADE..., 2013, grifos nossos).

O fechamento do texto reforça o sentido da ameaça propiciada pelo programa, o que vai ao encontro das falas das entidades da classe médica publicadas: “*Como se vê, quase tudo parece fora do lugar nesse programa. Em quem sofrerá a população pobre das regiões atendidas por ele*” (QUALIDADE..., 2013, grifos nossos).

Em *O Outro lado do Mais Médicos* (1º/9/2013) e *Mais um lote de cubanos* (21/9/2013), é problematizada a temática da contratação de médicos cubanos para a atuação no programa. O primeiro editorial fala em um “outro lado” do programa, construindo o sentido trazido também ao longo do texto: o de revelação de algo que vem sendo escondido pelo governo na relação com Cuba.

Segundo o periódico, as negociações com o governo cubano teriam começado muito antes do que o governo federal afirma, e a explicação do Ministério da Saúde que nega a informação, “não convence”. No discurso produzido neste editorial, a população e as entidades médicas seriam vítimas desse processo de negociação desonesto criado pelo governo petista, como mostra o trecho a seguir: “*O governo não tem o direito de tratar dessa forma, com esse jogo de esconde-esconde, a população e as entidades médicas. Ele transmite assim uma desagradável impressão de esperteza. Um comportamento inaceitável em autoridades públicas*” (O OUTRO..., 2013, grifos nossos).

Em *Mais um lote de cubanos*, o discurso do veículo se baseia na informação divulgada pelo Ministério da Saúde, que indica resultados das duas primeiras fases de inscrição do programa. Segundo o governo, dois terços dos profissionais inscritos no Programa Mais Médicos não se interessam em trabalhar nas condições oferecidas, dado que, no discurso jornalístico, justificaria mais uma vez a necessidade da importação de médicos cubanos.

As críticas ao governo e aos próprios médicos cubanos dá-se a partir da ironia presente no texto, a exemplo da afirmação de que os cubanos “são os únicos que aceitam atuar sem mínima infraestrutura e sem direitos trabalhistas – afinal, eles estão aqui como disseram, em ‘solidariedade’ aos miseráveis brasileiros”. O sentido produzido é de que há uma intenção do governo em “demonizar” os médicos brasileiros, estigmatizando-os de “insensíveis” para, então, fundamentar o argumento de que não há outra alternativa senão contratar profissionais cubanos.

O texto parece propor a elucidação de um plano ideológico do governo federal, que se valeria do Programa Mais Médicos, já que ele “camufla a inépcia do governo na área da Saúde” e “de lambuja, coloca em evidência os médicos de Cuba, ditadura idolatrada pelos petistas, ressaltando o modelo de saúde socialista da ilha dos irmãos Castro”. Nota-se, inclusive (ver trechos a seguir), que os resultados positivos do Programa Mais Médicos frente à opinião pública, segundo o editorial, são relacionados à eficácia da estratégia política do governo federal, desconsiderando a possibilidade de a medida ser de fato satisfatória à população.

Como já se sabe, o governo articulou a vinda dos médicos de Cuba ao menos seis meses antes que o tema viesse a público e que qualquer acordo fosse formalizado. Os médicos brasileiros, ao que parece, são coadjuvantes num teatro marqueteiro organizado pelos estrategistas do governo como resposta ao clamor das ruas.

[...]

O resultado não tardou a se refletir nas pesquisas: 73,9% dos entrevistados em recente sondagem da Confederação Nacional do Transporte disseram-se favoráveis ao Mais Médicos, que será a grande bandeira do ministro Padilha em sua campanha ao governo de São Paulo (MAIS..., 2013b, grifos nossos).

Em 9/9/2013, no último editorial analisado em O Estado de S. Paulo, a criação do Programa Mais Médicos é definida como tendo “pelo menos um mérito: o de avivar a discussão sobre o sistema público de saúde, os graves problemas que o afligem e a necessidade urgente de encontrar solução para eles”. Contudo, o posicionamento do editorial é de que *A crise da saúde pública* (título do texto) é muito antes uma necessidade de recursos e financiamento ao SUS, assim como de anistia tributária às entidades filantrópicas que atuam na área da saúde.

Independente das de suas motivações políticas – das quais as ações do governo federal nesse terreno também não estão isentas, ao contrário – o governador Geraldo Alckmin está coberto de razão ao afirmar que “mais médico é bom, agora esse não é problema da saúde brasileira hoje. O problema é o financiamento”. Seu diagnóstico do SUS coincide com o de especialistas alheios à política: “O SUS entrou em colapso, em crise, porque prestadores de serviço não têm mais como prestá-lo. A tabela (de procedimentos) precisa ser corrigida” (A CRISE..., 2013, grifos nossos).

Importante notar que o discurso jornalístico se esforça para desvincular a opinião do governador Geraldo Alckmin de seus interesses políticos em relação à crítica ao programa. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), guiado por ideais neoliberais em oposição à ideologia petista e pelo qual Alckmin foi eleito, também não aparece citado no texto. O posicionamento do político, defendido pelo veículo, ganha legitimidade quando comparado ao de um especialista na área de mesma opinião frente à saúde pública.

A análise dos editoriais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo apontam para discursos jornalísticos construídos a partir de temáticas e argumentos em relação ao Programa Mais Médicos. Pôde-se notar que, assim como na dimensão da nomeação, os *efeitos prejudiciais aos estudantes e aos profissionais da área médica* a partir de propostas do programa, assim como a intenção de *importar médicos estrangeiros*, em especial, cubanos, aparece de forma predominante no posicionamento editorial dos três veículos. Contudo, é possível identificar diferentes argumentações em relação ao acontecimento.

Na Folha de S. Paulo e em O Estado de S. Paulo, o argumento de que o Programa Mais Médicos tende a não funcionar se baseou na afirmação de que o número insuficiente de médicos no país não é o principal problema da saúde pública, e sim a infraestrutura e a falta de investimentos em hospitais, remédios, instalações, etc. Ao mesmo tempo, a Folha de S. Paulo abordou de forma crítica, em seu espaço editorial, a divergência entre governo federal e entidades de representação da classe médica. Para o periódico, o embate era infrutífero, e seu posicionamento foi de *descrédibilização de ambas as representações*, afirmando um cenário de *incompetência do governo X intransigência da classe médica*. Em O Estado de S. Paulo, os editoriais se filiaram aos argumentos das próprias entidades médicas, como CFM e AMB, para fundamentar sua visão perante o programa. Foi apontado um sentido de revelação *dos verdadeiros problemas da saúde* e de compreensão de que população e entidades médicas seriam vítimas das ações do governo federal. Por último, em O Globo, percebeu-se o acionamento de dados e estatísticas usados pelo governo na criação do programa para fundamentar o argumento de que era *irrefutável o problema de falta de médicos no país*. Apareceram críticas à falta de diálogo entre as partes envolvidas, mas também o

reconhecimento de um problema que precisa ser resolvido, já que tem como os mais afetados aqueles à margem do sistema de saúde pública brasileiro. De modo geral, nos três veículos, há uma *suspeição em torno da contratação de médicos cubanos*, aliando a ação do governo a interesses implícitos de relação diplomática e afirmação da ideologia socialista.

Na etapa seguinte, busca-se apresentar de forma articulada as inferências reveladas na totalidade das três dimensões propostas para uma análise complementar do acontecimento Mais Médicos.

6.4 Da interpretação tridimensional do acontecimento Mais Médicos

No item anterior, foi realizada a apresentação dos resultados da análise do acontecimento Mais Médicos em cada uma das três dimensões propostas: *do contexto histórico-social, da nomeação e da argumentação*. A partir de tais etapas, propõe-se agora uma visão integrada dessas categorias, a fim de relacionarem-se os resultados empíricos, considerados constitutivos e complementares do acontecimento em questão, com os pressupostos teóricos defendidos na segunda parte do trabalho.

O olhar sobre a *dimensão do contexto histórico-social* tornou possível identificar os aspectos formais que conformam a política pública do Mais Médicos a partir de textos legais e relatórios que compilam informações a respeito das suas diretrizes e das motivações que justificam sua criação. Utilizando os procedimentos de pesquisa documental e pesquisa histórico-descritiva, esta etapa permitiu, da mesma forma, elencar as características do cenário social brasileiro, configurado entre junho e outubro de 2013, para uma compreensão dos papéis sociais e dos lugares de fala dos atores envolvidos na mobilização desencadeada pelo acontecimento.

Os protestos ocorridos em âmbito nacional, em junho de 2013, apontavam para um contexto de tensões sociais e políticas no Brasil. Os índices baixos de popularidade da presidente da República, Dilma Rousseff (PT), geravam uma expectativa de ações governamentais que viessem amenizar a insatisfação dos cidadãos com o governo vigente. Essas características importam ao contexto dos processos de comunicação pública que se desencadearam a partir do lançamento do Programa Mais Médicos. É nesse sentido que se percebe a instauração de uma concorrência entre os atores envolvidos no acontecimento, em um movimento de busca por visibilidade e credibilidade, a fim de influenciar a formação da opinião pública em prol dos seus pontos de vista (WEBER, 2007). Ao mesmo tempo, quando expostos à cena pública, os atores mobilizados pelo acontecimento tratam de temas relativos à

política pública e fazem desse espaço um lugar de vigilância e de disputa pela construção das suas imagens públicas e pelo reconhecimento da sua legitimidade (GOMES, 2008; MAIA, 2008).

Considerando os direitos como blocos essenciais à construção de um processo de governo democrático (DAHL, 2009), em meio à conjuntura descrita, é criado o Programa Mais Médicos, a partir de fundamentos da democracia brasileira descritos pelo próprio texto da Constituição Federal de 1988. O documento afirma a saúde como um direito social e, no Artigo 6º, indica que a garantia de acesso “universal e igualitário” ao atendimento público de saúde deve ser um dever do Estado (BRASIL, 1998).

O exame documental apontou ainda para os dados que fundamentaram as prioridades elencadas pelo programa. A partir da identificação de um número insuficiente de médicos por habitantes no país, priorizou-se o provimento emergencial de profissionais da medicina como medida em curto prazo, em detrimento dos investimentos na formação médica e na infraestrutura do SUS, projetados em longo prazo. Além disso, foi revelada a alta concentração desses profissionais em regiões como Sudeste, Sul e Distrito Federal e a escassez aguda deles em cidades do Norte e do Nordeste.

A desproporção tinha como efeito um deficitário ou quase inexistente atendimento de saúde a moradores de municípios com até 50 mil habitantes, caracterizados como locais afastados dos centros urbanos e de condições de carência e vulnerabilidade. Dessa forma, o Programa Mais Médicos lançou visibilidade a uma condição de restrição de direitos que afetava, inclusive, as condições de cidadania de milhões de brasileiros. Assumir esse problema como um problema público teve, assim, a função de transportar tal situação de injustiça social ao lugar daquilo que merece ser visto e do que é relevante (ARENDRT, 2007). Ação que implica um resultado ainda mais importante, o do reconhecimento de que esses sujeitos, antes à margem do sistema de saúde, devem ser também merecedores dos direitos que lhes foram suprimidos.

Como afirma Arendt (2007, p. 62), “o termo ‘público’ significa o próprio mundo”. Por isso, entende-se que tratar da carência de atendimento médico nas regiões mais isoladas do país como uma questão coletiva é superar a noção de que o problema deva ser resolvido como uma adversidade particular a cada região. Designar tal situação como um problema público é lhe garantir uma existência social. Da mesma forma, é também assegurar a existência dos sujeitos por ele afetados como cidadãos como todos os demais brasileiros, já que “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos” (ARENDRT, 2007, p. 60).

Dessa forma, a análise da dimensão contextual do acontecimento Mais Médicos oferece

subsídios para identificar características que o definem como um acontecimento público, a exemplo da sua vinculação a um problema público. A mobilização de ações e discursos gerados a partir do anúncio da medida, como a Carta Aberta publicada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e os protestos de profissionais da área desencadeados, também auxiliam na compreensão nesse sentido, já que apontam para o retrato de algo que provoca uma perturbação nos sujeitos e no seu contexto social (REBELO, 2006).

Há ainda um poder explicativo e de revelação em acontecimentos dessa ordem (QUÉRÉ, 2005), capazes de colocar em evidência determinados campos problemáticos da sociedade e, conseqüentemente, deixar aparentes aspectos sociais como sua forma de organização, revelando relações de poder. Os episódios do acontecimento Mais Médicos, ou seja, seus fatos constitutivos, mostram essa capacidade de desnudar problemas para além daquele que deu origem ao programa: o da carência de médicos. Em relação à contratação de médicos estrangeiros, especialmente de médicos cubanos, acabaram evidenciadas questões problemáticas e nevrálgicas da estrutura social brasileira, como o racismo, a xenofobia e a intolerância ideológica.

Interessa apontar, ainda, que a inteligibilidade do acontecimento Mais Médicos passa por produções discursivas diversas, numa disputa de sentidos entre os sujeitos afetados por ele. Por isso, importa colocar em perspectiva os lugares de fala e a relação prévia dos atores nele envolvidos, a fim de se refletir a respeito de interesses públicos e privados que também o constituíram. Destacam-se, por exemplo, as informações que apontam para uma indisposição mais ampla entre o governo federal do PT e as entidades de classe médica, devido aos vetos da presidente a pontos da Lei do Ato Médico ou que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2010, a medicina era profissão mais bem remunerada entre as 48 carreiras pesquisadas no país, com um salário médio mensal de R\$ 8.459,4. Ou, ainda, que 2013 precedia um ano de eleição presidencial no país e que a presidente da República, Dilma Rousseff, buscava conquistar votos para sua reeleição.

Percebe-se que, para a interpretação e a compreensão do acontecimento Mais Médicos, há uma exploração ou um inquérito (QUÉRÉ, 2005) necessários. E, considerando um acontecimento público, destaca-se outro elemento importante a ele atribuído: seu processo de exploração ocorrerá, predominantemente, no espaço público. Na atualidade, isso significa dizer que sua problematização ocorrerá com a participação indispensável dos meios de comunicação de massa, capazes ainda de transportar o acontecimento para além do lugar de onde emergiu (REBELO, 2006).

Nesse sentido, fez-se a escolha de investigar o acontecimento Mais Médicos sob a

configuração de um acontecimento jornalístico, entendendo como perspectiva normativa do jornalismo, enquanto instituição social (FRANCISCATO, 2005), exercer uma função pública, dar visibilidade e conhecimento aos fatos, através da mediação informativa importante à própria conquista de direitos dos cidadãos (GENTILLI, 2005). Ao mesmo tempo, ao fazer uso da linguagem como instrumento de produção da notícia, entende-se esse mesmo jornalismo também como discurso, capaz de moldar e ditar aquilo que se torna público, circulando e produzindo sentidos a respeito da realidade (BENETTI, 2010).

Dessa perspectiva, buscou-se analisar a *dimensão da nomeação* do acontecimento Mais Médicos, a fim de compreender-se como ele se torna objeto de significação nas páginas dos jornais brasileiros de referência: Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Esse exercício se deu, principalmente, a partir da análise da sua *tematização*, ou seja, da identificação dos assuntos tratados e do modo como ganham visibilidade, assim como das *fontes* consultadas na abordagem desse acontecimento.

Nesse processo, foi possível identificar a predominância de textos jornalísticos produzidos nos dias relativos ao Episódio 1 do acontecimento Mais Médicos – o lançamento do Programa Mais Médicos a partir da Medida Provisória nº 621. O dia da criação do projeto (8/7/2013), seguido de seus dois dias subsequentes (9 e 10/7/2013), nos três veículos, foram os que apontaram os maiores índices de textos sobre o acontecimento, representando 39.1% do total de 235 publicados. Dentro desse efeito de orquestração mediática (ALSINA, 2009), os dados do panorama geral das 27 edições analisadas (9 de cada veículo) apontaram para um número quase equivalente de textos de cunho opinativo, resultando em 52% dos textos publicados em categorias como *Carta do Leitor*, *Artigo de opinião*, *Editorial* e *Charge*. Enquanto os textos de cunho informativo, considerando-se as categorias *Reportagem*, *Chamada*, *Entrevista* e *Nota*, ocuparam 48,2% das publicações.

Considerando-se as reportagens classificadas no Episódio 1, faz-se importante notar que a temática central das publicações, nos três periódicos, foram os *efeitos do programa para os estudantes e os profissionais da medicina*, principalmente a respeito da proposta de ampliação do tempo de formação na área médica em 2 anos e da obrigatoriedade do trabalho no SUS durante o curso, que mais adiante foram revistos. Dessa forma, é percebido que o que emerge como “acontecimento notável” (RODRIGUES, 1993, p. 29), ou seja, como fato noticiável, são as questões relativas à categoria médica antes de tudo. Isso é ainda perceptível pelo acionamento das fontes nesse período, que mostram a prevalência de porta-vozes de *Instituições Educacionais e de Pesquisa* da área médica, assim como das *Entidades Médicas* de representação de classe. Junto às fontes citadas, o *Executivo Federal* participa da composição

desses discursos; sua posição é de fornecimento de respostas em defesa do programa.

De modo geral, no Episódio 1 do acontecimento Mais Médicos, percebe-se nos três veículos a ênfase em um discurso polarizado entre os sentidos da *formação humanista X ataque às liberdades individuais* dos médicos, em que prevalece em grande parte o segundo citado. Os textos que enfatizam a necessidade da criação de uma carreira, como melhores salários, e de mais infraestrutura para atrair médicos a regiões distantes dos centros urbanos são predominantes, por exemplo, no discurso produzido pelo O Estado de S. Paulo. Na Folha S. Paulo, identifica-se a produção de um discurso que reforça o embate entre a classe médica e o governo federal. A exemplo da reportagem de título *FSP35 – Médico de Dilma reforça coro contra a vinda de estrangeiros*, o sentido criado é de uma quase unanimidade dos profissionais da medicina na oposição ao programa. Em O Globo, destaca-se o acionamento de sujeitos *Usuários do SUS* para a composição do seu discurso, ocorrência não identificada nos demais veículos nas datas selecionadas. Isso implica perceber que, mesmo em uma incidência menor, houve espaço para temática do *efeito da falta de médicos no atendimento à população*, ou seja, para a abordagem do problema público revelado na criação do Programa Mais Médicos. Dentro dessa temática, aparecem sentidos outros proporcionados por esses sujeitos, que tratam das dificuldades enfrentadas pela falta de atendimento à saúde nas regiões em que vivem.

No Episódio 2 do acontecimento Mais Médicos, que foi publicado em 24, 25 e 26/08/2013 e que trata da chegada dos primeiros médicos estrangeiros ao Brasil, o programa é tematizado, predominantemente, em relação à *contratação de médicos cubanos* nos três jornais estudados. Como se pode observar na *dimensão do contexto histórico-social*, na semana que antecedeu a chegada dos profissionais ao país, foi anunciado o acordo do governo federal com a OPAS para contratação de profissionais vindos de Cuba. Dessa forma, percebe-se o sentido da *judicialização* em torno da temática, em função das diferenças contratuais e de pagamento a serem aplicadas aos médicos cubanos.

Na Folha de S. Paulo, o sentido da *promoção eleitoral* por parte do governo federal em relação ao programa também é enfatizado a partir de textos que informam sobre a possível candidatura do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao governo de São Paulo em 2018. Contudo, vê-se a temática do *corporativismo médico* sendo problematizada, principalmente a partir das opiniões dos leitores. Em O Globo, destaca-se o alto índice de fontes configuradas como *Médicos do PMM*, que representaram 42.9% dos sujeitos ouvidos para a composição das reportagens desse episódio. Apesar do espaço dado aos profissionais do programa, percebe-se um sentido central de *suspeição*, principalmente, em relação aos médicos cubanos. A inclusão desses sujeitos como fonte de informação, nesse caso, não parece, necessariamente, implicar

novas perspectivas em relação à sua presença no programa. Como mostra o título *OGLO49 – Cubanos evitam polêmica sobre salários*, as informações reproduzidas pelo periódico dizem exclusivamente respeito à afirmação de uma contravenção no acordo salarial vinculado a esses profissionais. O discurso produzido por O Estado de S. Paulo a respeito do Mais Médicos, no Episódio 2, foi o único a incluir *Usuários do SUS* como fontes consultadas, mesmo que numa proporção baixa, de 2.9% do número total. Embora afirme um sentido de falha na medida, o veículo traz informações a respeito da última experiência na contratação de médicos cubanos, em 1990, e aponta para o histórico de melhorias no atendimento à população decorrentes da última tentativa, expressos nos textos *OESP38 – Há oito anos, Tocantins deve de “devolver” profissionais* e em *OESP44 – Cidade receberá cubanos pela segunda vez*.

O Episódio 3 – início da atuação dos médicos selecionados pelo programa – foi analisado nos três veículos, nos dias 2, 3 e 4/9/2013. De maneira geral, foi identificado um espaço maior destinado às temáticas da *necessidade do atendimento médico a toda a população* e da *má distribuição dos profissionais no país*, que dizem respeito ao problema público revelado na criação do programa. Em reportagens como *FSP64 – Médicos formados fora do país estão concentrados no Sudeste*, a Folha de S. Paulo aciona fontes como o Ministério da Saúde e o IBGE, o CFM e o CREMESP, dando visibilidade a pesquisas que trazem dados efetivos sobre a problemática da distribuição de médicos no país e sobre as características relativas ao desenvolvimento social das cidades beneficiadas pelo programa.

O registro de notabilidade da *falha*, apontado por Rodrigues (1993), aparece como determinante às edições de O Globo e O Estado de S. Paulo ao tratarem, nesse período, predominantemente, do tema das ausências *dos médicos do programa no primeiro dia de apresentação ao trabalho*. Parece importante ressaltar que a falha se dá sempre sobre alguma expectativa em relação a algo, sobre algum desvio da normalidade. Não à toa, aparecem depoimentos de sujeitos e instituições, como de *Centros Comunitários*, do *Executivo Municipal*, assim como *Usuários do SUS*, que compõem um discurso de cobrança de efetividade do programa e, ao mesmo tempo, de aposta na sua eficácia.

Para Gentili (2005), a informação produzida pelo jornalismo, quando pensada na perspectiva da cidadania, pode ter um sentido emancipatório, que se concretizará, principalmente, na pluralidade editorial e na diversidade de olhares a respeito de um tema. Por isso, entende-se que outro resultado que vale ser destacado é o aumento significativo no número de fontes acionadas nos três veículos em relação aos outros dois episódios do acontecimento. Só na Folha de S. Paulo, foram acionadas 43 diferentes fontes nos dias em questão, de 16 categorias distintas, entre *Médicos do PMM* (25.6%); *Executivo Federal* (16.3%); *Executivo*

Municipal (14%); *Entidades Médicas* (9.3%); *FSP* (9.3%); *Instituições Educacionais e de Pesquisa* (7%); *Centros Profissionais e de Atendimento* (4.7%); *Executivo Estadual* (2.3%); *Pesquisas* (2.3%); *Judiciário* (2.3%); *Imprensa Internacional* (2.3%); *Especialistas*, etc. Em O Globo, *Usuários do SUS* e *Executivo Federal* são acionadas na mesma proporção, indicando a possibilidade de outros sentidos possíveis em relação ao programa, que não só na polarização entidades médicas X governo federal. Isso significa perceber que os discursos carregados dos sentidos de *suspeição* e de *promoção governamental* começam a disputar espaço com sua nomeação enquanto *política pública*, destinada a ampliar direitos e promover a inclusão social de milhões de brasileiros.

O panorama oferecido pela análise da *dimensão da nomeação* do acontecimento Mais Médicos no jornalismo brasileiro de referência aponta para a perspectiva de sua construção como acontecimento jornalístico, referente, principalmente, às *temáticas* e às *fontes* visibilizadas enquanto relato noticioso. Para compreender-se a relação desse espaço dos periódicos com o seu posicionamento editorial, partiu-se, então, à análise do acontecimento Mais Médicos a partir da *dimensão da argumentação*. Para a compreensão dessa abordagem do acontecimento comentado (CHARAUDEAU, 2010), foram então analisados 20 editoriais, do período de 8 de julho e 22 de outubro de 2013, sendo sete (7) da Folha de S. Paulo, quatro (4) de O Globo e nove (9) de O Estado de S. Paulo.

Pode-se destacar como resultados importantes dessa etapa da investigação a publicação de um posicionamento editorial nos três veículos no dia 10/7/2013. Os textos vinculados ao episódio de criação do programa como medida provisória mostraram sentidos de *insuficiência da medida para avanços necessários à saúde pública* no jornal Folha de S. Paulo e de uma *ameaça de degradação ainda maior do setor da saúde* para O Estado de S. Paulo. Em ambos os veículos, o discurso é de afirmação de ocultação dos verdadeiros problemas da saúde pública no Brasil, que seriam antes a falta de investimentos na infraestrutura e nas condições de trabalho dos profissionais. Dessa forma, a problematização se dá em torno dos problemas gerados pelo Programa Mais Médicos para os médicos brasileiros.

Numa outra perspectiva, o editorial publicado na mesma data em O Globo aponta para um sentido central que guiará os demais textos publicados nesse espaço do veículo durante o período apresentado. O Programa Mais Médicos é definido como *uma tentativa de melhorar o quadro de efetivo abandono que há na saúde pública destinada ao pobre do interior e periferias*. Tal ponto de vista se baseia, predominantemente, nos dados estatísticos a respeito da proporção de médicos por habitantes e relativos à sua má distribuição em regiões do país. As bases da argumentação dos editoriais de O Globo aparecem, assim, a partir de pesquisas,

afirmando a questão que justifica a criação do programa como um problema de interesse público.

Em O Estado de S. Paulo, o posicionamento é calcado, basicamente, na reprodução das opiniões de representantes de entidades da classe médica, que aparecem nos editoriais como fonte inquestionável de informação. Em uma comparação entre as distintas perspectivas em relação ao Mais Médicos, notam-se as visões opostas de O Estado de S. Paulo e O Globo em relação às negociações e às concessões do governo federal em função das reivindicações da classe médica. Em 26/7/2013, para O Estado de S. Paulo, o anúncio da proposta dos Ministérios da Saúde e da Educação de substituição da extensão do curso de Medicina para a residência obrigatória no SUS a partir de 2018 seria um *Remendo no Mais Médicos*. O sentido proposto é de que o programa já é fadado a falha e os seus ajustes só servem para reparar algo que já nasceu quebrado. Por outro lado, em O Globo, a abordagem da mesma temática aponta o diálogo entre governo e entidades médicas como *O processo de aperfeiçoamento do Mais Médicos*. O Mais Médicos aparece novamente sob o sentido de uma “tentativa” e “processo” lançados para a inclusão daqueles que têm o direito à saúde negado.

Nesse sentido, a articulação dos âmbitos constitutivos possibilitou inferências para concluir, por exemplo, que o jornal O Globo, único a reconhecer editorialmente, desde o lançamento do Mais Médicos, o problema público da carência dos médicos como legítimo, foi o veículo que mais acionou fontes relativas aos *Usuários do SUS*. Ao longo de toda a cobertura analisada, esses sujeitos representaram 10.7% das fontes acionadas – quase a mesma porção ocupada pelas *Entidades Médicas*, que ocuparam 11.9% da cobertura. Por outro lado, o jornal Folha de S. Paulo, que produziu um discurso predominante em seus editoriais de descredibilização tanto do governo quanto da classe médica, não apresentou depoimentos dos cidadãos a serem beneficiados pelo programa ao longo dos três episódios analisados.

Dessa forma, a partir das dimensões do *contexto-histórico e social, da nomeação, e da argumentação*, buscou-se analisar o acontecimento Mais Médicos nas suas concepções enquanto acontecimento público e jornalístico. O olhar para uma análise complementar dessas categorias implicou um desejo de entender o discurso do jornalismo de referência a respeito de uma política pública como o Programa Mais Médicos, reconhecendo o contexto social e as estruturas de poder que circundam e constituem o acontecimento. Ao mesmo tempo, buscou-se analisar como foram produzidas as informações em relação a um problema público revelado, assim como o lugar da opinião editorial, a fim de compreender a maneira que esse jornalismo se relaciona com sua função democrática e participa do conjunto de redes de comunicação pública acionado. Frente a isso, pode-se identificar que, de modo geral, quando lançada a

medida, os discursos jornalísticos, especialmente os produzidos pelos periódicos Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, consideravam um outro problema revelado: a condição de trabalho e salarial dos profissionais da medicina. Ao longo das etapas de implementação do programa, porém, dados e informações a respeito da carência de médicos no país começaram a ser visibilizados nos jornais a partir da inserção dos profissionais do programa nas regiões beneficiadas.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação dedicou-se ao estudo do acontecimento Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, quando da criação do Programa Mais Médicos pelo governo federal em 2013. A partir da análise dos discursos dos jornais de referência Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, o trabalho buscou compreender como se deu a atuação do jornalismo no debate desencadeado pela criação dessa política pública. Como balizadora desse processo investigativo, foi reconhecida a perspectiva da comunicação pública, cuja implicação direciona a um olhar guiado por marcos normativos que afirmam preceitos éticos e morais nos processos comunicativos instaurados no espaço público.

Os pressupostos teóricos que fundamentaram a pesquisa relacionaram conceitos como espaço público, interesse público, jornalismo e acontecimento, a fim de traçar um arcabouço que sustentasse a análise proposta. As noções acionadas a respeito do termo público, nas concepções de Arendt (2007) e Bobbio (1997), atentaram para seus sentidos relativos à ação política, ao compartilhamento de vivências entre os indivíduos, à visibilidade e à proeminência do todo antes das partes. A identificação da fluidez e da imbricação dos limites entre o público e o privado desvelou uma complexidade que configura o espaço público na atualidade enquanto palco simbólico de mediações políticas e práticas relacionais dos indivíduos (ESTEVES, 2003). É nesse lugar que se desencadeiam e se retroalimentam os processos de comunicação pública. Tais processos são mobilizados por temas sociais abordados e repercutidos de maneira ampla quando inseridos em uma zona de visibilidade conformada, nos tempos atuais, pela centralidade dos meios de comunicação de massa (GOMES, 2008).

A democracia, compreendida como um sistema de natureza dinâmico (BOBBIO, 1986), tem na visibilidade um dos seus elementos constitutivos. Contudo, sua sustentação ou aprimoramento dependem de práticas estabelecidas para além das configurações históricas da sociedade que lhe rege. No entendimento de Dahl (2009), as intuições políticas e sociais exercem papel fundamental nos processos possíveis de redemocratização dos regimes democráticos. Tendo isso em vista, assumiram-se tais instituições como importantes instrumentos de afirmação das dimensões ideais da democracia quando balizam práticas e exigências relativas à configuração de processos democráticos.

É dessa correlação, que alia a essencialidade da visibilidade, do tornar público, ao reconhecimento de uma função importante das instituições sociais na permanência e no aperfeiçoamento das dinâmicas democráticas em uma sociedade, que o trabalho atentou para o jornalismo como objeto de estudo. Esteves (2011, p. 37-38) diz que “a informação é um recurso

indispensável para a normal construção de práticas discursivas, sendo estas, por sua vez, vitais nos processos deliberativos”. Isso significa associar o acesso à informação à possibilidade de aproximação dos sujeitos como o mundo político, ou seja, com a qualificação das práticas discursivas que concretizam a deliberação. Neste trabalho, foi defendido ainda o direito à informação como elemento diretamente relacionado à conquista de demais direitos em uma democracia (GENTILLI, 2005), como direitos humanos, sociais e políticos.

É nesse sentido que importou a este trabalho a compreensão do jornalismo como dotado de um caráter institucional. Como instituição social (FRANCISCATO, 2005), há um reconhecimento e uma legitimidade a ele atribuídos que dizem diretamente respeito ao seu papel na mediação cognitiva entre os atores sociais e a realidade (GUERRA, 2008). Além disso, quando pensado em função da democracia, existe um sentido outro que merece ser destacado: o jornalismo como lugar de publicização de temáticas públicas, capaz de circular informações e provocar um efeito agregador, produzindo uma noção de realidade compartilhada e de vivência em comunidade (KOVACH; ROSENTIEL, 2001).

Contudo, destacou-se que esse caráter institucional do jornalismo aponta também para os conflitos entre interesses públicos e privados caracterizados nas próprias dinâmicas que conformam o espaço público. O jornalismo como organização assume uma dimensão comercial, em que a notícia se configura como um produto a ser vendido (TRAQUINA, 2004). Dessa forma, assumindo o jornalismo também como um lugar de circulação e produção de discursos sociais (BENETTI, 2010), cabe considerar a atividade profissional sob uma perspectiva complexa e paradoxal, caracterizada como uma função pública dentro de uma execução privada.

As relações apresentadas nesse cenário teórico serviram à problematização da investigação proposta a respeito do acontecimento Mais Médicos. Como uma medida criada, visando à redução da desigualdade no atendimento médico do serviço de saúde pública brasileiro, ele aponta para um problema público que suprime e ameaça direitos. Ao mesmo tempo, mobiliza reações, discursos e ações de diferentes sujeitos, assim como do próprio Estado, revelando outros campos problemáticos (QUÉRÉ, 2011), que lançam luz a disfunções e conflitos sociais e culturais estruturantes da organização social do país.

Por essas características se aponta para a relação do acontecimento Mais Médicos com o interesse público e a visibilidade, que o constituem como um acontecimento público e, conseqüentemente, também jornalístico. E é desse processo que tratou este trabalho: da análise do Programa Mais Médicos, entendido como público e jornalístico, a partir dos discursos produzidos pelo jornalismo brasileiro de referência, que o tornaram um objeto observável e

apreensível enquanto fato publicado.

Na tentativa de dar conta da sua complexidade, foi empreendido um trabalho de análise que propôs a investigação de dimensões constitutivas e complementares do acontecimento Mais Médicos a partir de três episódios referenciais: o lançamento do programa como Medida Provisória nº 621 (8/7/2013); a chegada dos primeiros médicos estrangeiros ao país (24/8/2013); e o início da atuação dos médicos selecionados nas comunidades (2/9/2013). A partir desse recorte, foram investigadas as dimensões relativas ao 1) *contexto histórico-social*, referente à análise de documentos, discursos oficiais e textos legais, a fim de identificarem-se características do cenário social em que o acontecimento público se inseria e que, ao mesmo tempo constituía; à 2) à *nomeação*, referente à análise realizada nos veículos jornalísticos, a partir de temas e fontes identificados nos textos publicados a respeito do programa; e 3) à *argumentação*, apresentada a partir dos sentidos identificados nos editoriais dos três jornais, que visibilizam um processo de problematização do acontecimento Mais Médicos.

A análise do contexto histórico-social tratou do cumprimento do primeiro objetivo específico do trabalho, que pretendia a reconstituição do cenário histórico e social em que se deu a fundação do acontecimento público Mais Médicos, assim como os conflitos mobilizados a partir dele. Como resultados importantes, destaca-se a identificação das proposições centrais do Programa Mais Médicos, a partir da leitura da sua forma enquanto Medida Provisória (621), assinada em 8 de julho de 2013, e enquanto Lei nº 12.871/2013, sancionada em 22 de outubro de 2013. Pode-se identificar a vinculação da medida ao propósito da inclusão social e da garantia de direitos essenciais, a partir de ações que visavam à redução das desigualdades regionais na área da saúde. Com base em dados oficiais, os textos legais apontaram para a conclusão de um número insuficiente de profissionais da medicina para a porção populacional. Identificou-se ainda que o programa se baseava em três ações centrais, definidas em ordem de prioridade: 1) do provimento emergencial de profissionais da medicina em regiões prioritárias; 2) do investimento e da infraestrutura da rede de serviços básicos de saúde; e 3) da ampliação e do aprimoramento da formação médica no país.

Essa etapa permitiu também a identificação e a caracterização da mobilização de discursos que colocavam em questão as intenções de criação do programa e, ao mesmo tempo, revelavam indisposições políticas entre governo federal e organizações corporativas da classe médica, anteriores ao lançamento do Programa Mais Médicos. Por se configurar um ano que antecipava eleições presidenciais e de ocorrências de manifestações sociais, percebeu-se um cenário particularmente tensionado por pressões sociais e políticas diversas. Essa dimensão atentou, por fim, à alta potência e densidade simbólica do acontecimento Mais Médicos

enquanto revelador de demais campos problemáticos na sociedade brasileira. As referências documentais a atos e discursos violentos, principalmente em torno da temática da contratação de médicos cubanos para o trabalho no Sistema Único de Saúde, apontaram para a naturalização social de problemas como o racismo e a intolerância ideológica.

A análise da nomeação do acontecimento Mais Médicos apresentou um panorama das características da sua construção enquanto acontecimento jornalístico a partir de temas e fontes – conforme o segundo objetivo específico proposto. De modo geral, pôde-se identificar que o acontecimento Mais Médicos ganha uma existência, isto é, torna-se objeto de significação nas páginas dos veículos Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo a partir da sua nomeação enquanto um gerador de *efeitos prejudiciais aos estudantes e aos profissionais da área médica* no país, principalmente em função de questões relativas às suas condições de trabalho e remuneração. Da mesma forma, é compreendido como um programa destinado à *contratação de médicos estrangeiros, em especial, médicos cubanos*.

Ainda sobre essa dimensão, merece ser destacada a constatação de uma centralização na publicização de depoimentos provenientes de fontes relativas ao Poder Executivo, às Entidades Médicas e às Instituições Educacionais e de pesquisa da área médica, que, combinadas, representaram 61.5% do total de 283 fontes acionadas. Como efeitos dessa seleção, foram observadas uma polarização e uma baixa diversidade de perspectivas em relação ao programa. Apesar disso, a investigação do acontecimento Mais Médicos, a partir de diferentes episódios, apontou para um crescimento da pluralidade de fontes autorizadas a tratar da medida a partir do início da sua implementação. Da mesma forma, dados e pesquisas a respeito do problema público revelado – a carência de médicos no país – passaram a dar conta da constituição jornalística do acontecimento Mais Médicos de maneira mais contundente.

A terceira e última etapa de análise, a da argumentação, possibilitou a investigação do acontecimento enquanto comentário institucional, cumprindo o objetivo específico que propôs a identificação dos sentidos produzidos nos editoriais dos três veículos. Como resultado, foi revelada a predominância de temáticas que correspondiam às tratadas nos outros espaços das publicações, como identificadas na dimensão anterior. Contudo, como resultado da problematização do acontecimento Mais Médicos, percebeu-se a produção de sentidos distintos entre os diferentes veículos. Na Folha de S. Paulo, a problematização do acontecimento ocorreu a partir da descredibilização de ambas as partes compreendidas, pelo veículo, como principais implicadas no acontecimento: governo federal e entidades médicas. Em O Estado de S. Paulo, o posicionamento contrário ao programa teve como base de construção do seu discurso os depoimentos ou a reprodução de posicionamentos de fontes provenientes das entidades

médicas, principalmente, CFM e AMB. Em O Globo, pôde-se notar a produção de um discurso que fez uso de dados estatísticos sobre a carência de médicos, reconhecendo-os como justificativa legítima para a criação do programa. O problema da falta de médicos no país é, assim, apontado como informação irrefutável e imprescindível aos que se posicionam em relação aos objetivos do programa.

Quando da articulação desses âmbitos constitutivos, pode-se destacar ainda a constatação de uma correspondência entre o posicionamento editorial de O Globo e o acionamento de fontes realizado nas reportagens. O veículo, que produziu um discurso de defesa dos dados relativos à carência de médicos no Brasil no seu espaço de opinião institucional, foi o jornal que mais utilizou usuários do SUS, os beneficiados diretamente pelo programa, como fontes de informação. Importa ainda ressaltar que esses sujeitos dividiam um espaço quase igual com membros das entidades médicas na construção do discurso jornalístico de O Globo. Por outro lado, A Folha de S. Paulo problematizou o acontecimento Mais Médicos em função da descredibilização das ações tanto do governo quanto da classe médica e, em todo o período analisado, não acionou depoimentos dos beneficiários.

Dessa forma, portanto, reafirma-se a premissa desta pesquisa, que compreende a criação do Programa Mais Médicos como um acontecimento público e também jornalístico. A possibilidade de investigá-lo nas dimensões do contexto histórico-social, da nomeação e da argumentação indicou a oportunidade de olhar para os processos que constituem sua significação como movimentos públicos e também discursivos. Essa abordagem permitiu, ainda, ampliar e relativizar as perspectivas do acontecimento publicado nas páginas dos jornais de referência e compreender que o acontecimento Mais Médicos, quando relatado e problematizado pelo jornalismo, acabou por tornar-se “um novo acontecimento que vem a integrar o mundo” (RODRIGUES, 1993, p. 31).

É nesse sentido que se buscaram referências para além dos textos publicados na investigação do acontecimento público quando apreendido e significado pelos jornais brasileiros de referência. Apesar do período curto selecionado à observação, entende-se que foi esse movimento de interpretação que permitiu avaliar aspectos intrínsecos e também exteriores aos textos publicados.

Enquanto acontecimento público, a criação do Programa Mais Médicos foi compreendida como um acontecimento dotado de um potencial transgressor e propulsor de transformações dos sujeitos por ele afetados. Importa, assim, seu caráter público, enquanto descortinador de um problema ligado à injustiça social e à supressão de direitos da população menos favorecida no Brasil. Ao mesmo tempo, como uma política pública ainda em vigor, é

entendido como um acontecimento em progresso, ainda com tramas a revelar, experiências a gerar e, conseqüentemente, sujeitos a afetar.

Enquanto acontecimento jornalístico, contudo, observou-se um baixo índice de abordagem a respeito do problema revelado, em detrimento das informações produzidas em função de problemáticas relativas a um grupo social pequeno e privilegiado no país: os estudantes e profissionais da medicina. Considerando o objetivo geral proposto neste trabalho, de compreender a atuação do jornalismo de referência no debate instaurado pela criação do Programa Mais Médicos, enquanto mediadores e produtores de discursos a respeito da política pública, os veículos estudados mostraram baixa diversidade de informações e pluralidade de fontes. Como consequência, é percebida a pouca qualificação do debate, já que as abordagens jornalísticas, muito antes, reafirmam visões e interpretações particulares em relação ao acontecimento distorcendo, algumas vezes, o conteúdo do próprio texto legal que o tornou uma política pública.

Tendo em vista a publicidade como elemento essencial à sustentação da democracia, entende-se, assim, que esse jornalismo se afasta do seu compromisso com o interesse público, quando se revela pouco sensível à visibilidade e problematização de questões sociais relativas à garantia de direitos aos cidadãos de forma ampla, e não restrita. A revelação do alto índice de carência de atendimento médico no país, em um primeiro momento, acaba por quase ser ocultada nas páginas dos jornais pelo embate político-ideológico entre governo e corporações profissionais, deixando de lado um questionamento importante a respeito das situações sociais díspares que conformam a realidade brasileira.

Sendo assim, a riqueza de estudar o Programa Mais Médicos como um acontecimento público e jornalístico disse respeito à possibilidade de defender que problemas, como a condição de milhões de brasileiros à margem do sistema público de saúde, cheguem ao conhecimento público, dando conta da sua complexidade. Da mesma forma, permite esperar que o jornalismo, enquanto instituição social, observadora e produtora do notável, possa reconhecer que tais questões e sujeitos necessitam se tornar visíveis, existir aos olhos do coletivo. Pois é só como parte do mundo público que acontecimentos como esses podem provocar a sociedade a conduzir-se a rumos mais solidários e iguais, criando para si, como afirma Quéré (2005), novos horizontes do possível.

V – REFERÊNCIAS

- A CONDIÇÃO do médico. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2013.
- A CRISE na saúde. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2013.
- A FARSA da saúde. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2013.
- AGÊNCIA ESTADO. Agência Estado. 2012. Disponível em: <<http://institucional.ae.com.br/>>. Acesso em: ago. 2016.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, 31 ago. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- APROVAÇÃO de Dilma cai quase pela metade e vai a 30% após protestos, aponta Datafolha. **O Globo**, 29 jun. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/aprovacao-de-dilma-cai-quase-pela-metade-vai-30-apos-protestos-aponta-datafolha-8854926>>. Acesso em: jun. 2016.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASSIS, Francisco de; MARQUES DE MELO, José (Orgs.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010.
- ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA et al. Carta aberta à população: a saúde e a vergonha nacional. **Conselho Federal de Medicina**, 22 jun. 2013.
- ASSOCIAÇÃO vai ao STF para barrar o Mais Médicos e ‘proteger a população’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2013.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Caleidoscópio**, Revista de Comunicação e Cultura, n. 10, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARRERAS, Sandra Eliane Olivera Bitencourt de. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BENETTI, M. A apropriação discursiva da morte pelo leitor. In: MAROCCO, B; BERGER, C; HENN, R. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. Florianópolis: Insular, 2012. (Vol. 3.)
- _____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, Revista do Programa de Pós-

Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, PUC-SP, v. 8, n. 15, p. 13-28, 2008.

_____; LAGO, Cláudia. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Jornalismo**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

_____; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BORGES, Tiago Gautier Ferreira. **Entre o espetáculo e o debate público: enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre o exercício da Medicina. **Portal da Legislação**, Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12842.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, 2013c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12842.htm>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa mais médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Lei nº 13.333, de 12 de setembro de 2016. Prorroga o prazo de dispensa de que trata o art. 16 da Lei no 12.871, de 22 de outubro de 2013. **Portal da Legislação**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13333.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BUDÓ, Marília. **Mídia e controle social**: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida provisória [documento eletrônico]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>>. Acesso em: jan. 2017.

CARTA dos acionistas. **O Globo**, 6 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#carta>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CARVALHO, Fernanda C. (2014) A Consolidação do Programa Mais Médicos na Opinião Pública e na Cobertura Jornalística. *Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*. Palhoça, de 8 a 10 maio. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0325-1.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, M. P. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CONSELHOS devem seguir determinações da Justiça sobre registro de médicos estrangeiros. **Portal Brasil**, 16 set. 2013 (atualizado em 29 jul. 2014). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2013/09/conselhos-devem-seguir-determinacoes-da-justica-sobre-registro-de-medicos-estrangeiros>>. Acesso em: jan. 2017.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CRISE dos médicos. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2013.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2009.

DEMAGOGIA no setor da saúde. [Editorial]. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2013.

ENTIDADES médicas tentarão barrar medidas na Justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 9 jul. 2013.

ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia**: comunicação, processos de sentido e identidades sociais. Lisboa: Cadernos Universitários, 2003.

_____. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FACULDADE DE MEDICINA (Universidade de São Paulo). **Nota Oficial**: Medida Provisória Mais Médicos para o Brasil. São Paulo, 15 jul. 2013.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 174-191.

FORMENTI, Lígia. Mais Médicos tem recorde de inscrições de profissionais. **Exame** (online), 4 fev. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/mais-medicos-tem-recorde-de-inscricoes-de-profissionais/>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**, Revista de Comunicação e Cultura, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, n. 10, p. 59-72, 2011.

_____; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Ed. UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GAMSON, William A. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GIRALDI, Renata. Brasil trará 6 mil médicos cubanos para atender moradores de áreas carentes. Agência Brasil, 6 maio 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-06/brasil-trara-6-mil-medicos-cubanos-para-atender-moradores-de-areas-carentes>>. Acesso em: jun. 2016.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Esfera Pública Política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e Democracia**: Problemas & Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GRUPO FOLHA. Conheça a Folha de S. Paulo: circulação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GUERRA, Josenildo. A institucionalização do jornalismo moderno. In: _____. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros da qualidade jornalística. São Cristóvão: Ed. UFS, 2008. p. 125-149.

_____. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRILHA médica. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 2013.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flavio R. Kothe. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IMPASSE na saúde. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 ago. 2013.

JORNALISTA diz que médicas cubanas parecem ‘empregadas domésticas’. **G1**, 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/08/jornalista-diz-que-medicas-cubanas-parecem-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: jan. 2017.

KARAM, Francisco José. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KEGLER, Bruno. **Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto, 2001.

LEAL, Souza Bruno; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, S. Bruno; ANTUNES, Elton e VAZ, B. Paulo (Orgs). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. (Vol. 2).

LOCATELLI, Carlos Augusto. **Comunicação e barragens**: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LUZ, Ana Javes Andrade da. **Comunicação pública e memória das cidades**: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LUZ, César *et al.* Monitoramento de terminologia na mídia: o Programa Mais Médicos. *TradTerm*, São Paulo, v. 25, Agosto/2015, p. 199-233. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/103250>>. Acesso em: mai. 2016.

MAIA, Rousiley C. M. (Coord). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

_____. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

MAIORES jornais do Brasil. **Associação Nacional de Jornais**, 2015. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MAIS MÉDICOS: conheça o programa. **Mais Médicos**, 2013a. Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MAIS MÉDICOS: 1.618 profissionais confirmam participação na primeira seleção do programa. **Blog da Saúde**, Ministério da Saúde, 13 set. 2013b. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/mais-medicos/32746-maismedicos-1-618-profissionais-confirmam-participacao-na-primeira-selecao-do-programa>>. Acesso em: dez. 2016.

MAIS médicos que faltam ao trabalho. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 set. 2013a.

MAIS um lote de cubanos. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2013b.

MARKETING e pressa em medidas para a Saúde. [Editorial]. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jul. 2013.

MARQUES, Ângela C. S (Org. e tradução). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MAROCCO, B. Uma via alternativa de reflexão sobre as práticas jornalísticas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO JORNALISMO, 1. **Anais**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011.

MAZELAS da saúde pública. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 jul. 2013.

MÉDICOS cubanos chegam e Padilha defende programa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2013.

MEDISTCH, Eduardo. Jornalismo é uma forma conhecimento? **Media & Jornalismo**, Cascais/Coimbra, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002.

_____. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia, FONSECA, Virgínia. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

MELHORES médicos. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 2013.

MINISTÉRIO da Saúde alega boicote e altera regras para inscrição no Mais Médicos. **Veja**, 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/ministerio-da-saude-alega-boicote-e-altera-regras-para-inscricao-no-mais-medicos/>>. Acesso em: jun. 2016.

MORAIS, Indyara et al. (2014) Jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense: O que dizem sobre o Programa Mais Médicos?. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 107-115. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800107&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: mai. 2016.

MP do Mais Médicos é aprovada no Senado Federal. *Blog da Saúde*, Ministério da Saúde, 17 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/mais-medicos/33148-maismedicos-mp-do-mais-medicos-e-aprovada-no-senado-federal>>. Acesso em: jan. 2017.

NEVEU, Érik. Crises e renovações no jornalismo. In: *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 157-183.

NOVELA dos médicos. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2013.

O DÉFICIT dos leitos hospitalares. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2013.

O ESTADO DE S. PAULO [Jornal]. Resumo histórico. 2004. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti8.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Código de conduta e ética. [documento eletrônico]. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

O OUTRO lado do Mais Médicos. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 set. 2013.

O PROCESSO de aperfeiçoamento do Mais Médicos. [Editorial]. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2013.

O QUE A FOLHA pensa. [Editorial]. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 fev. 2013.

O QUE É Atenção Básica? **Portal da Saúde**, Brasília, [2013?]. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_o_que_e.php>. Acesso em: 20 maio 2016.

O QUE ESTÁ em jogo. [Editorial]. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2013.

O QUE IMPORTA no Mais Médicos. [Editorial]. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 set. 2013.

PARK, Robert. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C., MAROCCO, B. **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. (Vol. 2).

PEREIRA, Ilídio Medina. **Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PESQUISA avalia atendimento pelo Programa Mais Médicos. **Blog da Saúde**, Ministério da Saúde, 11 set. 2014. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/34395-pesquisa-avalia-atendimento-pelo-programa-mais-medicos>>. Acesso em: 20 maio 2016.

PROGRAMA Mais Médicos ganha reforço de 4 mil profissionais cubanos. **Portal Brasil**, 21 ago. 2013. Disponível em: <www.brasil.gov.br/saude/2013/08/programa-mais-medicos-ganha-reforco-de-4-mil-profissionais-cubanos>. Acesso em: dez. 2013.

QUALIDADE duvidosa. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2013.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, p. 59-76, 2005.

_____. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópico**, Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, p. 13-37, 2011.

REBELO, José. Prolegômenos à narrativa mediática do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, ISCTE/Fim de século, n. 8-9, p. 17-27, 2006.

REMENDO no Mais Médicos. [Editorial]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2013.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene et al (Orgs.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EdUFBA; Brasília: Compós, 2011. p.119-138.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 27-33.

SARTOR, B. A. **A noção de interesse público no jornalismo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Leonardo de. **Representações do “Programa Mais Médicos” pelo site Pragmatismo Político e pelo Portal do Conselho Federal de Medicina**. 2014. 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004. (Porque as notícias são como são, vol. 1).

_____. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2013. (A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional, vol. 2).

WEBER, Maria Helena. Na Comunicação Pública, a captura do voto. In: LOGOS 27: Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2º sem. 2007.

_____. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011a.

_____. Do acontecimento público ao espetáculo político-mediático. **Caleidoscópico**, Lisboa, v. 10, p. 189-204, 2011b.

_____; COELHO, Marja. Entre jornalismo e poderes. In: SILVA, Gislene et al. (Org.). **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. Salvador: EdUFBA; Brasília: Compós, 2011c. p. 51-78.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 2014.

APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO

a) FSP08/07/13

QUADRO A-1 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - FOLHA DE SÃO PAULO (08/07/2013)							
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA/LOCALIZAÇÃO		FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP1 - Brasil desiste de vinda de 6.000 médicos cubanos	Governo brasileiro paralisou negociação com Cuba para receber profissionais.	Cotidiano	Miolo	Reportagem		Executivo Federal (2)	Recuo na contratação de médicos cubanos
FSP2 - "Alvo" do Brasil, Portugal buscou médicos em Cuba	Em 2009, governo português acertou com Havana contratação de 44 profissionais.	Cotidiano	Miolo	Reportagem	Ilustração: dados sobre a medicina cubana	Órgãos internacionais (2)	Atuação de médicos cubanos em outros países
FSP3 - "Importação" opõe governo e entidades médicas		Cotidiano	Miolo	Reportagem		Executivo Federal (1); Entidades Médicas (1)	Contratação de médicos estrangeiros
FSP4 - Dilma Rousseff deve participar amanhã de marcha dos prefeitos	Presidente avalia que anúncios para a saúde justificam ida ao evento, segundo assessores.	Poder	Miolo	Reportagem		Executivo Federal (2)	Lançamento do primeiro edital
FSP5 - Injeção extra		Poder	Miolo	Coluna			Anúncio do programa na Marcha dos Prefeitos
FSP6 - Médicos		Opinião	Miolo	Carta do leitor			Qualidade profissional dos médicos cubanos
FSP7 - Saúde susta conversa para trazer médicos cubanos		-	Capa	Chamada			Recuo na contratação de médicos cubanos

b) FSP09/07/13

QUADRO A-2 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - FOLHA DE SÃO PAULO (09/07/2013)							
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA/LOCALIZAÇÃO		FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP8 - Surpreendidas, entidades médicas dizem que as medidas são arbitrarias	Segundo conselho e associação, alterações na formação configuram "serviço civil obrigatório".	Cotidiano	Miolo	Reportagem		Entidades Médicas (3)	Mudanças na formação dos estudantes de medicina
FSP9 - Para especialistas, sucesso depende de supervisão		Cotidiano	Miolo	Reportagem		Instituições Educacionais (8); Executivo Federal (2)	Estágio obrigatório para estudantes de medicina no SUS
FSP10 - Ex-ministro defende "especialista de gente"		Cotidiano	Miolo	Entrevista	Foto do entrevistado: ex-ministro da Saúde Adib Jatene	Outros (1)	Mudanças na formação dos estudantes de medicina
FSP11 - "Não pode ser à força", diz professor da USP		Cotidiano	Miolo	Entrevista	Foto do entrevistado	Instituições Educacionais (1)	Mudanças na formação dos estudantes de medicina

FSP12 - Estudantes de medicina terão que trabalhar por dois anos no SUS	Governo ampliará tempo de curso de 6 para 8 anos e exigirá atuação na rede pública de saúde.	Cotidiano	Miolo	Reportagem	Gráficos com dados sobre as novas regras de formação da medicina + proporção desigual de médicos no país	Executivo Federal (3); Pesquisa CFM (1)	Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP13 - Não se faz saúde só com médicos, mas com condições adequadas		Cotidiano	Miolo	Artigo			Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP14 - País busca exemplo do Reino Unido		Cotidiano	Miolo	Reportagem	Ilustração "Medidas na saúde": dados sobre o funcionamento do programa como (inscrições, chamadas etc.) / mudanças no curso de medicina (tempo estimado de formação, valor da bolsa etc).	Executivo Federal (1)	Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP15 - Formando de medicina terá de trabalhar dois anos no SUS	Mudança vale a partir de 2015; para entidades médicas, decisão configura serviço civil obrigatório.		Capa	Chamada	Ilustração "O novo curso de medicina" traz informações sobre a medida apresentada pelo governo. Foto da presidente Dilma Roussef também compõe a manchete.		Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP16 - Médico precisa ser especialista em pessoas			Capa	Chamada			Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP17 - Governo não pode implantar medida à força			Capa	Chamada			Mudanças na formação do estudante de medicina; Obrigatoriedade de trabalho no SUS
FSP18 - Estrangeiros começarão a atuar no país em setembro			Capa	Chamada			Atuação de médicos estrangeiros
FSP19 - Indignação com prazo marcado		Opinião	Miolo	Artigo			Tensão governo e entidades médicas
FSP20 - Interior e periferia recebem estrangeiros a partir de setembro	Plano para atrair médicos a área carente deve ter brasileiros e "importados", que receberão bolsa mensal e ajuda de custo.	Cotidiano	Miolo	Reportagem	Ilustração traz um mapa de atuação dos médicos inscritos na primeira etapa.		Atuação de médicos estrangeiros
FSP21 - Medicina		Opinião	Miolo	Carta do leitor (médico)			Aumento do tempo de formação da profissão médica

FSP22 - Compasso		Ilustrada	Miolo	Artigo	Charge		Atuação de médicos cubanos
FSP23 - Pacote de bondades		Poder	Miolo	Coluna			Lançamento do Mais Médicos; Editais para estrangeiros
FSP24 - Tiroteio		Poder	Miolo	Coluna			Estágio obrigatório no SUS; Defasagem salarial da medicina

c) FSP10/07/13

QUADRO A-3 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - FOLHA DE SÃO PAULO (10/07/2013)							
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA/LOCALIZAÇÃO		FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP25 - A condição do médico	Governo lança medidas para melhorar o sistema público de saúde; pacote inclui importação de profissionais e estágio obrigatório no SUS.	Opinião	Miolo	Editorial	-	-	Mudança na formação do curso de medicina
FSP26 - Especialistas em gente		Opinião	Miolo	Artigo	-	-	Qualidade da formação médica
FSP27 - A revolta das elites		Mercado	Miolo	Artigo	-	-	Posicionamento das entidades contra o Programa Mais Médicos
FSP28 - E o Fidel?		Cotidiano	Miolo	Chamada	-	-	Atuação de médicos cubanos
FSP29 - Ueba! Dilma deu um SUSTo!		Ilustrada	Miolo	Coluna	-	-	Atuação de médicos cubanos
FSP30 - Medicina		Opinião	Miolo	Carta do leitor (médico)	-	-	Mudança na formação do curso de medicina
FSP31 - Medicina		Opinião	Miolo	Carta do leitor	-	-	Mudança na formação do curso de medicina
FSP32 - Medicina		Opinião	Miolo	Carta do leitor	-	-	Críticas ao à gestão da saúde do governo federal
FSP33 - Medicina		Opinião	Miolo	Carta do leitor	-	-	Mudança na formação do curso de medicina
FSP34 - Médico de Dilma se opõe a trazer médicos estrangeiros		-	Capa	Chamada	-	Instituições educacionais (1)	Contratação de médicos estrangeiros
FSP35 - Médico de Dilma reforça coro contra a vinda de estrangeiros	Kalil Filho diz ser "terminantemente" contrário a programa lançado pelo governo	Cotidiano	Miolo	Reportagem	-	Instituições educacionais (1); FSP (1); Executivo Federal (1)	Contratação de médicos estrangeiros

FSP36 - Ministro vai ao Congresso em busca de apoio		Cotidiano	Miolo	Reportagem	A ilustração "Medidas na saúde" traz dados sobre o funcionamento do programa como inscrições, chamadas etc. e a respeito das mudanças no curso de medicina (tempo estimado de formação, valor da bolsa etc).	Executivo Federal (1); Legislativo (2)	Negociações políticas
FSP37 - Fila da saúde cresce e Haddad atrasa projeto	Capital paulista tem 842 mil pedidos de exames e consultas esperando atendimento, mais do que no final de 2012.	Cotidiano	Miolo	Reportagem	A ilustração "Atraso" traz dados sobre o não cumprimento de prazos na entrega de unidades de saúde, número de cidadãos em lista de espera para atendimento etc.	Executivo Municipal (1)	Falta de médicos na saúde pública

d) OESP08/07/13

QUADRO A-4 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O ESTADO DE SÃO PAULO (08/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP1 - Dilma banca articulação política e refuta entregar ministérios de "porteira fechada"	Contra a crise que abala a coalizão, petistas e peemedebistas propõe que presidente deixe nas mãos dos partidos aliados as nomeações de todos os cargos nas pastas que comandam, mas ouvem: "Se forem essas as concessões, não vou fazer".	Política	Reportagem		Executivo Federal (3); Entidades Médicas (1); Legislativo (2)	Negociações políticas; Reeleição presidencial

e) OESP09/07/13

QUADRO A-5 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O ESTADO DE SÃO PAULO (09/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP2 - Entidades ameaçam entrar na Justiça	Representantes de classe questionam se contrato temporário não é inconstitucional	Metrópole	Reportagem	Foto: Dilma no lançamento do programa	Instituições Educacionais (1); Entidades Médicas (1)	Questionamentos legais relativos ao programa
OESP3 - "Se criar as vagas com os defeitos atuais, vai ser um caos"	Ex-ministro da Saúde critica "importação" de profissionais, mas diz defender há anos a alteração nos cursos.	Metrópole	Entrevista		Outros (1)	Estágio obrigatório de médicos no SUS
OESP4 - Dilma encomendou plano há um ano		Metrópole	Nota			Motivações do governo para criação do programa

OESP5 - Estudante de medicina terá de atuar no SUS; médicos reagem	Dilma anuncia pacote que amplia curso de 6 para 8 anos e prevê o recrutamento de estrangeiros.	Capa	Chamada	Foto de Dilma Rousseff	Executivo Federal (1); Entidades Médicas (1)	Mudanças nos cursos de medicina; Contratação de médicos estrangeiros
OESP6 - 1.582 áreas podem ter 'médicos importados'		Metrópole	Reportagem		Executivo Federal (1); O Estado de SP (1);	Contratação/atuação de médicos estrangeiros

f) OESP10/07/13

QUADRO A-6 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O ESTADO DE SÃO PAULO (10/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP7 - Demagogia no setor da saúde		Notas e informações	Editorial		Pesquisa CFM (1); Entidades Médicas (1)	Mudanças nos cursos de medicina; Trabalho no SUS
OESP8 - Dentista também pode ter de trabalhar no SUS		Capa	Chamada		Executivo Federal (1)	Trabalho obrigatório no SUS
OESP9 - Diploma para dentista e psicólogo também pode exigir trabalho no SUS	Criação de atividade obrigatória na rede pública era pensada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) para Odontologia, Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Fisioterapia; regulamentação para medicina deve sair em 180 dias.	Metrópole	Reportagem	Ilustração "Mudança na formação" descreve as transformações propostas pelo programa	Executivo Federal (3)	Trabalho obrigatório no SUS
OESP10 - Pacote da saúde		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Mudanças nos cursos de medicina; Contratação de médicos estrangeiros
OESP11 - Desvio de foco		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Condições de trabalho dos profissionais de medicina; Mudanças nos cursos de medicina
OESP12 - Trabalho forçado		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Estágio obrigatório no SUS
OESP13 - Ressucitar o passado		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Condições do profissional de medicina
OESP14 - Médicos cubanos		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Contratação de médicos cubanos
OESP15 - Não entendi		Fórum do Leitor	Carta do leitor (Contra)			Contratação de médicos estrangeiros; Mudanças nos cursos de medicina
OESP16 - Para críticos, há risco de candidato desistir da carreira	Médicos, professores e associações dizem que obrigar estudante de medicina a trabalhar na rede pública não vai melhorar na formação.	Metrópole	Reportagem		Instituições Educacionais (6); Executivo Federal (1)	Mudanças nos cursos de medicina
OESP17 - Conselhos de Medicina planejam ação judicial		Metrópole	Nota		Entidades Médicas (2)	Questionamentos legais sobre o programa
OESP18 - Particular quer saber quem vai pagar a conta		Metrópole	Reportagem		Instituições educacionais (3); Executivo Federal (1)	Efeitos das medidas para o ensino privado

OESP19 - Padilha vai ao Congresso; proposta já sofre resistências		Metrópole	Reportagem		Legislativo (2); Executivo Federal (1)	Negociações políticas
OESP20 - Vários pontos do projeto em aberto		Metrópole	Reportagem		Executivo Federal(2)	Implementação do programa; Atuação de médicos estrangeiros
OESP21 - Proposta tapa o sol com a peneira	Para médicos portugueses, ainda falta estrutura	Metrópole	Reportagem	Ilustração traz um mapa que indica os municípios que devem ser beneficiados pelo programa.	Órgãos internacionais (1)	Contratação de médicos estrangeiros
OESP22 - Governo não sabe o custo total do programa	Advocacia-Geral da União (AGU) já prepara os argumentos de defesa para as prováveis contestações judiciais.	Metrópole	Reportagem		Executivo Federal (2)	Questionamentos legais sobre o programa; Ações judiciais

g) OGLO08/07/13

QUADRO A-7 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O GLOBO (08/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO1 - Dilma lança plano para trazer médicos de fora		Página 2	Chamada			Anúncio da medida; Pacto Nacional da Saúde
OGLO2 - Dilma lança hoje plano para importar médicos	Novos hospitais e unidades integram Pacto Nacional da Saúde.	País	Reportagem	<u>Cartola:</u> Depois dos protestos	Executivo Federal (3)	Lançamento Pacto Nacional da Saúde

h) OGLO09/07/13

QUADRO A-8 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O GLOBO (09/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO3 - Imposto socialista	-	Página 2	Coluna	-	-	Recuo acordo Governo Federal e Cuba
OGLO4 - Entidades médicas tentarão barrar medidas na Justiça	Dispensa do Revalida para estrangeiros é um dos principais alvos.	País	Reportagem	<u>Cartola:</u> Depois das ruas	Entidades Médicas (3); Instituições Educacionais (4)	Questionamentos legais; Disputas judiciais
OGLO5 - "É preciso ter contato com a realidade do SUS"	Coordenadora de Estudos em Recursos Humanos em Saúde da Fiocruz elogia proposta do governo.	País	Entrevista	<u>Cartola:</u> Depois das ruas	Especialistas (1)	Trabalho no SUS; Desenvolvimento de planos de carreira
OGLO6 - São Gonçalo sofre o drama cotidiano da falta de médicos	Para programa, cidade é um dos alvos prioritários para receber profissionais.	País	Reportagem	<u>Cartola:</u> Depois das ruas	Executivo Municipal (1); Usuário (a) do SUS (2); Entidades Médicas (1)	Efeitos da falta de médicos no país; Criação de vagas em faculdades de medicina

OGLO7 - Governo cria serviço médico obrigatório	Formação incluirá dois anos de formação no SUS; entidades reagem e ameaçam ir à Justiça.	Capa	Chamada	<u>Cartola</u> : Depois das ruas	-	Mudanças no curso de medicina
OGLO8 - Mais Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Mudança nos cursos de medicina; Estágio obrigatório no SUS
OGLO9 - Mais Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Condições de trabalho do profissional de medicina
OGLO10 - Mais Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Condições salariais dos profissionais da medicina
OGLO11 - Mais Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Aumento no tempo de formação dos profissionais da medicina
OGLO12 - Mais Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Infraestrutura da saúde pública
OGLO13 - Médicos estrangeiros começam a trabalhar em 18 de setembro	Programa vai dar ajuda de custo de R\$ 30 mil para quem atuar na fronteira.	País	Reportagem	<u>Cartola</u> : Depois das ruas	Executivo Federal (3)	Atuação de médicos estrangeiros; Avaliação de médicos estrangeiros
OGLO14 - Descaminhos do governo	-	País	Coluna	-	-	Contratação de médicos cubanos; Estágio obrigatório no SUS
OGLO15 - Trabalho compulsório	-	País	Reportagem	<u>Cartola</u> : Depois das ruas <u>Ilustração</u> : "Conheça o programa" traz dados visuais de ofertas de vagas por região e sobre as mudanças nos cursos de medicina.	Executivo Federal (4); Entidades Médicas (1); Pesquisa Ministério da Saúde (1)	Estágio obrigatório de estudantes de medicina no SUS

f) OGLO10/07/13

QUADRO A-9 – EPISÓDIO 1: APROVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA - O GLOBO (10/07/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO16 - Marketing e pressa em medidas para a Saúde	-	Opinião	Editorial	-	-	Criação do programa por Medida Prvisória
OGLO17 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Mudanças nos cursos de medicina; Contratação de médicos estrangeiros
OGLO18 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Infraestrutura e remuneração dos profissionais da medicina
OGLO19 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Remuneração dos profissionais de medicina; Trabalho no SUS

OGLO20 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Exames de avaliação dos profissionais brasileiros; Revalida
OGLO21 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Ampliação do tempo de formação; Trabalho no SUS
OGLO22 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Ampliação do tempo de formação; Trabalho no SUS
OGLO23 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Condições salariais do profissional de medicina
OGLO24 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Trabalho no SUS
OGLO25 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Reação das entidades médicas
OGLO26 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Trabalho no SUS; Infraestrutura e gerenciamento do trabalho
OGLO27 - Médicos no SUS e no interior	-	Dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Infraestrutura da saúde pública
OGLO28 - Médicos de queixam de carências do SUS e da falta de diálogo com categoria	Profissionais dizem que condições precárias no interior do país são obstáculo.	País	Reportagem	<u>Cartola</u> : Polêmica na saúde	Instituições de Educação e Pesquisa (3); Centros Profissionais (2); Executivos Federal (1)	Ampliação do tempo de formação; Trabalho no SUS; Infraestrutura da saúde pública
OGLO29 - Em Guapimirim, hospital cheio de problemas é visto como salvação	Pacientes da região reclamam da falta de especialistas, demora e mau atendimento.	País	Reportagem	-	Usuário (a) do SUS (4); Centro Profissional (2)	Atendimento a pacientes do SUS
OGLO30 - No exterior, é preciso servir no setor público	Reino Unido prevê dois anos para os médicos recém-formados.	País	Reportagem	-	Órgãos internacionais (1)	Trabalho de médicos em formação no setor público
OGLO31 - Ministro viaja à Espanha em busca de médicos	Governo mira ainda na Argentina e Portugal; Padilha diz que medidas judiciais não vão barrar o programa.	País	Reportagem	<u>Cartola</u> : Polêmica na saúde	Executivo Federal (3)	Negociações para a contratação de estrangeiros
OGLO32 - Padilha caça médicos na Espanha	-	Capa	Chamada	-	-	Negociações para a contratação de estrangeiros
OGLO33 - Prefeitos vão Dilma por faltam a encontro	Ministros da Saúde e da Educação prometeram que presidente aparece hoje.	País	Reportagem	<u>Cartola</u> : Depois das ruas	Executivo Federal (2)	Marcha dos Prefeitos

APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 2: CHEGADA DE MÉDICOS ESTRANGEIROS NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO

g) FSP24/08/13

QUADRO B-1 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - FOLHA DE SÃO PAULO (24/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP38 - Conselho médico irá à polícia contra cubanos	Entidades regionais afirmam que vão negar registro provisório a cubanos e outros estrangeiros.	Cotidiano	Reportagem	-	Entidades Médicas (4); Executivo Federal (1)	Exigência do exame Revalida; Retenção de registros provisórios
FSP39 - Entidades dizem que vão chamar a polícia contra médicos de Cuba	-	Painel do leitor	Chamada	-	Entidades Médicas(1); Executivo Federal (1)	Exigência do exame Revalida; Retenção de registros provisórios
FSP40 - Medicina	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Questionamentos legais a respeito da contratação de cubanos; Registros provisórios
FSP41 - Medicina	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos estrangeiros; Necessidade de médicos em áreas carentes
FSP42 -Medicina	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos cubanos; Necessidade de médicos em áreas carentes
FSP43 -Medicina	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos cubanos; Necessidade de médicos em áreas carentes

h) FSP25/08/13

QUADRO B-2 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - FOLHA DE SÃO PAULO (25/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP44 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos cubanos; Necessidade de médicos em áreas carentes
FSP45 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Contra)	-	-	Remuneração de médicos cubanos
FSP46 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Necessidade de médicos em áreas carentes
FSP47 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos cubanos; Necessidade de médicos em áreas carentes
FSP48 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Questionamentos legais a respeito da contratação de cubanos
FSP49 - Mais ou (menos) Médicos	-	Folha Corrida	Coluna	-	-	Divergências entre Ministro da Saúde e Entidades médicas

i) FSP26/08/13

QUADRO B-3 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - FOLHA DE SÃO PAULO (26/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP50 - Crise dos médicos	-	Opinião	Editorial	-	-	Remuneração dos médicos cubanos; Divergências entre Entidades Médicas e Governo Federal
FSP51 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Atuação de médicos cubanos
FSP52 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Exigência do exame Revalida
FSP53 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Atuação de médicos cubanos
FSP54 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Postura de Entidades Médicas
FSP55 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Postura de Entidades Médicas
FSP56 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Contra)	-	-	Atuação de médicos cubanos
FSP57 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Postura de Entidades Médicas
FSP58 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Juramento de Hipócrates
FSP59 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Favorável)	-	-	Postura de Entidades Médicas
FSP60 - "Não somos prisioneiros", diz médica cubana	Profissional desembarcou ontem em Salvador para atuar em programa do governo federal.	Cotidiano	Reportagem	-	Médicos cubanos (1); Executivo Federal (2)	Atuação de médicos cubanos
FSP61 - Obstáculos de Padilha	Antes de deixar ministério para concorrer ao governo paulista, aposta de Lula tem lista de 'abacaxis' para resolver.	Poder	Reportagem	-	Entidades Médicas (1); Represent. Partidos Políticos (1); Ministério Público do Trabalho (1); Pesquisa Datafolha (1)	Contratação de médicos cubanos
FSP62 - Recife recebe nova leva de médicos cubanos	-	Folha Corrida	Chamada	-	-	Chegada de médicos cubanos

i) OESP24/08/13

QUADRO B-4 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O ESTADO DE SÃO PAULO (24/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP23 - Associação vai ao STF para barrar o Mais Médicos e 'proteger a população'	A AMB vê manobra político-eleitoral para impor algo inócuo e populista e diz que bolsistas do programa vão integrar nova categoria médica no País, como "escravos"; MP vai avaliar convênio com OPAS que prevê adoção de lei trabalhista cubana.	Metrópole	Reportagem	<u>Quadro</u> : traz informações sobre as leis trabalhistas brasileiras para a contratação de estrangeiros	Entidades Médicas (2); Executivo Federal (2); Ministério Público (1); Ministério Público do Trabalho (1); Especialistas (3)	Contratação de médicos cubanos; Ações judiciais
OESP24 - AGU ressalta que cubano não terá asilo diplomático	-	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1)	Contratação de médicos cubanos; Ações judiciais
OESP25 - Primeiro grupo de estrangeiros chega disposto e emocionado	Brasileiros que atuavam no exterior também destacam a oportunidade de voltar; treinamento prévio começa na 2ª.	Metrópole	Reportagem	-	Médicos estrangeiros (3)	Chegada dos primeiros médicos estrangeiros
OESP26 - Revalida fica sem estudantes brasileiros	-	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1)	Exame Revalida
OESP27 - Associação vai ao Supremo para barrar o Mais Médicos	-	Capa	Chamada	<u>Foto</u> : chegada de médica espanhola	Entidades Médicas (1); Executivo Federal (1)	Contratação de médicos cubanos; Ações judiciais
OESP28 - CRM acionará polícia contra estrangeiros	Para conselho de MG, trabalhar sem revalidar diploma caracteriza exercício ilegal da profissão.	Metrópole	Reportagem	-	Entidades Médicas (4)	Exame Revalida; Retenção de registros provisórios
OESP29 - Cubanos invasores	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP30 - Dragões da independência	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Médicos estrangeiros; Revalida
OESP31 - Cooperativismo do CFM	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (favorável)	-	-	Postura entidades médicas
OESP32 - Médicos sobrando?	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP33 - Clandestinos despreparados	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP34 - Questões pertinentes	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos

j) OESP25/08/13

QUADRO B-5 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O ESTADO DE SÃO PAULO (25/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP35 - Médicos cubanos chegam e Padilha defende programa	-	Capa	Chamada	-	Executivo Federal (1); Médicos cubanos (1)	Contratação de médicos cubanos
OESP36 - Padilha: Mais Médicos está dentro da lei	Ministro da Saúde rebateu críticas e disse que programa federal tem 'segurança jurídica'; ontem, os primeiros cubanos chegaram ao Brasil.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Médicos cubanos (3); Entidades Médicas (3)	Chegada dos primeiros médicos cubanos
OESP37 - "A primeira coisa que fiz foi chorar"	-	Metrópole	Reportagem	-	Médicos cubanos (1); Usuário (a) do SUS (1)	Contratação de médicos cubanos
OESP38 - Há oito anos, Tocantins deve de 'devolver' profissionais	Em 1998, Estado importou ao menos 140 médicos; decisão judicial proibiu atuação em Revalida a partir de 2005.	Metrópole	Reportagem	Imagem: reprodução de matérias de 2005 mostram dados sobre a contratação de cubanos em 2005	Entidades Médicas (1); Médicos cubanos (2)	Contratação de médicos cubanos; Revalida
OESP39 - PT quer Padilha na rua	-	Política	Coluna	-	-	Disputa eleitoral
OESP40 - Qualidade duvidosa	-	Notas & Informações	Editorial	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP41 - Propaganda	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP42 - Escravidão ou pregação?	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP43 - Imposição castrista	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos

k) OESP26/08/13

QUADRO B-6 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O ESTADO DE SÃO PAULO (26/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP44 - Cidade receberá cubanos pela segunda vez	Pedreira, no interior de SP, trouxe médicos daquele país em programa dos anos 1990.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Municipal (2); Médicos cubanos (1)	Contratação de médicos cubanos; Necessidade de atendimento à população
OESP45 - Tumulto marca recepção a médicos em Fortaleza	-	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Médicos cubanos (1)	Contratação de médicos cubanos
OESP46 - Médicos cubanos são recebidos com tumulto	-	Capa	Chamada	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP47 - Não cheira bem	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos

OESP48 - Passaporte carimbado	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP49 - Remuneração	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP50 - Verdadeiro motivo	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP51 - Aspectos a considerar	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP52 - O xis da questão	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP53 - Doutrinação	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (Contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos

1) OGLO24/08/13

QUADRO B-7 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O GLOBO (24/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO34 - Governo não detalha gastos de contrato com cubanos	Rapidez com que o acordo foi anunciado levantou suspeitas do CFM.	País	Reportagem	-	Executivo Federal (4); Entidades Médicas (2); Órgãos internacionais (1); Judiciário (1)	Contratação de médicos cubanos
OGLO35 - Procurador-geral do Trabalho quer explicações sobre médicos de Cuba	Luís Camargo diz que salário de R\$ 4 mil não fere legislação.	País	Reportagem	-	MPT (2)	Contratação de médicos cubanos; Ações judiciais
OGLO36 - Presidente do Conselho em MG orienta a 'não socorrer erros'	-	País	Reportagem	-	Entidades Médicas (1)	Contratação de médicos estrangeiros; Revalida
OGLO37 - Médicos chegam sob proteção especial de Exército e PF	Para Conselho Federal de Medicina, acordo com cubanos estava pronto há muito tempo.	Capa	Chamada	<u>Cartola:</u> Desembarque e suspeitas	Entidades Médicas (1)	Contratação de médicos cubanos; Acordo OPAS
OGLO38 - Sob cuidados especiais	Médicos estrangeiros começam a chegar ao país e são recebidos por militares e autoridades.	País	Reportagem	<u>Cartola:</u> Mais Médicos	Executivo Federal (2); Médicos estrangeiros do PMM (5); Médicos brasileiros do PMM (1)	Chegada de médicos do PMM
OGLO39 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (favorável)	-	-	Necessidade de médicos para o atendimento à população
OGLO40 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (neutro)	-	-	Condições de trabalho em regiões carentes
OGLO41 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (neutro)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OGLO42 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Condições de trabalho em regiões carentes

OGLO43 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OGLO44 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (favorável)	-	-	Contratação de médicos cubanos
OGLO45 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Remuneração de médicos cubanos
OGLO46 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (favorável)	-	-	Juramento Hipócrates; Postura entidades médicas
OGLO47 - Mais Médicos para o país	-	Dos Leitores	Carta do leitor (neutro)	-	-	Remuneração de médicos cubanos; Necessidade de médicos para o atendimento à população

m) OGLO25/08/13

QUADRO B-8 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O GLOBO (25/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO48 - Cubanos evitam falar de salário	-	Capa	Chamada	<u>Cartola</u> : Mais Médicos	-	Remuneração de médicos cubanos
OGLO49 - Cubanos evitam polêmica sobre salários	Médicos, que desembarcaram com festa em Recife e em Brasília, farão agora três semanas de treinamento.	País	Reportagem	-	Médicos cubanos (5); Executivo Federal (2); Movimentos Sociais (1)	Chegada de médicos estrangeiros
OGLO50 - Padilha reage à contestação de entidades médicas	"Não venham ameaçar a saúde da nossa população", disse ministro.	País	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Entidades Médicas (1); MPT(1)	Ações judiciais; Contratação de médicos cubanos
OGLO51 - O advogado-geral de Fidel Castro	-	País	Coluna	-	-	Contratação de médicos cubanos; Asilo político
OGLO52 - Mão de obra	-	Página 2	Coluna	-	-	Contratação de médicos cubanos; Interesses eleitorais
OGLO53- Privatização	-	Dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos estrangeiros; Privatização de mão de obra

n) OGLO26/08/13

QUADRO B-9 – EPISÓDIO 2: CHEGADA DOS PRIMEIROS MÉDICOS ESTRANGEIROS - O GLOBO (26/08/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO54 - Formados no exterior tentam registro médico	Revalida foi aplicado ontem, com opiniões divididas sobre programa federal.	País	Reportagem	-	Médicos estrangeiros do PMM (3); Médicos brasileiros do PMM (1)	Revalida; Atuação de médicos estrangeiros
OGLO55 - Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos

OGLO56 - Médicos	-	Dos Leitores	Carta do leitor (neutro)	-	-	Contratação de médicos cubanos ; Necessidade de atendimento médico à população
OGLO57 - Só vejo vantagens	-	Página 2	Coluna	-	-	Contratação de médicos cubanos ; Necessidade de atendimento médico à população

**APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO DOS TEXTOS DO EPISÓDIO 3: INÍCIO DA
ATUAÇÃO DE MÉDICOS DO PROGRAMA NOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO,
O ESTADO DE S. PAULO E O GLOBO**

o) FSP02/09/13

QUADRO C-1 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - FOLHA DE SÃO PAULO (02/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP63 - Socorro aéreo	Hospital recém-inaugurado em Sobral, no Ceará, não encontra médicos e busca de avião profissionais que moram em Fortaleza.	Cotidiano	Reportagem	-	Centro Profissional (1); Executivo Estadual (1); Médicos (1); Entidades Médicas(1)	Falta de médicos em localidades do país
FSP64 - Médicos formados for a do país estão concentrados no Sudeste	Diplomados no exterior não chegam a 2% dos profissionais.	Cotidiano	Reportagem	<u>Ilustração:</u> Mapa traz dados da Pesquisa Demografia Médica (CFM), que justifica a criação do Mais Médicos.	Pesquisa CFM e CREMESP (1); Instituições Educacionais e de Pesquisa (1)	Falta de médicos em localidades do país; Má distribuição de profissionais; Revalida
FSP65 - Ponte aérea	Hospital de Sobral (CE) tem de pagar avião para buscar médicos em Fortaleza.	Capa	Chamada	-	-	Falta de médicos em localidades do país; Má distribuição de profissionais; Revalida
FSP66 - O facismo do PT contra os médicos	-	Ilustrada	Artigo de opinião	-	-	Tensões entidades médicas e governo federal
FSP67 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos; Carreira médica de Estado
FSP68 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos; Tensões entidades médicas e governo federal
FSP69 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Contratação de médicos estrangeiros
FSP70 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (favorável)	-	-	Necessidade de atendimento à população carente.
FSP71 – Sem título	-	Opinião	Charge	-	-	Contratação de médicos cubanos; Ideologia política

p) FSP03/09/13

QUADRO C-2 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - FOLHA DE SÃO PAULO (03/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP72 - Estrangeiros formados em Cuba entram no Mais Médicos	-	Capa	Chamada	-	-	Contratação médicos estrangeiros; Formação profissional cubana
FSP73 - Médicos de países vetados entram em programa como diploma de Cuba	Mais Médicos barra países com menos médicos que Brasil, mas permite profissional formado no exterior.	Cotidiano	Reportagem	<u>Ilustração:</u> Diplomacia de branco - mapa mostra dados sobre o trabalho de médicos cubanos ao redor do mundo.	Judiciário (1); Médicos estrangeiros do PMM (6); Imprensa internacional (1)	Contratação de médicos estrangeiros com diplomas cubanos
FSP74 - No dia da apresentação, Mais Médicos registra desistências	Foram ao menos quatro casos; balanço do ministério sai após dia 12.	Cotidiano	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Executivo Municipal (2); Médicos brasileiros do PMM (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
FSP75 - Brasil é impulsionado na estratégia de comunistas	-	Cotidiano	Reportagem	-	Especialistas (1)	Contratação de médicos estrangeiros com diplomas cubanos; Relações diplomáticas de Cuba
FSP76 - Melhores médicos	Disputa entre governo e associações classistas obstrui um debate importante sobre qualidade da saúde pública no país a longo prazo.	Opinião	Editorial	-	-	Desavenças entre entidades médicas e governo federal; Qualidade dos serviços de saúde pública a longo prazo
FSP77 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (favorável)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP78 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP79 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP80 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (favorável)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa

q) FSP04/09/13

QUADRO C-3 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - FOLHA DE SÃO PAULO (04/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
FSP81 - Bem-vindo à xenofobia	-	Ilustrada	Artigo de opinião	-	-	Contratação de médicos cubanos; Falta de médicos para o atendimento à população

FSP82 - Médicos cubanos atuarão num Brasil do século passado	Indicadores socioeconômicos das 206 cidades da 1ª etapa estão abaixo da média nacional aferida 2000.	Cotidiano	Reportagem	<u>Ilustração:</u> Mapa traz dados do Minist. Saúde e do IBGE, mostrando os indicadores de IDH das cidades candidatas ao programa.	Instituições de Pesquisa (2); Entidades Médicas (1)	Características das cidades candidatas ao programa
FSP83 - Na BA, consultório só tem mesa e 3 cadeiras	-	Cotidiano	Reportagem	-	Executivo Municipal (1); Profissionais de centros de atendimento (1)	Características das cidades candidatas ao programa
FSP84 - Médicos deixam programa e alegam falta de estrutura	-	Capa	Chamada	-	Executivo Federal (1); Folha de SP (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
FSP85 - Médicos questionam infraestrutura e exigências e abandonam programa	Profissionais desistem de bolsa federal alegando de precariedade a desconhecimento das regras.	Cotidiano	Reportagem	-	Médicos brasileiros do PMM (3); Folha de SP (1); Executivo Federal (1); Executivo Municipal (2)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
FSP86 - Suspeito de mutilar pacientes será excluído, afirma governo	Até ontem, registro de indiciado constava como válido no CFM.	Cotidiano	Reportagem	-	Entidades Médicas (2); Executivo Federal (1); Imprensa Nacional (1); Executivo Municipal (1); Polícia civil (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
FSP87 - Em São Paulo, baixa foi por 'motivos pessoais'	-	Cotidiano	Reportagem	-	Médicos brasileiros do PMM (1); Executivo Municipal (1); Executivo Federal (1); Folha de SP (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
FSP88 - Revalida não é a principal porta de entrada	-	Cotidiano	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Folha de SP (1)	Aplicação do Revalida
FSP89 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (Neutro)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP90 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP91 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (neutro)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP92 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (contra)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa
FSP93 - Mais Médicos	-	Painel do leitor	Carta do leitor (neutro)	-	-	Comentário a respeito de um artigo publicado contrário ao programa

r) OESP02/09/13

QUADRO C-4 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O ESTADO DE SÃO PAULO (02/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP54 - Brasileiros em 454 cidades dão início ao Mais Médicos	Profissionais desembarcam hoje nos municípios contemplados na primeira fase do programa; Ceará receberá maior contingente.	Metrópole	Reportagem	<u>Ilustração:</u> Mapa mostra a distribuição dos bolsistas por região	Executivo Federal (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP55 - Periferia da capital paulista fica de fora da primeira lista	-	Metrópole	Nota	-	Executivo Municipal (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP56 - Justiça beneficia 13 estrangeiros excluídos	Vetados logo de início, formados no Paraguai, na Bolívia, no Peru e na Venezuela conseguem autorização na Justiça.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Especialistas (1)	Revalida; Regras do programa
OESP57 - 100% dos cubanos já atuaram no exterior	-	Metrópole	Nota	-	Órgãos Internacionais (1)	Contratação de médicos cubanos
OESP58 - Há algo de estranho com a saúde	-	Espaço aberto	Artigo de opinião	-	-	Contratação de médicos cubanos
OESP59 - Tudo errado	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Interesses político no lançamento do programa
OESP60 - Mais mentiras	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos; Infraestrutura da saúde
OESP61 - Não resolve	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor	-	-	Infraestrutura da saúde
OESP62 - Anamnese	-	Fórum dos Leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Comunicação entre médicos estrangeiros e paciente
OESP63 - Mais Médicos começa hoje em 13% das cidades	-	Capa	Chamada	-	-	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa

s) OESP03/09/13

QUADRO C-5 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O ESTADO DE SÃO PAULO (03/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP64 - Piauí só recebe 2 dos 23 médicos esperados	No Recife, metade não comparece a postos; há capitais em que ocorrerá 'capacitação'.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Municipal (3); Médicos brasileiros do PMM (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP65 - No Ceará, os 110 se apresentaram no primeiro dia	-	Metrópole	Nota	-	Centros comunitários (1); Entidades Médicas (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa

OESP66 - Bolsista: 'Vim para ajudar'	-	Metrópole	Reportagem	-	Médicos de centros profissionais (1); Médicos brasileiros do PMM (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP67 - Mais Médicos: metade das cidades de SP têm faltas ou desistências no primeiro dia	Nas justificativas, teve quem passou em concurso público ou preferiu seguir clinicando em consultório particular; governo evitou falar em boicote ontem. Expectativa é de que o Ministério da Saúde tenha de fazer mais chamadas para suprir demanda.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1); Executivo Municipal (1); Usuário (a) do SUS (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP68 - 'Idade não será problema'	-	Metrópole	Entrevista	-	Médicos brasileiros do PMM (1)	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP69 - Rede pública perdeu 13 mil leitos desde 2010	-	Metrópole	Reportagem	-	Entidades Médicas (1); Pesquisa (1); Executivo Federal (1)	Infraestrutura da saúde pública
OESP70 - Médicos não aparecem em metade das cidades paulistas	-	Capa	Chamada	-	-	Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa

t) OESP04/09/13

QUADRO C-6 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O ESTADO DE SÃO PAULO (04/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OESP71 - Lista de cubanos é divulgada antes de avaliação de curso	Ministério da Saúde divulgou os locais onde médicos que ainda participam de aulas de capacitação vão trabalhar no País.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Federal (1); O Estado de SP (1); Médicos brasileiros do PMM (1); Usuário (a) do SUS (1)	Contratação de médicos cubanos; Início do trabalho dos médicos na primeira etapa do programa
OESP72 - Acusado de mutilar e causar lesões é excluído	-	Metrópole	Nota	-	Executivo Federal (2)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
OESP73 - 'O governo não consegue segurar o médico'	-	Metrópole	Entrevista	-	Médicos brasileiros do PMM (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa; Desistências do programa
OESP74 - Desistências continuam em diversos estados	Dos seis médicos de cidades da Baixada Fluminense, só um foi trabalhar ontem; no Recife, maioria também faltou.	Metrópole	Reportagem	-	Executivo Municipal (3)	Início do trabalho na primeira etapa do programa; Desistências do programa
OESP75 - Associações agora negociam com deputados	-	Metrópole	Reportagem	-	Entidades Médicas (2)	Alterações na Medida Provisória do PMM

u) OGLO02/09/13

QUADRO C-7 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O GLOBO (02/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO58 - Cuba	-	Dos leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos; Ideologia do programa
OGLO59 - Cuba	-	Dos leitores	Carta do leitor (contra)	-	-	Contratação de médicos cubanos; Ideologia do programa
OGLO60 - Mais Médicos: brasileiros começam a trabalhar hoje	-	País	Reportagem	-	Executivo Federal (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa
OGLO61 - Mais Médicos começa hoje	-	Capa	Chamada	Cartola: Início dos trabalhos	-	Início do trabalho na primeira etapa do programa
OGLO62 - O apartheid da saúde	-	Opinião	Artigo de opinião	-	-	Contratação de médicos cubanos; Postura de entidades médicas; Infraestrutura da saúde pública

v) OGLO03/09/13

QUADRO C-8 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O GLOBO (03/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO63 - Poucos médicos comparecem no primeiro dia de trabalho	Recepções são organizadas para formados no país.	País	Reportagem	-	Executivo Federal (1)	Início do trabalho na primeira etapa do programa; Desistências do programa
OGLO64 - Peçam asilo, cubanos	-	Opinião	Artigo de opinião	-	-	Contratação de médicos cubanos; Asilo político

x) OGLO04/09/13

QUADRO C-9 – EPISÓDIO 3: INÍCIO DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS SELECIONADOS PARA O PROGRAMA - O GLOBO (04/09/2013)						
TÍTULO	LINHA DE APOIO	EDITORIA (LOCALIZAÇÃO)	FORMATO	OUTROS	FONTES	EIXO-TEMÁTICO
OGLO65 - Mais Médicos que faltam ao trabalho	Em sete estados, eles alegam desde salários baixos até problemas de saúde para não assumir os cargos.	País	Reportagem	-	Executivo Federal (1); O Globo (1); Médicos brasileiros do PMM (2); Usuário (a) do SUS (3)	Início do trabalho na primeira etapa do programa; Desistências do programa
OGLO66 - Médicos faltam em ao menos sete estados	-	Capa	Chamada	-	-	Início do trabalho na primeira etapa do programa; Desistências do programa
OGLO67 - O que importa no Mais Médicos	-	Opinião	Editorial	-	-	Falta de médicos no Brasil

APÊNDICE D – MEMORIAL

Destino aqui espaço a uma breve apresentação e descrição de acontecimentos pessoais constitutivos do meu percurso de pesquisa, entendendo-os como também responsáveis por revelações, orientações e modificações de horizontes traçados e caminhos percorridos, essenciais à construção da investigação desenvolvida.

No ano de 2015, ingressei no programa de Mestrado em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), com um projeto que tratava do interesse em analisar a cobertura realizada pela imprensa brasileira a respeito do lançamento do Programa Mais Médicos. As diversas polêmicas insaturadas pelo anunciado programa, em 2013, me instigaram a perguntar o porquê de tantos conflitos, a quem mobilizava e como o jornalismo produzia informações sobre essa ação política. A ampliação da abordagem desse evento para uma perspectiva da comunicação pública, principal arcabouço teórico trabalhado pelo Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop), me permitiu entender esse fato não só como um acontecimento restrito à esfera da política, mas como um acontecimento público, investido de um poder de revelação de diversas problemáticas como relações de poder, privilégios sociais e preconceitos raciais, culturais e ideológicos característicos das nossas próprias raízes e práticas sociais.

Meu interesse e envolvimento com estudos vinculados à comunicação, às relações entre jornalismo, democracia e cidadania fazem parte de uma trajetória iniciada entre os anos de 2003 e 2008, quando cursei a graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, nesta mesma universidade. Nesse período, explorei pela primeira vez o universo desses temas a partir de disciplinas, atividades e debates com colegas e professores. Desde então, experiências de naturezas distintas, entre profissionais, culturais e pessoais, fora e dentro do ambiente acadêmico, me encaminharam ao atual momento de pesquisa no PPGCOM/UFRGS.

Foi através da experiência de trabalho como bolsista de iniciação científica (IC) do CNPq, entre 2006 e 2007, na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFRGS que tomei conhecimento de alguns marcos conceituais a respeito dos processos de comunicação e ação política. Neste período, participei da pesquisa “Representações de Porto Alegre nos espaços midiático, político e acadêmico (1989/2004)”, sob orientação da professora Maria Helena Weber, o que me proporcionou reflexões sobre as relações entre os habitantes da cidade, seu governo e a comunicação empenhada entre os dois âmbitos como essenciais ao exercício

democrático.

Não à toa, destes estudos foi originado meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Diálogos entre a cidade, os cidadãos e o governo: estudo sobre a hibridação entre jornalismo e propaganda no jornal Porto Alegre Agora”. A pesquisa investigou a comunicação entre o governo de Porto Alegre e seus habitantes através de um produto jornalístico produzido pela prefeitura da cidade. A ambivalência da prática jornalística de cunho institucional despertou questões sobre os limites e as possibilidades de produção de uma informação de interesse público, inserida em uma lógica de promoção governamental. Ao mesmo tempo, como moradora da cidade, eleitora e estudante de jornalismo, as questões comunicacionais despertadas por essa pesquisa acabaram por desencadear a vinculação entre as práticas profissionais e sua relação direta com as vivências dos cidadãos em uma democracia.

Já no mercado de trabalho, enfrentei na prática conflitos característicos da profissão. Dentre experiências diversas (umas breves, outras mais duradouras), pude viver a realidade de redações como a do jornal Zero Hora e a do Portal Terra. A rotina de produção de notícias, fosse pelo ritmo do impresso ou em tempo real, serviu para despertar a análise que confronta o conhecimento adquirido na academia - alicerces dos aspectos normativos e ético-morais da conduta profissional - com os aspectos empíricos de um jornalismo praticado também com fins comerciais.

Após dois anos de formada, mudei-me para Auckland, na Nova Zelândia, onde morei por pouco mais de três anos. Foram anos de distintas experiências de trabalho e de adaptação e descobertas em uma outra cultura. E se a aproximação com os objetos de estudo foi capaz de render problematizações e questionamentos no passado, o afastamento, para mim, naquele momento, também teve função importante para a ampliação das abordagens e renovação de olhares possíveis. Por isso, voltei ao Brasil com desejo de retorno à academia, compreendendo, ainda mais, a importância dos estudos sobre os processos de comunicação para a construção de uma vida social mais plural e, ao mesmo tempo, mais igualitária.

Agora, a partir de uma visão mais abrangente de um jornalismo inserido nos processos de comunicação pública, passo a assumir um desejo de investigação que diz da responsabilidade democrática da profissão que escolhi, na sua relação com o interesse público e na produção de informações que visem qualificar e complexificar o debate público. Da mesma forma, acredito que trabalhar com a ideia de um acontecimento significa apostar em um potencial transgressor de determinados eventos sociais, de renovação de sentidos, muitas vezes já naturalizados e tidos como dados, e de transformação dos sujeitos que por eles se deixam afetar.